Universidade do Minho
Escola de Economia, Gestão e
Ciência Política

Júlia de Figueiredo Dias

A Amazónia no discurso político brasileiro

agosto de 2026

A Amazónia no discurso político brasileiro
Júlia de Figueiredo Dias
UMinho| 2026

Universidade do Minho
Escola de Economia, Gestão e
Ciência Política

Júlia de Figueiredo Dias

A Amazónia no discurso político brasileiro

Dissertação de Mestrado

Ciência Política

Trabalho efetuado sob a orientação dos

Professor Doutor Marco Antonio Catussi Paschoalotto

Professor Doutor Pedro Miguel Tereso Magalhães

agosto de 2026

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos. Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição

CC BY

https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, pois Ele é a razão da minha vida e sem Ele nada seria possível.

À minha família, pelo apoio incondicional, pela força nos momentos difíceis e pela motivação, que foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Aos meus orientadores, por toda a atenção e disponibilidade demonstradas ao longo deste processo.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

DECLARAÇÃO DE USO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri a qualquer forma de utilização indevida de ferramentas de Inteligência Artificial (IA), nem à falsificação ou omissão de informações, fontes, dados, resultados ou processos em nenhuma das etapas conducentes à sua elaboração. Declaro ainda que qualquer utilização de ferramentas de IA foi feita de forma transparente e responsável, encontrando-se devidamente assinalada/descrita no trabalho, e que procedi à verificação crítica da exatidão do conteúdo produzido com o seu apoio, assumindo integralmente a responsabilidade pelo que submeto.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho, bem como as normas aplicáveis de integridade académica e de proteção de dados.

RESUMO

A Amazónia constitui um sistema socioecológico de elevada complexidade, desempenhando um papel central na regulação climática global, bem como na conservação da biodiversidade e na sustentação de milhões de habitantes, incluindo povos indígenas e comunidades tradicionais. Enquanto território transnacional, a sua relevância ultrapassa fronteiras, assumindo crescente centralidade ambiental e política, especialmente dentro do contexto das mudanças climáticas e da intensificação das pressões sobre a região. Apesar da ampla literatura sobre políticas ambientais na Amazónia, observa-se uma lacuna na análise sistemática da construção discursiva da região no terceiro governo de Lula, particularmente no que se refere às variações dos enquadramentos em função de diferentes públicos-alvo. Diante disso, o objetivo geral deste estudo se concentra em analisar a construção discursiva da Amazónia no discurso presidencial brasileiro durante o período de 2023 a 2025, identificando os principais enquadramentos utilizados em função dos públicos a que se dirigem os discursos. A investigação adota uma abordagem interpretativista de natureza qualitativa, baseada na análise de 150 discursos presidenciais recolhidos de fonte oficial. Recorreu-se à codificação e categorização através de método indutivo, permitindo que as categorias emergissem diretamente do corpus analisado. Além disso, procedeu-se à interpretação dos significados atribuídos à Amazónia nos diferentes contextos de comunicação. Os resultados, por sua vez, evidenciam variações significativas na construção discursiva da Amazónia conforme o público-alvo. No nível local, predomina o enquadramento da Amazónia como espaço social, com ênfase no desenvolvimento e nas necessidades das populações locais. No plano nacional, destaca-se o reforço da dimensão ambiental associada à conservação e gestão sustentável do território. No contexto internacional, observa-se uma reconfiguração da dimensão social, frequentemente associada à mobilização de recursos financeiros externos. Já para o contexto regional amazónico, a Amazónia é enquadrada como espaço de coordenação política e cooperação regional, com equilíbrio entre dimensões sociais e ambientais. De forma geral, prevalece uma representação da Amazónia como território socialmente habitado, revelando uma forte ênfase na pespetiva social, embora esta seja mobilizada de forma estratégica e diferenciada consoante o público-alvo do discurso e os objetivos políticos em cada contexto. Conclui-se, de forma geral, que a construção discursiva da Amazónia no governo Lula III é marcada por um forte carácter contextual e estratégico, variando de forma consistente em função dos públicos-alvo de cada discurso.

Palavras-chave: Amazónia; discurso político; terceiro governo de Lula da Silva.

ABSTRACT

The Amazon constitutes a highly complex socio-ecological system, playing a central role in global climate regulation, biodiversity conservation, and the livelihoods of millions of people, including Indigenous peoples and traditional communities. As a transnational region, its relevance extends beyond national borders, gaining increasing environmental and political centrality, particularly in the context of climate change and the intensification of territorial pressures. Despite the extensive literature on environmental policies in the Amazon, there remains a gap in the systematic analysis of the discursive construction of the region during Lula's third administration, particularly regarding variations in framing depending on different target audiences. In this context, the general objective of this study is to analyze the discursive construction of the Amazon in Brazilian presidential discourse between 2023 and 2025, identifying the main frames used according to the audiences addressed in the speeches. The research adopts a qualitative, interpretivist approach based on the analysis of 150 presidential speeches collected from official sources. Coding and categorization were conducted using an inductive method, allowing categories to emerge directly from the analyzed corpus. In addition, the study interprets the meanings attributed to the Amazon across different communicative contexts. The results reveal significant variations in the discursive construction of the Amazon depending on the target audience. At the local level, the Amazon is predominantly framed as a social space, with emphasis on development and the needs of local populations. At the national level, there is a stronger environmental framing, associated with conservation and sustainable territorial management. In the international context, the social dimension is reconfigured and frequently linked to the mobilization of external financial resources. In the Amazonian regional context, the Amazon is framed as a space for political coordination and regional cooperation, balancing social and environmental dimensions. Overall, the Amazon is predominantly represented as a socially inhabited territory, with a strong emphasis on the social perspective, although this is strategically mobilized in differentiated ways depending on the audience and the political objectives of each context. In conclusion, the discursive construction of the Amazon under Lula's third administration is characterized by a strong contextual and strategic dimension, consistently varying according to the intended audiences of each speech.

Keywords: Amazon; political discourse; third Lula da Silva administration.

ÍNDICE

1. Introdução xii
1.1. Contextualização 13
1.2. Problema de investigação 14
1.3. Objetivos da pesquisa 15
1.4. Estrutura da dissertação 15
2. Enquadramento teórico e revisão da literatura 16
2.1. Teoria das elites: principais pressupostos 16
2.2. As elites na democracia representativa 17
2.3. Diferenciação e integração entre elites 19
2.4. O chefe do Executivo e seu poder retórico 20
2.5. Elites, discurso político e opinião pública 21
2.6. Política ambiental, discursos e relações de poder na Amazónia brasileira 23
2.7. A Amazónia no contexto político brasileiro: revisão da literatura 28
2.8. Governo Lula III (2023 -) 30
3. Enquadramento metodológico 31
3.1. Ontologia e epistemologia da pesquisa 31
3.2. Metodologia da pesquisa 32
3.3. Recolha e critérios de seleção dos dados 32
3.4. Procedimento de recolha de dados 33
3.5. Método de análise: análise de discurso 33
3.6. Identificação das categorias de análise: método indutivo 34
3.7. Codificação e tratamento dos dados 35
3.8. Considerações éticas 38
3.9. Limitações 39
4. Apresentação e interpretação dos resultados 39

4.1. O discurso sobre a Amazónia por público-alvo 40
4.1.1. Público-alvo local 40
4.1.2. Público-alvo nacional 44
4.1.3. Público-alvo internacional 50
4.1.4. Público-alvo países amazónicos 57
4.2. Comparação geral dos discursos em função dos diferentes públicos-alvo 62
4.3. Comparação da representação da Amazónia em função dos diferentes públicos 63
5. Discussão dos resultados 64
5.1. Discurso presidencial, poder e adaptação estratégica: uma leitura pela Teoria das Elites64
5.2. O poder retórico presidencial e a construção discursiva da Amazónia 67
5.3. Comunicação estratégica das elites e diferenças nos enquadramentos discursivos 68
5.4. Discursos, relações de poder e construção da Amazónia em diferentes escalas 69
6. Conclusão 70
6.1. Contribuições 71
6.2. Limitações do estudo 71
6.3. Sugestões para investigações futuras 72
Referências bibliográficas 73
APÊNDICE A 78
Categorias e subcategorias identificadas na construção discursiva em torno da Amazónia 78
ANEXO A 92
Corpus de discursos oficiais codificados 92

Índice de Tabelas

Tabela 1 36

Categorias identificadas através de método indutivo na construção discursiva em torno da Amazónia

Tabela 2 40

Frequência das categorias temáticas no discurso presidencial direcionado ao público-alvo local

Tabela 3 44

Frequência das categorias temáticas no discurso presidencial direcionado ao público-alvo nacional

Tabela 4 50

Frequência das categorias temáticas no discurso presidencial direcionado ao público-alvo internacional

Tabela 5 57

Frequência das categorias temáticas no discurso presidencial direcionado ao público-alvo países amazónicos

1. Introdução

1.1. Contextualização

A Amazónia ocupa um lugar singular no contexto brasileiro e internacional, na medida em que constitui uma região de elevada complexidade, abrangendo dimensões ambientais, sociais e geopolíticas. Enquanto maior floresta tropical do mundo e um dos principais sistemas ecológicos do planeta, o bioma desempenha um papel fundamental na regulação climática regional e global, na manutenção dos ciclos hidrológicos, na conservação da biodiversidade, bem como na sustentação de populações tradicionais e povos indígenas. Nesse sentido, relatórios do Science Panel for the Amazon (n.d.) têm reforçado a Amazónia enquanto um elemento crítico do sistema climático da Terra, bem como enfatizado que a região deve ser entendida como um sistema socioecológico complexo, não apenas devido a sua importância ecológica, mas também por constituir um território habitado por cerca de 47 milhões de pessoas, incluindo povos indígenas e comunidades tradicionais, que historicamente desempenham um papel central na conservação e na gestão do bioma. A estabilidade desse sistema, por sua vez, possui implicações diretas para o equilíbrio climático regional e global. Nessa mesma direção, estudos recentes, como o de Flores et al. (2024), destacam que existem potenciais transições críticas no sistema amazónico, alertando para riscos de degradação sistémica e ao possível alcance de um ponto de não retorno, a partir do qual os processos de colapso ecológico se tornariam irreversíveis, além de sublinhar o peso estratégico que o Brasil possui nesse processo. Ao mesmo tempo, a centralidade da Amazónia também ultrapassa as fronteiras do Estado brasileiro. Conforme dados da Amazon Network of Georeferenced Socio-Environmental Information (n.d.), a Amazónia constitui uma região transnacional de aproximadamente 7,8 milhões de km², a qual é compartilhada pelo Brasil, Bolívia, Colómbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Suriname, Peru e Venezuela.

A relevância da região também se expressa pela crescente pressão sobre o seu território. Dados do MapBiomas Alerta (n.d.) mostram que, em 2024, o Brasil registou 1,24 milhão de hectares desmatados, sendo mais de 93% dessa área associada a indícios de irregularidade ou ilegalidade, evidenciando que a questão amazónica se inscreve também em dinâmicas de governação e de capacidade institucional de controlo do território. Paralelamente, a taxa oficial de desmatamento na Amazónia Legal divulgada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (2025), indica redução de 11,08% em 2025, em relação ao ano anterior, o que sugere mudanças mensuráveis no contexto político-ambiental recente, isto é, no âmbito do terceiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

1.2. Problema de investigação

O retorno de Lula à presidência em 2023 representou uma reconfiguração significativa da agenda ambiental brasileira, ao reposicionar a Amazónia como uma questão central relativamente à ação governamental. Essa mudança, por sua vez, encontra expressão não apenas no plano discursivo, mas também em instrumentos institucionais, como a quinta fase do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazónia Legal (PPCDAm), com duração de 2023 a 2027, que recoloca o combate ao desmatamento no centro da política pública, através de eixos estratégicos que englobam atividades produtivas sustentáveis; monitorização e controlo ambiental; ordenamento fundiário e territorial; e instrumentos normativos e económicos, como o Fundo Amazónia (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, n.d.).

Esse contexto ganha relevância adicional especialmente no período recente, em que a Amazónia passou a ocupar uma centralidade ainda maior nas agendas climáticas globais, devido, sobretudo, à realização da COP30 em Belém (United Nations, n.d.), no centro da Amazónia brasileira, que consolidou simbolicamente a região como espaço estratégico dos debates climáticos contemporâneos.

É precisamente nesse enquadramento que se insere a presente investigação, partindo do entendimento de que compreender a construção discursiva da Amazónia no atual governo Lula implica analisar não apenas o que se diz sobre a região, mas também como diferentes enquadramentos articulam interesses políticos próprios.

Apesar da extensa produção académica que existe sobre a Amazónia, especialmente no que se refere ao âmbito das políticas ambientais, observa-se menor presença de estudos sistemáticos sobre a construção discursiva da Amazónia no contexto do terceiro governo de Lula, em particular em função do público-alvo. Sendo assim, permanece relativamente pouco explorada a forma como o discurso presidencial constrói a Amazónia, e como essa construção pode variar conforme os públicos a que se dirigem.

Diante disso, o presente estudo é orientado pela seguinte pergunta de investigação: *Como foi construído o discurso presidencial sobre a Amazónia no atual governo Lula*?

Do ponto de vista teórico, o estudo apoia-se na teoria das elites, partindo do pressuposto de que, mesmo em regimes democráticos, o poder político se concentra nas mãos de uma minoria governante. A partir dessa perspetiva, o discurso político passa a ser entendido não como uma expressão neutra ou reflexo da expressão da vontade popular, mas antes, constitui um elemento estratégico utilizado pelas elites

buscando influenciar as perceções e orientar as preferências públicas. Nesse sentido, a análise do discurso presidencial permite observar de que forma a elite política, em particular o chefe do Executivo, manifesta seu poder para além das decisões institucionais, mas também por meio da construção de narrativas.

A relevância desse estudo, por sua vez, reside na contribuição, em termos académicos, para o diálogo entre três campos analíticos, que nem sempre são articulados de forma sistemática - teoria das elites, análise do discurso político e estudos sobre a Amazónia - contribuindo para compreender como lideranças políticas constroem narrativas estratégicas. Adicionalmente, de modo empírico, o estudo oferece uma análise do discurso sobre a Amazónia em relação a um período recente do governo Lula, o que, intrinsecamente, assume elevada relevância, além de contribuir para perceber como o governo legitima prioridades ambientais, sociais e internacionais perante públicos distintos, oferecendo elementos para analisar as relações entre discurso, poder e governação ambiental.

1.3. Objetivos da pesquisa

O estudo possui o objetivo geral de analisar a construção da Amazónia no discurso presidencial brasileiro concernente ao período de janeiro de 2023 a dezembro de 2025, identificando os principais enquadramentos utilizados em função do público-alvo de cada discurso. De modo específico, procura-se (i) identificar as categorias temáticas predominantes no discurso, (ii) analisar como essas categorias variam em função do público-alvo — local, nacional, internacional e países amazónicos — e (iii) compreender como a Amazónia é representada em cada um desses contextos.

1.4. Estrutura da dissertação

A dissertação encontra-se organizada da seguinte forma:

No primeiro capítulo, apresenta-se a introdução do estudo, contextualizando o tema e identificando sua relevância e contribuição. De forma adicional, é definido o problema de investigação, a pergunta de investigação central, bem como o objetivo geral e os objetivos específicos. Além disso, é ainda apresentado o quadro teórico que sustenta a análise desenvolvida ao longo do trabalho;

O segundo capítulo é dedicado ao enquadramento teórico e à revisão da literatura pertinente ao tema desenvolvido, no qual se apresentam os principais conceitos e abordagens teóricas que sustentam a análise;

O terceiro capítulo é dedicado à exposição da metodologia adotada, onde o estudo é enquadrado sob o ponto de vista ontológico, epistemológico e metodológico. São descritos também os critérios e

procedimentos de recolha e análise dos dados, bem como as considerações éticas e limitações concernentes ao estudo;

O quarto capítulo corresponde à apresentação e interpretação dos resultados obtidos, organizados de acordo com os diferentes públicos-alvo analisados, permitindo identificar os principais padrões e variações na construção da Amazónia no discurso presidencial;

O quinto capítulo dedica-se à discussão dos resultados, no qual os achados são interpretados à luz do quadro teórico adotado;

Por fim, no sexto e último capítulo, é realizada a conclusão do estudo, no qual são resumidos os principais resultados, identificadas as limitações, bem como são sugeridas vias de investigação futura.

2. Enquadramento teórico e revisão da literatura

2.1. Teoria das elites: principais pressupostos

A Teoria das Elites emergiu no final do século XIX e início do século XX, apresentando uma crítica às conceções utópicas de democracia e soberania popular, ao defender que a sociedade é dividida entre a massa da população e uma minoria governante, a qual detém o poder político, isto é, o poder de tomar e impor decisões que valem para toda a sociedade (Mariotti, 2022). A detenção de poder político decisivo, por sua vez, atribui às elites uma influência desproporcional sobre os resultados políticos e sociais (Engelstad, 2018). A teoria possui, portanto, a premissa principal de que não existe sociedade realmente governada pela maioria, mas antes, todas as sociedades, mesmo aquelas que são consideradas democráticas, são governadas por uma minoria (Burnham, 1943 citado em Damele & Campos, 2022).

Entre os principais autores clássicos da teoria se encontram Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca, Robert Michels, Max Weber, Joseph Schumpeter e Jose Ortega y Gasset (Pakulski, 2018). Embora a partir de formulações distintas, eles convergem no sentido de rejeitar a ideia de um governo efetivamente exercido pela maioria. Os primeiros teóricos desenvolveram suas ideias em oposição às visões marxista-socialistas de sociedade inteiramente igualitária, bem como às conceções de democracia pura ou direta, que, para eles, eram entendidas como irrealizáveis (Pakulski, 2018). Nesse sentido, para esses autores, a promessa de uma ordem social que fosse, em simultâneo, igualitária e plenamente democrática, era, na verdade, uma ilusão e um sonho ideológico impossível de se converter em realidade (Pakulski, 2018). Dessa forma, como pontua Pakulski (2018), a teoria se distingue por considerar as elites enquanto atores políticos e sociais centrais, pela distinção entre elites e não-elites e, sobretudo, por adotar um realismo político e metodológico acompanhado por uma visão antiutópica acerca das sociedades organizadas.

As elites "derivam de um traço mais fundamental e universal da vida social: a ausência, em qualquer colectividade, de um interesse comum susceptível de se declinar nos pormenores da organização política e das políticas públicas" (Higley, 2010, p. 15). Essa ausência implica que "as estruturas e processos das organizações vastas e complexas são de carácter arbitrário" (Higley, 2010, p.16). Sendo assim, pode-se definir as elites enquanto "as pessoas e os pequenos grupos que, em virtude dos lugares estratégicos ocupados em organizações vastas ou poderosas, são capazes de afectar os resultados políticos de modo regular e substancial" (Higley, 2010, p. 17). Assim, a elite do poder refere-se a um grupo restrito de pessoas que detém posições de influência na política e na sociedade (Wynn, Smith & Killen, 2025). A elite política, por sua vez, faz parte de um subconjunto da elite do poder, podendo ser constituída por altos funcionários da administração pública, por políticos e seus assessores (Wynn, Smith & Killen, 2025). A elite política pode ser entendida, segundo definições aceitas, como um grupo restrito e suficientemente coeso de indivíduos que exercem influência desproporcional sobre a vida política, do mesmo modo como é feito por outras elites em esferas como a sociedade, a economia e a cultura (Mosca, 1923; Pareto, 1916; Higley, 2010, citados em Cotta, 2018).

Em síntese, a teoria sustenta que, em sociedades complexas e especialmente nos Estados-nação modernos, o poder se concentra nas mãos das elites, no topo das hierarquias organizacionais, fluindo predominantemente de cima para baixo, com os principais resultados políticos e sociais sendo fortemente determinados pelas características e ações dessas elites (Pakulski, 2018). Sendo assim, a teoria das elites reconhece que a desigualdade de poder é um elemento inevitável da estrutura das sociedades modernas. Além disso, adotando uma abordagem realista, procura mais compreender, ao invés de idealizar, os processos políticos presentes na sociedade. Assim, as elites são consideradas atores fundamentais desses processos, tendo em vista que as suas ações possuem impacto direto nos resultados políticos e sociais, o que inclui a formulação de políticas e a forma com que os recursos são distribuídos.

Por fim, a teoria das elites oferece uma pespetiva que torna possível compreender em que medida, em sociedades complexas, as decisões centrais refletem interesses específicos, bem como, permite entender como as hierarquias de poder influenciam a formulação de discursos, políticas e também a opinião pública.

2.2. As elites na democracia representativa

Do sistema mais totalitário ao mais democrático, a presença de elites não pode ser ignorada (Cotta, 2018). Nesse sentido, a presença de elites políticas é considerada um traço marcante de todas as

sociedades ao menos moderadamente desenvolvidas (Best & Higley, 2018), o que implica reconhecer, inevitavelmente, a hierarquia como elemento constituinte da organização social e política. Tal hierarquia, por sua vez, constitui um obstáculo significativo para a implementação de reformas igualitárias e processos revolucionários niveladores (Pakulski, 2018), como é o caso de conceções mais idealizadas de democracia. A existência de qualquer tipo de elite, portanto, não é totalmente compatível com o ideal democrático pleno (Higley, 2010). Ainda que autores como Schumpeter e Weber tenham buscado compatibilizar o elitismo com o funcionamento prático da democracia, ambos enfatizaram que esta não se configura como "governo do povo", mas sim como um método competitivo de seleção e controle das lideranças (Pakulski, 2018). Apesar de concorrerem a mandatos eleitorais para governar, os membros das elites políticas, na realidade, constituem minorias dominantes que se impõem aos eleitores, controlam o governo e usufruem dos privilégios que daí decorrem (Korosenyi, 2018). Assim, a democracia representativa opera fundamentalmente como um mecanismo de manutenção de elites governantes competitivas (Pakulski, 2018). Simultaneamente, Pakulski (2018) reconhece também a fragilidade e instabilidade das democracias de elite, caracterizadas por círculos viciosos de ascensão e queda entre elites mais astutas e vulpinas e outras mais resolutas e autoritárias, dinâmica observada em todas as grandes sociedades. Essa ideia é retomada por Hoffmann-Lange (2018) partindo da teoria dinâmica da integração e circulação das elites de Vilfredo Pareto (1935), que distingue dois tipos de elite, as chamadas "raposas", inovadoras e persuasivas e as "leoninas", que são conservadoras e autoritárias. Segundo Pareto, as elites acabam se degenerando, pois escolhem sucessores com perfis semelhantes ao de si mesmas, o que provoca o domínio exagerado de um único tipo e, consequentemente, a sua própria decadência. Para então evitar o declínio do sistema, seria necessário manter um equilíbrio entre os dois tipos, ou seja, entre força e persuasão (Femia, 2002, citado em Hoffmann-Lange, 2018). Contudo, argumenta-se que a mobilização do apoio popular por parte das elites está fortemente dependente da persuasão em detrimento da coerção (Pakulski, 2018), na medida em que, além de controlarem os principais centros decisórios das sociedades modernas, elas também mobilizam as populações sob sua influência em prol de diferentes causas e decisões (Pakulski, 2018). Ou seja, o poder das elites não se manifesta apenas pelas posições ocupadas, mas também pela sua capacidade de influência, por exemplo, através de instrumentos retóricos, como o discurso político.

Essas contribuições, logo, oferecem uma lente relevante para a análise do discurso político sobre a Amazónia no contexto brasileiro. A partir do reconhecimento de que existe uma sociedade hierarquizada, tanto política quanto socialmente, e do entendimento da democracia representativa enquanto um sistema de competição e circulação entre elites, torna-se possível compreender em que medida não apenas a

formulação de políticas voltadas para a Amazónia, mas também a construção dos discursos que as enquadram e justificam, configuram uma expressão da vontade maioritária ou, ao contrário, são resultado de disputas internas entre diferentes grupos dirigentes.

2.3. Diferenciação e integração entre elites

Embora autores clássicos como Mosca e Michels tenham assumido que as elites são inevitavelmente coesas, já que se caracterizam por uma pequena minoria detentora de um interesse comum - proteger os privilégios associados a suas posições de poder e influência - a literatura contemporânea tende a conceber que, ao invés de elites homogêneas ou equilibradas, o que existe são múltiplos segmentos autónomos, cujas respetivas elites detém recursos distintos e interesses potencialmente conflitantes (Hoffmann-Lange, 2018). Sendo assim, nas sociedades organizadas, sempre há distinções significativas entre os diferentes grupos que compõem a elite (Higley, 2010). Dessa forma, aceita-se que a coesão não é mais presumida (Aron, 1950; Keller, 1963; Dahrendorf, 1979, citados em Hoffmann-Lange, 2018), passando a questão a centrar-se, então, em como promover a cooperação entre diferentes setores e organizações, de modo a evitar que divergências de interesses gerem conflitos violentos de poder (Hoffmann-Lange, 2018). Nesse sentido, a integração das elites envolve a habilidade de estabelecer comunicação, direta ou indireta, com indivíduos e grupos de elite, bem como de mobilizá-los para a ação coletiva (Engelstad, 2018).

Nesse contexto, a integração das elites assume um papel central para a estabilidade do sistema político, o qual é marcado por uma diferenciação entre os setores de elites. Essa diferenciação é resultado natural e estrutural do processo de complexificação das sociedades, que foi acompanhado pela necessidade de organização das elites em segmentos distintos, cada um com uma função, refletindo lógicas próprias (Best, 2018), sendo as sociedades modernas diferenciadas tanto funcional quanto socialmente (Engelstad, 2018). Embora essa diferenciação aumente a eficiência e a resiliência das estruturas de poder, pode também levar a barreiras de comunicação e disputa entre grupos de elites, o que ameaça a própria existência do sistema (Best, 2018). Isso é especialmente verdade quando se trata de elites económicas e políticas. Para Keller (1963, citado em Best, 2018), elites diversificadas e especializadas podem ser comparadas a "ilhas separadas e em competição", cada uma com seu objetivo e base de apoio. E, no caso de elites políticas e económicas, segundo a autora, ambas seguem lógicas diferentes, e por vezes, conflitantes, especialmente quando se trata de mercados eleitorais versus mercados económicos.

A diferenciação também se manifesta entre elites do mesmo setor, com a forma e o grau dessa diferenciação variando dependendo do regime político. Em ditaduras há menor diferenciação de elites, com hegemonia de um segmento central (Best, 2012, citado em Best, 2018). Já em democracias modernas existe uma maior diferenciação, seguindo, idealmente, a separação de poderes de Montesquieu - legislativo, executivo e judiciário - cada um possuindo sua própria subelite (Best, 2018).

Essa análise evidencia que a estabilidade do sistema político depende, não só do poder individual das elites, mas também de sua capacidade de integração e negociação entre segmentos, que são cada vez mais diversos, de forma a equilibrar diferentes interesses e garantir o funcionamento das instituições.

2.4. O chefe do Executivo e seu poder retórico

A função de presidentes e primeiros-ministros é, cada vez mais, considerada fundamental para a condução da mudança política (Pakulski, 2018), em partes devido, por exemplo, ao maior foco dos meios de comunicação de massa em poucos líderes proeminentes (Pakulski, 2018) e à personalização da política, levando ao que se denomina "democracia de líderes" (Femia et al., 2009; Pakulski & Korosenyi, 2012, citados em Pakulski, 2018). A análise e compreensão dos discursos políticos presidenciais exige, em primeiro lugar, reconhecer a centralidade institucional e simbólica da figura do presidente. Em regimes presidencialistas, como é o caso do sistema político brasileiro, o chefe do Executivo não apenas ocupa uma posição administrativa, mas constitui-se como um ator político de elevada capacidade de influência sobre a agenda pública, sobre as definições das prioridades do Estado e sobre a forma com que a sociedade interpreta determinadas questões. Nesse sentido, as declarações públicas do Executivo podem moldar a forma como a população percebe temas proeminentes (Wood, 2007, citado em Olds, 2015). A liderança retórica, por sua vez, constitui um elemento definidor da presidência moderna (Howell et al., 2020, p. 140, citado em Noble & Turner, 2026). Dessa forma, a centralidade da figura presidencial também é marcada por uma crescente dimensão comunicacional da liderança política. Sendo assim, a autoridade do presidente não se manifesta apenas através dos instrumentos formais de governo, mas também por meio da capacidade de mobilizar discursos de maneira estratégica. Na presidência moderna, a realização de discursos está no centro do exercício do poder, sendo o principal meio pelo qual os presidentes lideram o Congresso, a mídia e o público (Eshbaugh-Soha, 2010). Além disso, essa dimensão discursiva interliga-se diretamente com o ciclo das políticas públicas. Isto é, os discursos presidenciais e as políticas públicas possuem uma relação mútua de constituição, ou seja, os discursos podem introduzir, enquadrar e justificar as políticas, para além de influenciar como a sociedade percebe as questões (Zarefsky, 2004, citado em Silva-Muller & Sposito, 2024). No Brasil, isso faz-se notório, tendo em vista que o Executivo, cuja liderança cabe ao presidente, tem historicamente protagonizado a

formulação de políticas, sobretudo após a Constituição de 1988 (Macaulay, 2017, citado em Silva-Muller & Sposito, 2024). Para além de possuir uma retórica com efeitos instrumentais sobre as políticas públicas (Stuckey, 2008, citado em Stuckey, 2010), a literatura ainda destaca que a presidência é um locus privilegiado em termos de produção de sentidos coletivos, uma vez que os presidentes podem exercer enorme poder sobre definições nacionais (Zarefsky, 2004, citado em Stuckey, 2010) e ajudam a constituir o sentido de nação através da dimensão simbólica do cargo (Murphy, 2003, citado em Stuckey, 2010). O discurso presidencial, portanto, atua simultaneamente no plano simbólico, isto é, na construção de identidades e definições nacionais, bem como no plano estratégico, sendo utilizado enquanto recurso de liderança institucional e política.

No contexto latino-americano, a centralidade do presidente tende a ser ainda mais acentuada. Sondrol (2005) aponta que o contexto político na América Latina é favorável ao fortalecimento contínuo do poder executivo. Os presidentes latino-americanos herdaram uma tradição personalista, reforçada por massas com baixos níveis de educação, dispostas a seguirem personalidades poderosas em detrimento de questões e programas políticos (Sondrol, 2005). Dessa maneira, a figura do líder do Executivo é reforçada enquanto referência política e simbólica, conferindo maior centralidade aos discursos proferidos pelo presidente.

Por fim, nos contextos democráticos atuais, a superioridade simbólica dos líderes políticos também revela duas dinâmicas: eles precisam se destacar e se posicionar acima dos demais, mas também precisam manter proximidade com os eleitores que afirmam representar (Daloz, 2018). Combinar esses dois imperativos, portanto, pode se mostrar muito eficaz enquanto fonte de legitimação (Daloz, 2018).

Assim, ao considerar a presidência como posição de autoridade institucional, simbólica e retórica, se torna evidente que os discursos presidenciais constituem um espaço estratégico de exercício de poder, de definição de enquadramentos, bem como de construção de sentidos coletivos, que constituem dimensões fundamentais para a análise de como a Amazónia é, através do discurso, construída no cenário político brasileiro.

2.5. Elites, discurso político e opinião pública

O discurso político pode ser entendido como uma forma especial da ação política, sendo considerado uma parte funcional e estratégica do processo político (van Dijk, 1997). Por exemplo, a maioria das ações políticas, como a aprovação de leis, a tomada de decisões e campanhas, é em grande parte discursiva (van Dijk, 1997). Nesse sentido, se grande parte da ação política ocorre discursivamente, importa então, considerar que as preferências dos cidadãos também se constituem dentro desse mesmo ambiente de

comunicação política. A literatura sobre opinião pública tem revelado que as preferências dos cidadãos não surgem de maneira exógena ou independente (Druckman, 2014). Segundo Druckman (2014), isso leva a dois cenários preocupantes, um em que as elites manipulam preferências em massa e outro, igualmente negativo, em que os cidadãos dificilmente formarão preferências compatíveis com os padrões mínimos de cidadania informada. Na prática, os cidadãos podem não ser capazes de formar preferências de forma autónoma, o que leva a uma dependência de mensagens transmitidas pelas comunicações políticas estratégicas, resultando em preferências endógenas e possivelmente manipuladas (Druckman, 2014). A literatura indica amplamente que as elites, através de sinalizações, podem influenciar de maneira significativa o comportamento político e as atitudes dos cidadãos (Brader & Tucker, 2012; Lupia, 1994; Lupia & McCubbins, 1998; Samuels & Zucco, 2014, citados em Dickson & Hobolt, 2025).

As elites desempenham uma influência estratégica, especialmente quando essa influência é exercida por políticos ou grupos de interesse (Disch, 2011, citado em Druckman, 2014). Em consonância com isso, os atores políticos por trás de uma questão estão entre os atalhos de informação mais amplamente disponíveis e influentes na política (Nicholson, 2012, citado em Bäck et al., 2023). Além disso, ainda que a competição, inerente a um ambiente marcado por eleições e debates políticos, possa limitar a manipulação, de facto, as preferências exógenas às comunicações não existem, e a exposição à cobertura da mídia e à retórica das elites molda profundamente todas as dimensões das preferências (Druckman, 2014).

Nesse contexto, a comunicação estratégica e o discurso político tornam-se instrumentos centrais de influência. Por exemplo, a comunicação pode levar um indivíduo a alterar a importância que atribui a certos aspetos de uma questão, tal como a forma como um evento é enquadrado influencia quais considerações a audiência prioriza e, consequentemente, a torna mais favorável ou contrária à questão apresentada (Nelson et al.,1997, citados em Druckman, 2014). As elites devem comunicar-se estrategicamente particularmente no caso da política climática, uma vez que ela é considerada uma questão altamente controversa, que envolve muitos atores na formulação de políticas e diferentes públicos interessados no tema (Henrichsen et al., 2025). Para conseguir persuadir diferentes grupos, as elites podem precisar adaptar a forma como manifestam suas preferências publicamente, como modificando o tom da linguagem, o enquadramento dos argumentos ou a força de suas demandas políticas (Kelm, 2020; Stier et al., 2018, citados em Henrichsen et al., 2025). Assim, a opinião pública é dinâmica e sensível a diferentes enquadramentos discursivos presentes no debate público.

Para além disso, as elites também possuem a capacidade de elevar a polarização política. Em relação às mudanças climáticas, por exemplo, tem havido uma crescente divisão partidária da opinião pública na medida em que as elites políticas se polarizam mais sobre o tema (Gallup, 2010, 2011; Guber, 2013; McCright & Dunlap, 2011, citados em Tesler, 2018). A partir de um estudo conduzido nos EUA, observou-se que a receção dos discursos políticos vindo das elites parecia ser o fator dominante para a divisão ideológica das opiniões a respeito da mudança climática (Tesler, 2018). Isso constitui um cenário preocupante, pois, se no passado as elites ideológicas eram limitadas pelos fatos científicos, como observado por Zaller (1992, citado em Tesler, 2018), agora, a influência sobre a formação da opinião pública pode continuar ocorrendo de cima para baixo, mas as elites voltadas para a ciência não ocupam o topo nesse processo (Zaller, 2012, citado em Tesler, 2018). Desse modo, elites ideológicas podem prevalecer na influência sobre a opinião pública quando evidências científicas contrariam seus interesses (Tesler, 2018). Além disso, as elites políticas podem moldar a opinião pública em relação a políticas climáticas na mesma medida ou mais do que a ideologia partidária e o conteúdo das políticas, uma vez que o comportamento dos partidários está em larga medida atrelado a quem as políticas representam e ao que sinalizam sobre identidades sociopolíticas, mais do que ao seu próprio conteúdo (Van Boven & Sherman, 2021).

Em síntese, esses achados demonstram que a formação de preferências está fortemente atrelada à interação dos cidadãos com as elites e com os fluxos de comunicação estratégicos aos quais estão expostos, o que reforça o papel das elites enquanto mediadoras entre informação, interpretação e a opinião pública.

2.6. Política ambiental, discursos e relações de poder na Amazónia brasileira

A Amazónia configura-se como uma região de importância estratégica em termos ecológicos, sociais e económicos (Vicentini, Costa & Queiroz, 2022). A centralidade da Amazónia no debate político e ambiental está, em larga medida, atrelada a sua relevância climática global. A região constitui a última floresta com dimensão continental do mundo, o que explica o imenso interesse de diferentes grupos tanto, por um lado, na exploração de suas riquezas quanto, por outro, na preservação de sua biodiversidade singular e de suas condições naturais (Bothe, Kurzidem & Schmidt, 1993; Malhi et al., 2008, citados em Monteiro, Seixas & Vieira, 2014). Do ponto de vista social, a região abrange indígenas, ribeirinhos, agricultores, madeireiros, garimpeiros, quilombolas e populações urbanas, que agregam capital intelectual e cultural que contribuem para a preservação local (Vadjunec & Schmink, 2014, citados em Vicentini, Costa & Queiroz, 2022). Além de desempenhar um papel decisivo no balanço global de carbono, a Amazónia também é parte relevante do clima mundial devido ao seu papel no sistema

hidrológico (Salati & Vose, 1984, citados em Monteiro, Seixas & Vieira, 2014). Essa narrativa da Amazónia como "peça-chave" do clima mundial desempenha um papel central em como a região é percebida dentro e fora da ciência (Monteiro, Seixas & Vieira, 2014), o que orienta tanto o debate científico quanto decisões políticas. Paralelamente, surgem conflitos em torno de estratégias de desenvolvimento, conservação e ocupação da região, que são intensificados na medida em que a Amazónia é tratada como uma fronteira de recursos (Schimink & Wood, 1984; Aldrich et al., 2006, citados em Monteiro, Seixas & Vieira, 2014).

No plano político, esses conflitos se manifestam, por exemplo, em disputas discursivas entre agendas voltadas para a conservação e projetos nacionais que visam o desenvolvimento económico. Embora se argumente que os discursos ambientais resultaram em investimentos na conservação das florestas e em criação de políticas e estruturas institucionais voltadas ao meio ambiente (Kleinschmit et al., 2009; Arts et al., 2010; Abranches, 2014, citados em Pokorny et al., 2021), também é defendido que as pautas de defesa ambiental acabam sendo ofuscadas por objetivos nacionais que priorizam o crescimento económico, guiados, muitas vezes, por grandes programas de investimento público (Hecht, 2005; Cuaresma et al., 2017, citados em Pokorny et al., 2021). Apesar da incorporação retórica de compromissos ambientais pelo Estado brasileiro, os efeitos de conservação tendem a ser limitados ao curto prazo, o que indica uma dominância estrutural das preocupações de desenvolvimento económico (Pokorny et al., 2021).

Além disso, Bidone (2023) aborda uma crítica pertinente em relação à base epistemológica da governação ambiental dominante, destacando que ela é baseada numa lógica de modernização sustentada por instrumentos de eficiência científica e orientados pelo mercado, vinculados a interesses políticos e económicos, tornando as ferramentas disponíveis para a governação ambiental mais limitadas. Essa abordagem tende a ignorar outros valores, além de simplificar problemas complexos (Martinez-Alier, 2009, citado em Bidone, 2023). A produção do conhecimento científico tem sido, há muito tempo, marcada por uma predominância desproporcional da perspetiva ocidental no discurso (Ahenakew, 2016; Stein, 2019, citados em Tello & Neuburger, 2023), o que restringe a representação de culturas diversas, produzindo efeitos de longo alcance (Mignolo, 2007; Querejazu, 2016; Leff, 2017, citados em Tello & Neuburger, 2023). Nesse sentido, trabalhos no âmbito das ciências sociais e humanas tem buscado questionar a abordagem científica hegemónica em favor de uma abordagem que reconheça contextos culturais, históricos e políticos onde o conhecimento sobre o clima é produzido (Hulme, 2016, 2015, 2008, citado em Nash et al., 2020). No entanto, importa ressaltar que isso não pretende privilegiar

formas alternativas de conhecimento climático em detrimento da ciência, mas sim trata-se de reconhecer que o clima pode ser compreendido de maneira plural (Leyshon, 2014; Popke, 2016; Yeh, 2016, citados em Nash et al., 2020). Ainda nesse contexto, Bidone (2023) levanta a seguinte questão pertinente: até que ponto modos de vida alternativos e outras formas de compreender a relação entre sociedade e natureza conseguem ter espaço na construção discursiva e na implementação concreta de políticas?

Essa exclusão é particularmente evidente no contexto amazónico, onde a participação de povos indígenas e comunidades tradicionais nos processos políticos permanece muito limitada. De Wit e Mourato (2022) ressaltam que, na Amazónia, as falhas em reconhecer certas pespetivas culturais estão profundamente enraizadas na política climática. Ainda que a importância do conhecimento indígena tenha sido reconhecida oficialmente em relatórios e declarações oriundos de órgãos internacionalmente relevantes, como as Nações Unidas e o Banco Mundial (Agrawal, 1995; Philip, 2001, citados em Rajão, 2013), na prática ele desempenha um papel marginal na formulação de políticas ambientais (Castro & Nielsen, 2001; Colchester, 2004; Harwell, 2000, citados em Rajão, 2013). Além disso, embora haja mecanismos que visem uma discussão mais ampla e inclusiva, como é o caso dos Grupos de Trabalho Indígenas, foi demonstrado que a forma como os membros indígenas entendem e desejam agir em relação à natureza não está integrada às políticas públicas (de Wit & Mourato, 2022). Embora os Grupos de Trabalho Indígenas criem uma possibilidade de envolvimento dos povos indígenas, as suas estruturas e procedimentos, que são dominados por representantes do governo, acabam reproduzindo o conhecimento dominante sobre mudanças climáticas, bem como as políticas e formas de conhecimento que privilegiam o crescimento económico, ao mesmo tempo em que marginalizam e destroem os saberes ancestrais (Martin et al., 2020, citados em de Wit & Mourato, 2022). Dessa forma, importa considerar que a mudança climática também pode ser compreendida como um fenómeno cultural, cujas compreensões e respostas são influenciadas por contextos socioculturais, políticos e materiais mais amplos (Baer & Singer, 2018; Goldman et al., 2018; Geoghegan & Leyson, 2012; Hulme, 2016, 2008, citados em Nash et al., 2020). Nesse sentido, a gestão ambiental é construída através de conflitos entre diferentes reivindicações de conhecimento (Bacchi, 2009; Svarstad et al., 2018, citados em Bidone, 2023). Assim, a exploração da Amazónia enquanto fronteira de recursos evidencia os conflitos entre temporalidades distintas, que conferem valores distintos à relação entre homem e natureza (Becker, 2005, citado em da Silva & Bampi, 2019).

Essas disputas evidenciam que a definição das questões ambientais na Amazónia é profundamente influenciada por interesses materiais, bem como por desigualdades de poder. Conforme argumenta

Ciccantell (1999), em regiões socialmente remotas e com participação política limitada das populações locais, a construção social da natureza tende a refletir sobretudo a imposição de interesses materiais de agentes externos, frequentemente em detrimento das objeções de grupos locais, que atribuem significados e usos distintos aos mesmos recursos naturais. Dessa forma, os interesses predominantes do Estado e das empresas tendem, cada vez mais, a redefinir os recursos naturais da região a fim de atender aos seus próprios objetivos de desenvolvimento e acumulação de capital (Ciccantell, 1999).

Os povos indígenas, por sua vez, constituem um grupo de importância ímpar dentro do contexto amazónico. Esses grupos desempenham um papel central na conservação ambiental, com evidências empíricas indicando que terras indígenas podem funcionar como barreiras efetivas ao avanço do desmatamento (Alencar et al., 2016; Ford et al., 2020, citados em de Wit & Mourato, 2022), mas, ao mesmo tempo, eles são particularmente vulneráveis à catástrofe ambiental, tendo em vista que os recursos para sua sobrevivência são fortemente dependentes dos serviços ecossistêmicos proporcionados pela floresta tropical (Kronik & Verner, 2010, citados em de Wit & Mourato, 2022). Consoante a isso, a participação da comunidade indígena nas decisões de governação ambiental é um imperativo, tendo em vista que seus meios de sobrevivência dependem dos recursos ambientais (Chase, 2019). Por fim, a narrativa dominante sobre a Amazónia continua a privilegiar a floresta como espaço de armazenamento e reserva de carbono, evidenciando as desigualdades persistentes e as relações estruturais de poder que moldam a política colaborativa na região, enquanto as vozes indígenas - fundamentais para evitar a degradação da floresta – permanecem marginalizadas (de Wit & Mourato, 2022).

Outro aspeto relevante, frequentemente destacado nos discursos sobre a Amazónia, é a questão da soberania da região, a qual possui raízes históricas. Nesse contexto, a teoria do New International Economic Order (NIEO) de 'soberania permanente sobre os recursos naturais" (Assembleia Geral das Nações Unidas, 1952, citado em Merino, 2025), servia para proteger a soberania dos Estados em desenvolvimento sobre seus recursos naturais face a atores estrangeiros (Merino, 2025). No entanto, conforme argumenta Merino (2025), essa noção de soberania foi construída a partir de uma interpretação específica do termo "povos", entendido como sinónimo dos Estados pós-coloniais, e não dos povos constituintes. Essa conceção estatal de soberania tem implicações diretas para a Amazónia. Ainda hoje, os Estados do Sul Global recorrem a essa doutrina para sustentar projetos de desenvolvimento que visam o "interesse nacional", acabando por fundir identidades de diferentes grupos à do Estado e deslegitimar reivindicações territoriais indígenas (Bayot, 2019, citado em Merino, 2025).

Por exemplo, durante o governo de Bolsonaro (2018 -2022), observou-se uma fusão entre a identidade do Estado e a orientação simbólica de um grupo subnacional, o agronegócio, que acabou por normalizar políticas e discursos que enfraqueceram os compromissos ambientais do Brasil, em favor dos interesses desse grupo (Maitino & Vieira, 2024). Dessa forma, retóricas nacionalistas são utilizadas para defender interesses seletivos em detrimento de outros, reafirmando a soberania estatal diante de atores externos ao mesmo tempo em que negligenciam os direitos e reivindicações de próprios grupos domésticos.

A retórica de soberania também esteve fortemente presente no Brasil durante o período da Ditadura Militar (1964-1985). Nesse período, se adotou uma retórica nacionalista face a supostas tentativas de "internacionalizar" a Amazónia, que encontraram muita resistência sobretudo por parte das forças nacionalistas brasileiras e dos militares, pois para eles, isso implicaria numa maior exploração das riquezas naturais por forças estrangeiras, sob o artifício de salvaguarda do meio ambiente (Kolk, 1998). Contudo, o discurso era largamente utilizado por conveniência política e para legitimar a intervenção militar na região (Kolk, 1998).

Em suma, a Amazónia permanece no centro de múltiplos discursos e interesses, sendo envolvida por preocupações ambientais, interesses estratégicos do Estado e direitos das comunidades locais. Nesse cenário, a Amazónia é vista sob diferentes ângulos. Conforme assinala Merino (2025), para conservacionistas ocidentais, a preservação da Amazônia é essencial para a redução das emissões de carbono e a proteção da biodiversidade, enquanto, para agentes estatais, a região é estratégica para o alcance de objetivos nacionais de desenvolvimento. Já para os povos amazónicos, preservar a região é sinónimo de proteger seu mundo natural, espiritual e social (Aoki, 2018, citado em Merino, 2025).

Por fim, o estudo de discursos assume grande relevância para a política ambiental (Hajer & Versteeg, 2005, citados em Bidone, 2023). Na Amazónia contemporânea, os discursos consolidam-se como um novo instrumento de exercer poder, uma vez que possui influência tanto sobre a comunidade local quanto sobre a maneira de administrar os recursos naturais (Medina, Pokorny & Weigelt, 2009). A forma como a natureza é gerida e protegida depende dos discursos, que definem quais soluções são aceitáveis para os problemas ambientais (Bidone, 2023). Nesse sentido, a implementação de algumas políticas e a exclusão de outras reflete quais discursos são sustentados e quais são suprimidos (Bidone, 2023). Além disso, os discursos também podem determinar relações de poder socialmente construídas, como aquelas que orientam os modelos de gestão florestal na Amazónia (Medina, Pokorny & Weigelt, 2009). Dessa forma, a análise de discursos revela-se essencial para compreender a dinâmica política que permeia a Amazónia, pois os debates moldam quais estratégias para a região são privilegiadas em favor de outras.

Igualmente, os discursos dominantes não apenas orientam as políticas e práticas, mas também estruturam as relações de poder que definem quem tem voz na tomada de decisão sobre o futuro da floresta.

2.7. A Amazónia no contexto político brasileiro: revisão da literatura

A literatura sobre a Amazónica dentro do contexto político brasileiro tem vindo a evidenciar abordagens distintas, mas que se complementam, as quais podem ser organizadas em torno de quatro principais eixos, são eles: (i) o enquadramento discursivo da Amazónia nos discursos presidenciais; (ii) a relação entre o contexto político e as políticas ambientais; (iii) a perspetiva da economia política; e (iv) o debate entre desenvolvimento económico e conservação ambiental. Nesse contexto, destacam-se alguns estudos. Por exemplo, Silva-Muller e Sposito (2024) analisam como a Amazónia foi representada nos discursos presidenciais brasileiros entre 1985 e 2022, recorrendo à teoria da representação de problemas de Bacchi (1999) e ao transnacionalismo de Keck e Sikkink (1998). Os autores demonstraram que os presidentes fazem escolhas estratégicas na definição da Amazónia, utilizando diferentes enquadramentos — soberania nacional, integração económica, conservação ambiental e desenvolvimento social — ajustando o discurso conforme as prioridades dos eleitores aos quais se dirigem e à urgência e impacto político de cada tema. Os resultados evidenciam padrões temporais claros: Entre 1985 e 2009, a integração económica foi a construção predominante, especialmente nos governos de Fernando Henrique Cardoso. Com a chegada de Lula e posteriormente com Dilma, a conservação ambiental e o desenvolvimento social ganharam mais espaço. Contudo, a partir do governo Temer e em seguida com o governo Bolsonaro, a integração económica voltou a ser a narrativa dominante, combinada, neste último governo, com um forte discurso sobre soberania. Esta leitura é reforçada por Assahira e Moretto (2024), que associam estas oscilações a diferentes fases da crise da democracia brasileira, revelando o impacto político sobre a Amazónia.

A literatura também tem abordado a relação entre as transformações institucionais e as políticas voltadas para a Amazónia. Assahira e Moretto (2024), por exemplo, expõem que conforme o contexto democrático do Brasil, as dinâmicas de exploração da região seguem direcionamentos distintos, o que permite identificar diferenças notáveis entre os períodos dominados pelo projeto democrático-participativo e aqueles sob a influência de uma perspetiva autoritária (Becker, 1990; Mello-Théry, 2011, 2019, citados em Assahira & Moretto, 2024). Na primeira fase da crise democrática brasileira, durante o governo Temer (2016-2018), medidas legislativas e cortes no orçamento estiveram no centro do processo de deterioração do quadro institucional focado na proteção ambiental. A segunda fase (2019-2022), por sua vez, foi marcada por uma postura negacionista do então presidente, Jair Bolsonaro, com os aspectos

autoritários e antiambientalistas sendo marcas do discurso presidencial, como também evidenciado por Adams et al. (2020), Schwertner (2021) e Athayde et al. (2022), citados em Assahira & Moretto (2024). Nesse contexto, Sánchez, Orrego e Pimenteira (2024) acrescentam que o governo Bolsonaro (2018-2022) foi marcado pelo desmonte de políticas ambientais e pela flexibilização da fiscalização sobre atividades agropecuárias, mineradoras e madeireiras, além da valorização do mercado sobre a proteção ambiental. Além disso, eles argumentam que Bolsonaro definiu a Amazónia como uma peça-chave para mudanças institucionais, colocando os interesses do setor privado acima dos direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais, como também promovia a exploração intensiva como solução para a crise económica.

Em paralelo, outro conjunto de estudos interpreta a Amazónia a partir de uma perspetiva económica e de integração capitalista do território. Por exemplo, Sánchez, Orrego e Pimenteira (2024) analisaram os discursos, de Lula da Silva e Jair Bolsonaro, relacionados com a Amazónia, durante o período eleitoral de 2022. Para observar como a Amazónia se torna centro de disputa política, eles utilizam a perspetiva teórica de Mészáros (2002), que argumenta que o sistema capitalista opera por meio de "mediações de segundo grau", colocando a lógica do lucro acima das necessidades sociais e ambientais, o que intensifica a mercantilização dos recursos naturais e gera impactos sociais e ecológicos severos. Segundo os autores, no contexto amazónico, essa dinâmica se reflete na apropriação da floresta como uma região económica estratégica, ampliando os conflitos entre governo, oposição, setor privado e movimentos sociais. De forma complementar, da Silva e Bampi (2019) abordam a modernização que se deu no território amazónico a partir da década de 1960, que suscitou uma retórica estratégica e geopolítica por parte do Estado, que visava uma integração da região a projetos capitalistas nacionais e internacionais, a partir da urbanização, industrialização e criação de infraestruturas logísticas. Os autores sublinham que esta modernização é marcada por desigualdades socioespaciais, resultantes da valorização assimétrica do território pelo capital, conforme também discutido por Moraes e Costa (1987, citado em da Silva & Bampi, 2019). Eles acrescentam ainda que, nas últimas décadas, as estratégias para a região têm oscilado entre a valorização da conservação ambiental e a negligência aos impactos socioecológicos das iniciativas de integração da região aos mercados da América do Sul e do Pacífico.

Por fim, a literatura também tem debatido a relação entre exploração económica e preservação ambiental na Amazónia, frequentemente apresentada como uma tensão estrutural. Duarte et al. (2023) contestam a visão estritamente antagónica entre estas duas dimensões, defendendo a coexistência entre elas. De acordo com os autores, Bolsonaro adotou uma postura discursiva de oposição entre conservação

ambiental e desenvolvimento económico, apresentando as duas questões como sendo totalmente inconciliáveis. Nesse sentido, para os autores, essa dicotomia é prejudicial pois pode retardar soluções para a mudança climática, uma vez que acarreta conflitos de interesses e impasses entre diversos grupos. Dessa forma, Duarte et al. (2023) identificaram como um dos principais desafios para o governo Lula a superação dessa contradição discursiva, conciliando a exploração económica com a preservação ambiental. No entanto, eles reconhecem que, para que isso seja possível, são necessários amplos consensos políticos, económicos e sociais, sendo uma tarefa árdua, pois os problemas relacionados à Amazónia geralmente dizem respeito ao país como um todo. De igual modo, Vilani, Ferrante e Fearnside (2023), identificando que houve uma mudança clara no discurso político em relação à Amazónia sob o governo Lula, em comparação com o governo anterior, reafirmaram a necessidade de amplas coalizões e mudanças políticas para reverter o legado deixado por Bolsonaro.

2.8. Governo Lula III (2023 -)

Lula reassumiu a presidência brasileira após a vitória nas urnas em 30 de outubro de 2022. A tomada de posse do presidente marcou uma nova fase da política brasileira e, em especial, significou uma reconfiguração da agenda ambiental, indicando uma "nova institucionalidade amazónica" (Vilani, Ferrante & Fearnside, 2023). O atual governo Lula recuperou parcialmente a política climática nacional e desde 2023, ideias favoráveis ao clima, em particular as relacionadas com a proteção da Amazónia voltaram a se fortalecer, após um período, de 2013 a 2022, marcado pelo enfraquecimento das instituições e políticas ambientais (Pereira & Viola, 2024). Além disso, o governo de Lula estabeleceu a transição para uma economia verde como o eixo central da política de desenvolvimento conduzida pelo Estado e posicionou o país como um polo de tecnologias verdes (Raftopoulos & Morley, 2025). A reconfiguração do atual governo brasileiro rumo a uma nova agenda ambiental também significou um novo posicionamento do Brasil perante à comunidade internacional. Após ser reeleito, Lula reiterou seu compromisso com a pauta ambiental em todas as suas viagens internacionais (Duarte et al., 2023) e de forma a recuperar a credibilidade da política externa brasileira na questão climática, o país voltou a atuar de maneira proativa em fóruns globais (Faleiro, 2025). Sendo assim, o meio ambiente, especialmente a proteção da Amazónia, ocupam o centro do discurso de Lula relativamente a atual política externa de seu governo (Rached & Vitale, 2025). No entanto, há ambiguidades presentes. Apesar do discurso favorável ao meio ambiente, o governo Lula ainda enfrenta dificuldades e não implementou políticas públicas suficientes para lidar com os incêndios florestais, o desmatamento e a transição energética (Salles et al., 2025). Para além disso, apesar de Lula possuir apoio de grupos socioambientais, também responde aos interesses da Petrobras e de outras empresas do setor ao apoiar a exploração de novas

reservas de petróleo nas costas Norte e Nordeste (Pereira & Viola, 2024). Ainda, alguns autores defendem que a mudança de governo não rompeu totalmente com a exploração comercial da natureza, uma vez que, a estratégia de desenvolvimento continuou baseada na exportação de commodities, na exploração regulada de recursos naturais e atração de financiamento internacional (Sánchez, Orrego & Pimenteira, 2024).

Considerando as ambiguidades e tensões apresentadas, este trabalho possui como foco analítico, exclusivamente, a dimensão discursiva do governo Lula, centrando-se em como foi construída a narrativa em torno da Amazónia. Por fim, na sequência desta contextualização e delimitação, apresenta-se de seguida a metodologia e a análise dos resultados.

3. Enquadramento metodológico

O presente capítulo apresenta o enquadramento metodológico adotado na investigação, cujo objetivo consiste em responder à seguinte pergunta: "*Como foi construído o discurso político sobre a Amazónia no atual governo Lula*?".

O estudo é baseado na análise de discursos políticos proferidos pelo presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, considerando o período de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2025, com a unidade de análise correspondendo a cada discurso político individual.

3.1. Ontologia e epistemologia da pesquisa

A ontologia da presente pesquisa parte do pressuposto de que a realidade é socialmente construída por meio das interações humanas, dos discursos e das práticas sociais. Nesse sentido, a Amazónia não se resume a apenas um elemento geográfico ou biológico, mas é também uma construção política e simbólica, sendo frequentemente reinterpretada e ressignificada por diferentes atores políticos em diferentes momentos. Dessa forma, compreende-se que a Amazónia é uma região que pode assumir diversos significados, bem como ser alvo de disputas discursivas que acabam por influenciar as práticas de preservação, exploração e desenvolvimento voltadas para a região. A ontologia dessa pesquisa, considera então, que a realidade sobre a Amazónia, como construída nos discursos políticos, está em constante transformação e é marcada por conflitos de interesses e narrativas diferentes. A partir dessa conceção, a pesquisa busca compreender como o discurso sobre a Amazónia, enquanto construção política, é moldado em função dos diferentes públicos a que se dirige, evidenciando variações nos enquadramentos e nas ênfases atribuídas. Dessa forma, a Amazónia se caracteriza por ser uma realidade complexa e multifacetada, cuja representação nos discursos reflete as tensões entre questões políticas,

ambientais, económicas e sociais. Dessa maneira, considerando a ideia de que a realidade é construída, essa pesquisa procura entender como se criaram as diferentes construções de sentido e perceções sobre a região amazónica durante o governo de Lula (2023-2025).

Já a epistemologia da pesquisa, segue uma abordagem interpretativista, a partir da convicção de que o conhecimento é sempre mediado pelo sujeito, pelas condições sociais, históricas e culturais do contexto. Sendo assim, o conhecimento a respeito da Amazónia, como manifestado através do discurso, não é neutro nem objetivo, mas é resultado de um processo contínuo de construção de significados, a partir das interações entre atores políticos e sociais. Assim, ao investigar os discursos sobre a Amazónia no governo Lula, a pesquisa não se resume a apenas compreender o conteúdo das falas políticas, mas também procura entender como esses discursos são construídos, bem como quais valores e interesses estão presentes. Além disso, essa abordagem epistemológica assume que os discursos sobre a Amazónia, uma vez que são uma construção de significados, são dinâmicos e sujeitos a mudanças ao longo do tempo. Por fim, é assumido, pelo pesquisador, um papel de intérprete que busca compreender a complexidade dos discursos, sem o objetivo de alcançar uma verdade absoluta, mas sim interpretar os diferentes sentidos e enquadramentos, reconhecendo que existe uma pluralidade de interpretações possíveis inerentes ao discurso político.

3.2. Metodologia da pesquisa

A investigação adota uma metodologia interpretativista, baseada na análise qualitativa, considerando que o foco é a interpretação de significados e de construções de narrativas acerca da Amazónia. A escolha dessa metodologia justifica-se pela intenção de compreender não apenas a frequência de termos ou temas, mas sobretudo os sentidos atribuídos presentes nos discursos analisados.

De forma adicional, o estudo possui carácter exploratório e descritivo. Exploratório, uma vez que procura identificar padrões e categorias que emergem dos discursos sem a imposição prévia de um molde rígido, e descritivo por buscar sistematizar e apresentar as categorias de uma forma estruturada.

3.3. Recolha e critérios de seleção dos dados

O corpus da investigação é composto por 150 discursos, todos eles disponíveis na plataforma oficial do Governo Federal brasileiro, sendo, portanto, de acesso público. O corpus de análise, bem como os critérios de inclusão, encontram-se no Anexo A.

Os discursos foram selecionados com base na delimitação temporal entre 1 de janeiro de 2023 e 31 de dezembro de 2025, sendo um período recente e contínuo, incluindo, em particular, discursos no âmbito da COP30.

O marco inicial em 1 de janeiro de 2023 justifica-se pelo início do terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. Já o marco final, em 31 de dezembro de 2025, foi definido com o objetivo de estabelecer o fechamento do corpus de análise dentro de um prazo compatível com a conclusão da dissertação.

A seleção dos materiais foi feita também tendo como base critérios temáticos e de relevância para o objeto de estudo. Dessa forma, foram incluídos discursos diretamente relacionados com a temática ambiental, bem como discursos de caráter mais amplo, como aqueles proferidos em organismos internacionais e intervenções em órgãos nacionais, desde que incorporassem dimensões pertinentes à Amazónia.

Considerando que o objetivo da pesquisa é analisar como foi construído o discurso e não a frequência de menções à Amazónia em comparação a outros temas, a seleção deu prioridade ao conteúdo em si dos discursos, mantendo a coerência com a abordagem qualitativa adotada. A amostragem utilizada é, portanto, do tipo não probabilístico por seleção intencional.

Importa ainda destacar que o corpus não se restringe a apenas discursos formais em seu sentido estrito, mas também abrange diferentes formas de comunicação política, nomeadamente declarações oficiais, pronunciamentos e entrevistas públicas. Essa opção permite abranger uma maior diversidade de contextos comunicativos, o que enriquece a análise.

3.4. Procedimento de recolha de dados

Os discursos foram recolhidos a partir de fonte oficial e foram organizados num corpus digital. Posteriormente, os materiais foram preparados para análise, procedendo com a sua importação para o software NVivo de apoio à análise qualitativa.

3.5. Método de análise: análise de discurso

A análise dos dados foi realizada por meio de análise de discurso, uma vez que permite compreender de que forma os significados são construídos considerando contextos específicos.

Esse método possibilita identificar não apenas os temas mais recorrentes, mas também, e especialmente, verificar articulações entre diferentes enquadramentos e sentidos atribuídos à Amazónia no discurso político, considerando o contexto e os públicos a que se dirigem.

Como procedimentos de análise, recorreu-se à codificação, categorização e interpretação dos dados.

3.6. Identificação das categorias de análise: método indutivo

As categorias de análise forem identificadas seguindo uma lógica indutiva, permitindo que elas emergissem diretamente dos discursos, em vez de serem definidas de forma prévia.

A opção do método indutivo, por sua vez, é justificada pela natureza complexa e especial do objeto de estudo. A Amazónia constitui um objeto que ultrapassa uma única dimensão temática, podendo ser, simultaneamente, enquadrada sob diferentes pontos de vista, nomeadamente em termos ambientais, económicos, geopolíticos e sociais. Neste contexto, uma imposição prévia de categorias rígidas poderia representar uma limitação em captar os diversos sentidos presentes nos discursos. Assim, identificar as categorias indutivamente permitiu que elas emergissem diretamente dos discursos analisados, revelando-se, de forma particular, um método adequado para identificar padrões não antecipados, bem como nuances que dificilmente seriam percebidas através de categorias rígidas pré-definidas.

Além disso, considerando a posição singular que a Amazónia possui no debate político brasileiro, sendo mencionada em diferentes agendas e com significados variáveis dependendo do contexto político, o método indutivo permite uma flexibilidade maior, que contribuiu para uma análise mais sensível a essa complexidade e diversidade. Dessa forma, foi possível construir um quadro de categorias capaz de refletir melhor a complexidade e a heterogeneidade do objeto em questão, permitindo uma interpretação mais aprofundada.

Ademais, optou-se também por não restringir a identificação de categorias somente às menções diretas à Amazónia. Foram, igualmente, consideradas categorias associadas a temas entendidos como indissociáveis da construção discursiva sobre a Amazónia, nomeadamente aqueles relacionados à agenda ambiental em sentido mais amplo, como as alterações climáticas, biodiversidade e desenvolvimento sustentável. Essa opção justifica-se pelo objetivo de contextualizar a Amazónia dentro de um enquadramento discursivo mais abrangente, onde o seu significado vem a ser articulado com outras dimensões, como as ambientais, políticas e económicas, de forma a promover uma análise mais completa. Ao incorporar essas categorias, procura-se evitar uma análise mais isolada ou reducionista, tornando possível captar interligações e enquadramentos mais complexos. A Amazónia é, portanto, analisada não apenas como um objeto isolado no discurso, mas também é considerada um elemento que se relaciona com um conjunto de temas mais amplo, o que contribui para uma interpretação mais profunda e contextualizada, e, portanto, enriquecendo a análise.

3.7. Codificação e tratamento dos dados

Após a definição do corpus de análise, foi feita a organização do material por meio do software de apoio (NVivo).

Uma vez que a unidade de análise corresponde a cada discurso político individual, cada um foi definido como um caso particular no software de análise qualitativa. Em seguida, foi atribuído o público-alvo predominante de cada discurso, enquanto variável de classificação. Foram definidos quatro tipos de públicos-alvo:

O primeiro público-alvo corresponde ao nível local, que inclui discursos orientados para públicos diretamente inseridos na região da floresta amazónica brasileira;

O segundo público-alvo é o nacional, abrangendo discursos dirigidos ao conjunto da sociedade brasileira;

O terceiro público-alvo corresponde ao nível internacional, que inclui discursos direcionados à comunidade internacional em sentido amplo, sem delimitação regional específica;

Por fim, foi definido o público-alvo países amazónicos, que abrange discursos dirigidos especificamente aos países que partilham a região amazónica.

Após a classificação, resultaram 14 discursos para o público-alvo local; 50 para o nacional; 70 para o internacional; e 16 discursos direcionados ao público-alvo países amazónicos.

Importa destacar que há discursos que possuem mais de um único público-alvo, no entanto, optou-se por definir o público predominante para cada discurso, uma vez que atribuir uma classificação "mista" resultaria num grupo residual heterogêneo que perderia valor analítico e comprometeria a comparabilidade dos resultados.

Em seguida, foi feita uma análise exploratória inicial do material, com o objetivo de identificar padrões frequentes, para então, servir de orientação para a fase seguinte de codificação. Para isso, foram selecionados, de forma aleatória, 15 discursos. Dessa análise preliminar, emergiram 13 categorias recorrentes, que serviram como base para o processo de codificação, são elas: "Amazónia como condição da vida global"; "Amazónia como património ecológico estratégico"; "Amazónia como território habitado"; "Amazónia como responsabilidade do Estado brasileiro"; "Amazónia como ativo económico sustentável"; "Amazónia como espaço de projeção internacional"; "Brasil como ator de liderança na agenda climática internacional"; "justiça climática"; "governação multinível da Amazónia"; "financiamento para o combate à mudança climática"; "gestão sustentável do território e proteção

florestal"; "reconfiguração sustentável do modelo de desenvolvimento"; e "mudança climática como realidade urgente".

Após essa etapa, foi feita a codificação de todo o material, realizada manualmente com o apoio do software NVivo. Nesse processo, foram identificadas 46 categorias no total, incluído categorias principais e subcategorias. A Tabela 1 apresenta as categorias principais e suas respetivas definições. Complementarmente, o Apêndice A apresenta, além das categorias principais, as subcategorias, bem como exemplos de trechos codificados, com o objetivo de ilustrar a operacionalização das categorias analíticas. Embora algumas categorias possuam poucas referências, optou-se por mantê-las, uma vez que possuem relevância qualitativa, contribuindo para uma compreensão mais profunda do objeto analisado.

Tabela 1 - *Categorias identificadas através de método indutivo na construção discursiva em torno da Amazónia*

Categorias	Definição
Amazónia como ativo económico sustentável	Enquadramento da Amazónia como um ativo estratégico para o desenvolvimento económico sustentável e no qual a conservação da floresta é apresentada como fonte de valor económico.
Amazónia como condição da vida global	Enquadramento da Amazónia como essencial para a vida no planeta.
Amazónia como espaço de projeção internacional	Enquadramento da Amazónia como um espaço estratégico de projeção internacional do Brasil e no qual é evidenciado o reconhecimento global que a região possui.
Amazónia como bem comum da humanidade	Conceção de que a floresta pertence a todos os seres humanos, implicando responsabilidade coletiva e limitação do uso individual dos recursos.
Amazónia como património ecológico estratégico	Representação da Amazónia como reserva natural única, com ênfase em sua biodiversidade.
Amazónia como responsabilidade do Estado brasileiro	Representação da Amazónia como um território cuja proteção e gestão constituem dever e responsabilidade do Estado brasileiro.
Amazónia como território habitado	Representação da Amazónia como um território onde vivem populações humanas, cuja presença e necessidades sociais devem ser consideradas nas políticas de conservação e desenvolvimento.

Categorias	Definição
Brasil como ator de liderança na agenda climática internacional	Posicionamento do Brasil enquanto ator relevante ou líder nas agendas climáticas internacionais, destacando compromissos ambientais, participação em acordos globais e capacidade de contribuir para soluções diante da crise climática.
Críticas ao retrocesso ambiental do governo anterior	Avaliações negativas que apontam o enfraquecimento ou a reversão de políticas ambientais do governo anterior.
Defesa da soberania brasileira sobre a Amazónia	Afirmação do direito exclusivo do Brasil de decidir de forma autónoma a condução de políticas sobre a Amazónia.
Financiamento para o combate à mudança climática	Menção ao apoio financeiro internacional para viabilizar a conservação das florestas tropicais e o combate à mudança do clima.
Gestão sustentável do território e proteção florestal	Referências a iniciativas voltadas para o uso sustentável da terra e a proteção da floresta.
Governação multinível da Amazónia	Defesa de que a agenda amazónica deve envolver diferentes níveis de governo e atores sociais, não apenas o governo federal.
Justiça climática	Conexão entre mudança climática e desigualdades sociais e globais.
Mudança climática como realidade urgente	Referências ao reconhecimento de que a mudança climática é um fenómeno global real que requer ação urgente.
Reconfiguração sustentável do modelo de desenvolvimento	Referências a alternativas mais sustentáveis de desenvolvimento económico.
Valorização da participação social em matéria climática	Referências à importância do envolvimento da sociedade na definição e implementação de políticas climáticas.
Visão comum e cooperação entre países amazónicos	Referências à necessidade de coordenação e ação conjunta entre os países da região amazónica face aos problemas comuns da região.

Nota. Fonte: elaboração própria com base em método indutivo a partir de corpus de 150 discursos oficiais listados no Anexo A.

Tendo sido concluída a codificação de todo o material, foi realizada uma leitura integral de todos os trechos codificados, com o objetivo de refinar as categorias inicialmente identificadas. Esse processo permitiu maior especificação analítica e resultou na criação de subcategorias.

Após esta etapa, foram criadas matrizes estruturais através do software, a fim de identificar padrões relevantes. Como estratégia de análise principal, foi realizado o cruzamento das categorias com o público-alvo predominante dos discursos, com o objetivo de identificar regularidades e variações em função de cada público-alvo.

A opção de realizar a análise em função de cada público-alvo se deu, em primeiro lugar, devido a proporção desigual dos discursos entre os diferentes públicos. Dessa forma, uma análise agregada poderia resultar em enviesamentos, uma vez que, os públicos mais representados tenderiam a influenciar de maneira desproporcional os padrões identificados. Além disso, uma análise consoante a cada público-alvo, torna possível perceber como nuances, regularidades e diferenças variam dependendo do público a quem esses discursos são dirigidos, o que contribui para uma análise mais refinada e contextualizada.

Para mais, a análise das categorias por público-alvo foi realizada com base na frequência de referências codificadas em cada categoria temática.

Optou-se pela apresentação dos dados de duas maneiras. Inicialmente, as frequências das referências foram apresentadas em percentuais, para permitir uma visão global da estrutura interna dos discursos, bem como evidenciar o peso relativo que cada categoria temática possui no conjunto de discursos de cada público-alvo.

Posteriormente, com o objetivo de aprofundar a interpretação dos dados, foram apresentadas as frequências absolutas, permitindo um desdobramento mais detalhado das categorias e uma leitura mais minuciosa das ocorrências, de forma a identificar particularidades entre elas.

3.8. Considerações éticas

A investigação é baseada exclusivamente em dados públicos, nomeadamente discursos políticos disponibilizados na plataforma oficial do Governo Federal brasileiro, não envolvendo, portanto, a participação direta de indivíduos e nem a recolha de dados pessoais.

Ainda assim, foi tido em atenção o contexto original dos discursos, com o objetivo de assegurar a fidelidade e integridade na interpretação e tratamento dos dados, de forma a evitar distorções e extrapolações indevidas do conteúdo em causa.

Importa ainda referir que, para o desenvolvimento da presente investigação, recorreu-se, apenas de forma acessória, a ferramentas digitais para apoio na redação e na revisão do texto, incluindo o uso de inteligência artificial, nomeadamente ChatGPT, tendo sido limitado ao apoio na organização da escrita, em tornar mais clara algumas formulações e ajudar nos modelos de referências. No entanto, posteriormente, todas as referências bibliográficas foram verificadas manualmente, conferindo-as através da fonte primária. Importa também salientar que a ferramenta não foi utilizada para definir o corpus de análise, criar categorias analíticas, realizar a codificação no NVivo ou interpretar os resultados. Por fim, a responsabilidade científica pelo texto final cabe integralmente à autora.

3.9. Limitações

Embora tenha sido adotado um rigor metodológico, há algumas limitações durante a pesquisa que devem ser reconhecidas.

Em primeiro lugar, o carácter interpretativo da análise leva a um grau inevitável de subjetividade na interpretação dos sentidos presentes nos discursos, ainda que seja minimizado por meio do processo sistemático de codificação.

Além disso, a seleção do corpus foi feita de forma intencional, o que, embora seja adequado à análise qualitativa da investigação, acarreta uma limitação à generalização estatística dos resultados, já que não se trata de uma amostra probabilística.

E, por fim, a delimitação temporal do estudo, que abrange o período de 2023 a 2025, pode restringir a análise a este período específico e recente, podendo não capturar dinâmicas de mais longo prazo, particularmente, tendo em consideração o caso da Amazónia, cuja construção no discurso político tende a variar de forma significativa a depender de alterações institucionais e do contexto político geral.

4. Apresentação e interpretação dos resultados

No presente capítulo os resultados obtidos são apresentados e interpretados e, por meio de uma análise transversal, procura identificar os principais padrões de frequência das categorias analisadas, bem como apontar os enquadramentos predominantes no discurso. A análise é organizada de acordo com a distribuição relativa das categorias em função de cada público-alvo (local, nacional, internacional e países amazónicos), permitindo evidenciar os eixos temáticos mais relevantes em cada contexto. Por fim, é feita uma análise comparativa geral da construção dos discursos em função de cada público, bem como uma análise específica da representação da Amazónia em relação aos diferentes públicos.

4.1. O discurso sobre a Amazónia por público-alvo

4.1.1. Público-alvo local

A tabela seguinte apresenta a distribuição das categorias analisadas em função do público-alvo local, isto é, delimitado na região amazónica, evidenciando o número de referências codificadas para cada categoria, bem como o peso relativo de cada uma no conjunto dos dados.

Tabela 2 - *Frequência das categorias temáticas no discurso presidencial direcionado ao público-alvo local*

Categorias e Subcategorias	Nº de referências	%
Desenvolvimento social da região	47	21,1
Defesa dos direitos dos povos indígenas	22	9,9
Amazónia como território habitado	18	8,1
Gestão sustentável do território e proteção florestal	15	6,7
Amazónia como espaço de projeção internacional	13	5,8
Financiamento para o combate à mudança climática	11	4,9
Proteção de terras indígenas	10	4,5
Amazónia como ativo económico sustentável	8	3,6
Vulnerabilidade social da Amazónia	8	3,6
Mudança climática como realidade urgente	8	3,6
Brasil como ator de liderança na agenda climática internacional	7	3,1
Governação multinível da Amazónia	7	3,1
Amazónia como património ecológico estratégico	5	2,2
Valorização da cultura e dos saberes locais	4	1,8
Combate ao desmatamento	4	1,8
Combate ao garimpo ilegal	4	1,8
Combate aos incêndios florestais	4	1,8
Responsabilidade histórica dos países desenvolvidos	4	1,8
Defesa dos direitos dos povos quilombolas	3	1,3
Defesa da soberania brasileira sobre a Amazónia	3	1,3
Rejeição da Amazónia como santuário global	3	1,3

Categorias e Subcategorias	Nº de referências	%
Amazónia como condição da vida global	2	0,9
Combate à grilagem	2	0,9
Valorização da ciência	2	0,9
Recursos naturais como ativo central	2	0,9
Transição energética	2	0,9
Amazónia como bem comum da humanidade	1	0,4
Críticas ao retrocesso ambiental do governo anterior	1	0,4
Uso de terras degradadas	1	0,4
Ceticismo quanto ao cumprimento de acordos climáticos globais	1	0,4
Visão comum e cooperação entre países amazónicos	1	0,4
Amazónia como responsabilidade do Estado brasileiro	0	0,0
Combate aos madeireiros	0	0,0
Monitorização e informação sobre a floresta	0	0,0
Justiça climática	0	0,0
Crítica à exploração predatória dos recursos naturais	0	0,0
Transição justa	0	0,0
Defesa do multilateralismo no combate à mudança climática	0	0,0
Mudança do clima como desafio económico	0	0,0
Mudança do clima como prioridade para o Brasil	0	0,0
Reconfiguração sustentável do modelo de desenvolvimento	0	0,0
Conciliação entre crescimento económico e preservação ambiental	0	0,0
Economia verde	0	0,0
Sociobioeconomia	0	0,0
Valorização da participação social em matéria climática	0	0,0
Educação sobre a questão climática no currículo escolar	0	0,0
TOTAL	223	99,6

Nota. Percentuais calculados sobre o total de referências codificadas no respetivo público-alvo; somatórios podem diferir de 100% por arredondamento. Fonte: Elaboração própria com base em discursos oficiais do Governo Federal brasileiro (2023-2025) listados no Anexo A, codificados no NVivo.

4.1.1.1. Estrutura geral dos discursos em função do público-alvo local

Conforme apresentado na Tabela 2, a distribuição das categorias demonstra que há uma elevada concentração em poucos eixos temáticos, além de existir um amplo conjunto de categorias com baixas ou nulas referências. Dessa forma, é revelado que o discurso dirigido ao público-alvo local privilegia de forma clara um conjunto de categorias.

A categoria mais proeminente é "desenvolvimento social da região", representando 21,1% do total de referências codificadas, sendo a categoria estruturante do discurso, em relação ao conjunto analisado. Este resultado indica uma centralidade da Amazónia enquanto espaço social, com forte ênfase nas questões de melhoria das condições de vida e do desenvolvimento do território.

Em seguida, destaca-se "defesa dos direitos dos povos indígenas" (9,9%), seguida pela representação da Amazónia como território habitado (8,1%). Sendo, portanto, reafirmada a dimensão social no discurso.

Num nível intermédio, destaca-se a categoria relacionada ao domínio ambiental "gestão sustentável do território e proteção florestal" (6,7%). Ainda em um patamar intermediário, embora com menor expressão relativa, aparecem, por exemplo, "financiamento para o combate à mudança climática" (4,9%), além de "proteção de terras indígenas" (4,5%), "Amazónia como ativo económico sustentável" (3,6%) e "vulnerabilidade social da Amazónia" (3,6%), revelando uma abordagem económica e reafirmando a social.

Com baixa incidência, verifica-se um amplo conjunto de categorias com valores inferiores ou próximos de 3%. Entre elas, "Brasil como ator de liderança na agenda climática internacional" (3,1%), "Governação multinível da Amazónia" (3,1%) e "Amazónia como património ecológico estratégico" (2,2%) e várias categorias com valores próximos (entre 1,8% e 1,3%), incluindo aquelas relacionadas ao combate a ilícitos ambientais específicos, à soberania, aos direitos dos povos quilombolas e categorias relacionadas ao plano internacional, como o argumento da responsabilidade histórica dos países desenvolvidos.

Por fim, observa-se também um número significativo de categorias com expressão nula (0,0%), como as relacionadas à justiça climática, reconfiguração sustentável do modelo de desenvolvimento e à participação social em matéria climática. A ausência desses temas, por sua vez, indica lacunas específicas nos discursos analisados, nomeadamente no que se refere a vertentes mais críticas do debate climático, a mudanças estruturais mais amplas e complexas, bem como incentivos à participação social nos debates ambientais.

De maneira geral, do ponto de vista estrutural, observa-se que o discurso privilegia as dimensões sociais e de desenvolvimento interno em detrimento de enquadramentos relacionados ao plano macro-político ou internacional. A Amazónia, por sua vez, concentra o sentido de região socialmente habitada, com o sentido ecológico assumindo um papel secundário. Sendo assim, sobressaem, sobretudo, referências associadas ao desenvolvimento social e à proteção de direitos, especialmente dos povos indígenas.

4.1.1.2. Análise detalhada das categorias em função do público-alvo local

Conforme apresentado na Tabela 2, a análise dos discursos direcionados predominantemente ao público-alvo local, isto é, delimitado na região amazónica, revela uma distribuição temática fortemente concentrada em categorias associadas ao desenvolvimento social e à proteção dos habitantes da região, em especial os indígenas. Observa-se uma clara predominância do uso da categoria "desenvolvimento social da região", a qual concentra a maior parte das referências (47) nesse subconjunto de discursos. Essa predominância indica que o discurso presidencial, quando direcionado à população local, coloca especial atenção às necessidades das populações locais da Amazónia, com ênfase na promoção de melhorias nas condições de vida local, bem como na redução das desigualdades regionais. O foco no desenvolvimento social sugere uma estratégia discursiva voltada às demandas concretas da população amazónica.

Em seguida, destaca-se a categoria "defesa dos direitos dos povos indígenas", com 22 referências. A elevada incidência dessa categoria demonstra que, na construção discursiva, os povos indígenas ocupam uma posição singular em relação ao conjunto da população amazónica, sendo, frequentemente, representados como um grupo à parte. Tal ênfase sugere não apenas reconhecimento, mas também uma diferenciação simbólica, que os distingue dos demais segmentos da população, baseada no reconhecimento histórico de seus direitos, o que pode reforçar uma dimensão identitária no discurso.

A categoria "Amazónia como território habitado", com 18 referências, também aparece com frequência relevante. Sua presença recorrente sugere um esforço em contrapor o discurso a narrativas que tratam a região como um espaço vazio, ou de carácter exclusivamente ambiental. Nesse sentido, o discurso constrói a Amazónia como um espaço que é, sobretudo, socialmente ocupado, atribuindo especial atenção à existência de populações com demandas específicas, o que reforça a necessidade de políticas públicas especiais para a região.

Outras categorias com frequência significativa incluem "gestão sustentável do território e proteção florestal" (15 referências), "Amazónia como espaço de projeção internacional" (13) e "financiamento para o combate à mudança climática" (11). Essas categorias indicam que, embora o foco principal seja

a dimensão social da região, o discurso não se dissocia completamente da vertente ambiental e internacional, sugerindo uma tentativa de inserir a Amazónia num contexto mais amplo da agenda climática, ainda que a abordagem seja estruturada a partir de prioridades sociais. Além disso, a categoria "gestão sustentável do território e proteção florestal" é utilizada maioritariamente de forma generalizada, com algumas subcategorias específicas sendo mobilizadas em menor grau, nomeadamente "combate ao desmatamento", "combate ao garimpo ilegal", "combate aos incêndios florestais" e "combate à grilagem". Essa frequência relativamente baixa (entre 2 e 4 referências cada), pode indicar que, embora presentes, essas dimensões são menos centrais do que as questões sociais, não existindo um enfoque estritamente ambiental nem focado em políticas ambientais específicas.

Por outro lado, observa-se a ausência de categorias relacionadas à complexidade das mudanças climáticas, como "justiça climática", "defesa do multilateralismo no combate à mudança climática", "participação social em matéria climática", bem como de categorias relacionadas ao amplo desenvolvimento do país, como "reconfiguração sustentável do modelo de desenvolvimento", por exemplo. Essa ausência pode sugerir que, dentro do contexto local, o discurso tende a minimizar o carácter complexo da agenda climática, priorizando temas que são mais diretamente relacionados à realidade socioeconómica da população.

De maneira geral, os resultados indicam que, quando o público-alvo é local, os discursos tendem a construir a Amazónia, predominantemente, como um espaço social, com ênfase nas questões de desenvolvimento, integração e direitos das populações locais.

4.1.2. Público-alvo nacional

A tabela a seguir demonstra a distribuição das categorias analisadas em função do público-alvo nacional, evidenciando o número de referências codificadas para cada categoria, bem como o peso relativo que cada uma apresenta no conjunto dos dados.

Tabela 3 - *Frequência das categorias temáticas no discurso presidencial direcionado ao público-alvo nacional*

Categorias e Subcategorias	Nº de referências	%
Transição energética	73	9,2
Brasil como ator de liderança na agenda climática internacional	65	8,2
Gestão sustentável do território e proteção florestal	47	5,9
Defesa dos direitos dos povos indígenas	46	5,8

Categorias e Subcategorias	Nº de referências	%
Mudança climática como realidade urgente	40	5,1
Amazónia como território habitado	36	4,6
Combate ao desmatamento	33	4,2
Financiamento para o combate à mudança climática	32	4,1
Proteção de terras indígenas	31	3,9
Amazónia como ativo económico sustentável	28	3,5
Reconfiguração sustentável do modelo de desenvolvimento	24	3,0
Amazónia como responsabilidade do Estado brasileiro	20	2,5
Governação multinível da Amazónia	20	2,5
Amazónia como espaço de projeção internacional	19	2,4
Recursos naturais como ativo central	18	2,3
Amazónia como condição da vida global	16	2,0
Amazónia como património ecológico estratégico	16	2,0
Desenvolvimento social da região	16	2,0
Críticas ao retrocesso ambiental do governo anterior	15	1,9
Responsabilidade histórica dos países desenvolvidos	15	1,9
Economia verde	15	1,9
Uso de terras degradadas	14	1,8
Justiça climática	14	1,8
Valorização da participação social em matéria climática	14	1,8
Ceticismo quanto ao cumprimento de acordos climáticos globais	13	1,6
Combate ao garimpo ilegal	11	1,4
Vulnerabilidade social da Amazónia	9	1,1
Combate aos incêndios florestais	9	1,1
Defesa dos direitos dos povos quilombolas	8	1,0
Conciliação entre crescimento económico e preservação ambiental	7	0,9
Visão comum e cooperação entre países amazónicos	7	0,9
Defesa da soberania brasileira sobre a Amazónia	6	0,8

Categorias e Subcategorias	Nº de referências	%
Combate aos madeireiros	6	0,8
Mudança do clima como prioridade para o Brasil	6	0,8
Valorização da ciência	6	0,8
Amazónia como bem comum da humanidade	5	0,6
Monitorização e informação sobre a floresta	5	0,6
Sociobioeconomia	5	0,6
Valorização da cultura e dos saberes locais	4	0,5
Combate à grilagem	4	0,5
Crítica à exploração predatória dos recursos naturais	3	0,4
Defesa do multilateralismo no combate à mudança climática	3	0,4
Educação sobre a questão climática no currículo escolar	3	0,4
Rejeição da Amazónia como santuário global	2	0,3
Transição justa	1	0,1
Mudança do clima como desafio económico	0	0,0
TOTAL	790	99,9

Nota. Percentuais calculados sobre o total de referências codificadas no respetivo público-alvo; somatórios podem diferir de 100% por arredondamento. Fonte: Elaboração própria com base em discursos oficiais do Governo Federal brasileiro (2023-2025) listados no Anexo A, codificados no NVivo.

4.1.2.1. Estrutura geral dos discursos em função do público-alvo nacional

Conforme os dados presentes na Tabela 3, no discurso dirigido ao público-alvo nacional, observa-se que as categorias são distribuídas de maneira dispersa, havendo baixa concentração em um único eixo dominante. Ainda assim, há um conjunto mais estável de categorias de maior incidência, embora possuam pesos mais moderados.

O principal eixo estruturante do discurso corresponde à "transição energética", representando 9,2% das referências codificadas totais, indicando ser uma questão prioritária para o governo brasileiro no contexto climático e económico. De igual modo, "Brasil como ator de liderança na agenda climática internacional" (8,2%) constitui outro eixo dominante do discurso, evidenciando uma preocupação em torno da imagem internacional assumida pelo governo brasileiro. Em complemento, também com frequência significativa, surge "gestão sustentável do território e proteção florestal" (5,9%), o que sugere uma dupla centralidade,

ou seja, uma agenda ambiental interna voltada à conservação ambiental e a projeção externa do país neste mesmo âmbito.

Logo a seguir, tem-se a categoria "defesa dos direitos dos povos indígenas" (5,8%), indicando uma forte presença da vertente social no discurso.

Num nível ainda significativo, encontram-se as categorias "mudança climática como realidade urgente" (5,1%), "Amazónia como território habitado" (4,6%), "combate ao desmatamento" (4,2%) e "financiamento para o combate à mudança climática" (4,1%), revelando enfoque nas dimensões ambiental e social, bem como em questões económicas e relacionadas ao plano internacional. Inclui-se, ainda, referências à "proteção de terras indígenas" (3,9%), "Amazónia como ativo económico sustentável" (3,5%) e "reconfiguração sustentável do modelo de desenvolvimento" (3,0%), embora com menor expressão relativa.

Há ainda, um amplo conjunto de categorias com incidência média e baixa (entre aproximadamente 2,5% e 1,0%), em que há domínios políticos, ambientais e económicos, estando presentes categorias relacionadas à governação da região amazónica, ao âmbito internacional, como justiça climática e soberania, bem como a aspetos mais específicos da reconfiguração sustentável do modelo de desenvolvimento, como "recursos naturais como ativo central" e "economia verde", por exemplo.

Por fim, observa-se também um número elevado de categorias com baixa incidência (inferior a 1%), entre as quais, incluem-se temas como "valorização da ciência" (0,8%), "sociobioeconomia" (0,6%), "valorização da cultura e dos saberes locais" (0,5%), "crítica à exploração predatória dos recursos naturais" (0,4%), e "educação sobre a questão climática no currículo escolar" (0,4%), por exemplo. Essa baixa ocorrência, indica a ausência de enquadramentos que sejam mais disruptivos ou transformadores, revelando, assim, uma abordagem menos crítica no discurso.

Em geral, o discurso dirigido ao público nacional é caracterizado por uma forte centralidade da transição energética e da agenda ambiental, articulada com a projeção internacional do papel do Brasil, o que indica a presença consistente de uma dimensão internacional no discurso. A vertente social, por sua vez, assume relevância, mas não é a dominante.

A Amazónia, em seu turno, é de forma significativa retratada sob o ponto de vista social, por meio de sua representação como território habitado (4,6%), mas há sobretudo uma articulação com a gestão sustentável do território e a proteção florestal (5,9%), atribuindo uma leitura da região enquanto espaço de intervenção social mas, ao mesmo tempo, ambiental. Há também uma valorização económica da

região, ainda que em menor peso, quando a Amazónia é construída como ativo económico sustentável (3,5%). De igual modo, a floresta também é construída como espaço de projeção internacional (2,4%), embora em menor grau, revelando uma valorização da projeção externa da região. Acresce ainda, a noção de vulnerabilidade do território, nomeadamente "vulnerabilidade social da Amazónia" (1,1%), que embora sua presença no discurso seja marginal, complementa a construção da Amazónia enquanto território habitado. Em conjunto, essas categorias demonstram que a Amazónia não é representada através de um enquadramento único e homogêneo, tendo sido, entretanto, atribuído maior peso às suas dimensões sociais e ambientais.

4.1.2.2. Análise detalhada das categorias em função do público-alvo nacional

Conforme a Tabela 3, verifica-se, de forma geral, que nos discursos cujo público-alvo é o nacional foi feito recurso à um amplo e diversificado conjunto de categorias, com forte concentração naquelas relacionadas, simultaneamente, à proteção ambiental, a agenda de desenvolvimento do país e ao posicionamento internacional do Brasil. Observa-se, assim, uma articulação entre dimensões domésticas e sua projeção global, o que indica uma construção mais híbrida do discurso.

A categoria mais frequente é "transição energética", com 73 referências, que se destaca significativamente em relação às demais. Esse resultado demonstra a centralidade que a transição energética assume no discurso presidencial, o que sugere uma tentativa de enquadrar a política ambiental numa transformação económica mais ampla, na qual a transição energética representa oportunidades do ponto de vista da sustentabilidade ambiental e, simultaneamente, económicas.

Logo em seguida, destaca-se também "Brasil como ator de liderança na agenda climática internacional", com 65 referências, o que reforça a ênfase na posição assumida pelo Brasil face à comunidade internacional, e estabelece uma ligação entre a ambição desse protagonismo global e o plano nacional. Ou seja, é sugerido um alinhamento entre as orientações nacionais e os compromissos assumidos no âmbito internacional, tendo o contexto nacional como base para o alcance desses objetivos.

Com proeminência, também aparece a categoria "gestão sustentável do território e proteção florestal" (47 referências), reafirmando uma convergência entre a ambição brasileira de se afirmar internacionalmente enquanto ator relevante na agenda climática e um discurso nacional que se volta para a proteção ambiental. Outra categoria relevante que se insere nesse contexto, é "combate ao desmatamento" (33), que possui significativa proeminência face a outras subcategorias como "combate ao garimpo ilegal" (11), "combate aos incêndios florestais" (9) e "combate à grilagem" (4), demonstrando a prioridade dada à questão do desmatamento no que respeita à proteção ambiental.

Igualmente com frequência expressiva, tem-se "defesa dos direitos dos povos indígenas" (46), para além de revelar uma componente social, indica também que os indígenas ocupam uma posição destacada no discurso. Isso sugere, então, que eles não são valorizados apenas ao nível local, mas também são reconhecidos como grupos de importância ímpar no âmbito nacional em seu todo.

Seguidamente, há a categoria "mudança climática como realidade urgente" (40), o que indica um enquadramento do tema climático como uma questão de urgência ambiental e também política.

A categoria "Amazónia como território habitado" (36) também é utilizada de maneira frequente, o que aponta para a ênfase da Amazónia enquanto uma região socialmente ocupada, contrariando representações de vazio territorial e atribuindo especial atenção às necessidades das populações locais.

Observa-se também o reconhecimento da proteção e cuidado com a Amazónia como uma obrigação e responsabilidade do Estado, o que é indicado por meio da categoria "Amazónia como responsabilidade do Estado brasileiro" (20). Dessa forma, é assumido no discurso uma posição de responsabilidade na conservação da floresta, o que se traduz num compromisso institucional com a salvaguarda da região. Além disso, é, por vezes, mencionado que essa responsabilidade não é apenas do governo em exercício, mas que deve ser atribuída ao Estado, sendo entendida como um dever permanente.

Além disso, a presença da categoria "governação multinível da Amazónia" (20) pressupõe a complexidade dos desafios associados à Amazónia, sendo enfatizado, diversas vezes, que devem participar das soluções para a região aqueles que efetivamente estão no território e conhecem a realidade local. Dessa forma, o discurso abre espaço para a inclusão de diferentes atores na promoção de políticas voltadas para o território.

Cumpre ainda salientar que, embora o foco seja o público nacional, há incidência de outras categorias relacionadas ao campo internacional, como "responsabilidade histórica dos países desenvolvidos" (15 referências) e "ceticismo quanto ao cumprimento de acordos climáticos globais" (13), demonstrando que a dimensão externa não desaparece mesmo no discurso doméstico. Além disso, a categoria "responsabilidade histórica dos países desenvolvidos", por vezes, acompanha "financiamento para o combate à mudança climática" (32), para manifestar a necessidade de os países desenvolvidos suportarem os custos de proteção ambiental daqueles países que ainda estão em vias de desenvolvimento.

Adicionalmente, há a presença de categorias de cariz económico e estrutural como "Amazónia como ativo económico sustentável" (28) e "reconfiguração sustentável do modelo de desenvolvimento" (24),

sugerindo uma tentativa de integrar a agenda ambiental a uma lógica de desenvolvimento económico mais ampla.

Por outro lado, há uma expressão reduzida de categorias como "valorização da ciência" (6 referências), "sociobioeconomia" (5), "valorização da cultura e dos saberes locais" (4), "crítica à exploração predatória dos recursos naturais" (3), e "educação sobre a questão climática no currículo escolar" (3). Essas dimensões, que envolvem a produção de conhecimento, a educação climática e a transição para modelos económicos alternativos mais complexos e socialmente sensíveis, assumem um papel marginal, podendo indicar uma fraca abertura a críticas e perspetivas que desafiem mais diretamente o paradigma vigente.

De forma geral, os resultados demonstram que o discurso dirigido ao público nacional articula três eixos principais - a transição energética, a proteção ambiental e social, bem como a projeção internacional do Brasil. Essa configuração sugere uma preocupação em torno da política doméstica, porém conjugada com uma ambição global.

Relativamente à Amazónia, a região é representada de maneira plural, mas com predomínio de enquadramentos sob as pespetivas ambiental e social, sendo entendida, simultaneamente, como território socialmente habitado e espaço de conservação e gestão sustentável.

4.1.3. Público-alvo internacional

A tabela seguinte demonstra a distribuição das categorias analisadas em função do público-alvo internacional em geral, sem delimitação regional específica, evidenciando o número de referências codificadas para cada categoria, bem como o peso relativo que cada uma apresenta no conjunto dos dados.

Tabela 4 - *Frequência das categorias temáticas no discurso presidencial direcionado ao público-alvo internacional*

Categorias e Subcategorias	Nº de referências	%
Financiamento para o combate à mudança climática	104	9,8
Mudança climática como realidade urgente	94	8,9
Justiça climática	93	8,8
Transição energética	91	8,6
Brasil como ator de liderança na agenda climática internacional	85	8,0
Ceticismo quanto ao cumprimento de acordos climáticos globais	57	5,4

Categorias e Subcategorias	Nº de referências	%
Defesa do multilateralismo no combate à mudança climática	55	5,2
Reconfiguração sustentável do modelo de desenvolvimento	50	4,7
Responsabilidade histórica dos países desenvolvidos	39	3,7
Amazónia como território habitado	34	3,2
Combate ao desmatamento	33	3,1
Amazónia como espaço de projeção internacional	31	2,9
Recursos naturais como ativo central	31	2,9
Transição justa	25	2,4
Amazónia como património ecológico estratégico	23	2,2
Economia verde	23	2,2
Gestão sustentável do território e proteção florestal	22	2,1
Valorização da participação social em matéria climática	15	1,4
Defesa dos direitos dos povos indígenas	14	1,3
Visão comum e cooperação entre países amazónicos	13	1,2
Amazónia como ativo económico sustentável	12	1,1
Valorização da ciência	12	1,1
Crítica à exploração predatória dos recursos naturais	10	0,9
Defesa da soberania brasileira sobre a Amazónia	8	0,8
Mudança do clima como prioridade para o Brasil	8	0,8
Conciliação entre crescimento económico e preservação ambiental	8	0,8
Amazónia como condição da vida global	7	0,7
Amazónia como responsabilidade do Estado brasileiro	7	0,7
Sociobioeconomia	7	0,7
Valorização da cultura e dos saberes locais	6	0,6
Uso de terras degradadas	6	0,6
Rejeição da Amazónia como santuário global	5	0,5
Proteção de terras indígenas	4	0,4
Desenvolvimento social da região	4	0,4

Categorias e Subcategorias	Nº de referências	%
Combate aos incêndios florestais	4	0,4
Monitorização e informação sobre a floresta	4	0,4
Combate ao garimpo ilegal	3	0,3
Amazónia como bem comum da humanidade	2	0,2
Governação multinível da Amazónia	2	0,2
Educação sobre a questão climática no currículo escolar	2	0,2
Defesa dos direitos dos povos quilombolas	1	0,1
Vulnerabilidade social da Amazónia	1	0,1
Críticas ao retrocesso ambiental do governo anterior	1	0,1
Combate aos madeireiros	1	0,1
Mudança do clima como desafio económico	1	0,1
Combate à grilagem	0	0,0
TOTAL	1058	100,3

Nota. Percentuais calculados sobre o total de referências codificadas no respetivo público-alvo; somatórios podem diferir de 100% por arredondamento. Fonte: Elaboração própria com base em discursos oficiais do Governo Federal brasileiro (2023-2025) listados no Anexo A, codificados no NVivo.

4.1.3.1. Estrutura geral dos discursos em função do público-alvo internacional

Conforme os dados apresentados na Tabela 4, a distribuição das categorias torna evidente uma elevada concentração em um conjunto específico de temas, sobretudo temáticas relacionadas à agenda climática global, aos mecanismos de financiamento climático, bem como à transição energética.

O eixo estruturante do discurso é constituído pelas categorias "financiamento para o combate à mudança climática" (9,8%), "mudança climática como realidade urgente" (8,9%), "justiça climática" (8,8%) e "transição energética" (8,6%), seguidas pela liderança do Brasil na agenda climática internacional (8,0%). Esse conjunto demonstra uma centralidade das questões relacionadas à agenda climática internacional, com forte ênfase no financiamento climático, na urgência da ação climática, na transição energética e no posicionamento internacional brasileiro. Além disso, o discurso abarca um sentido crítico, ao destacar a noção de justiça climática.

Num segundo nível, encontram-se categorias ainda relevantes, embora possuam menor peso relativo, como "ceticismo quanto ao cumprimento de acordos climáticos globais" (5,4%), a "defesa do multilateralismo no combate à mudança climática" (5,2%), a "reconfiguração sustentável do modelo de

desenvolvimento" (4,7%) e a "responsabilidade histórica dos países desenvolvidos" (3,7%). Esses enquadramentos revelam uma vertente crítica presente no discurso, articulando a estrutura da ordem global com a problematização das desigualdades históricas entre países.

Há, também, um nível intermédio de categorias (entre 2% e 3,5%), no qual constam, por exemplo, "Amazónia como território habitado" (3,2%), "combate ao desmatamento" (3,1%), "Amazónia como espaço de projeção internacional" (2,9%), "recursos naturais como ativo central" (2,9%) e "gestão sustentável do território e proteção florestal" (2,1%). Esse conjunto indica uma articulação entre as dimensões sociais, ambientais e económicas, ainda que estejam subordinadas a um enquadramento climático mais amplo.

Observa-se, ainda, um número elevado de categorias com baixa incidência relativa (em torno de 1%), como aquelas relacionadas à participação cívica, nomeadamente "valorização da participação social em matéria climática" (1,4%) e "educação sobre a questão climática no currículo escolar" (0,2%). Destacam-se, também, categorias relacionadas com alternativas socioeconómicas e transformações estruturais do modelo de desenvolvimento mais específicas, como a "sociobioeconomia" (0,7%), indicando que, apesar da presença de ideias de transição e sustentabilidade, propostas de reestruturação económica que são mais complexas e inovadoras ainda ocupam uma posição relativamente marginal.

Igualmente com poucas ocorrências, aparecem aqueles enquadramentos relacionados a realidades mais específicas da Amazónia, como "desenvolvimento social da região" (0,4%), "governação multinível da Amazónia" (0,2%), bem como os ligados à dimensão social particular e cultural da região, como "valorização da cultura e dos saberes locais" (0,6%), "vulnerabilidade social da Amazónia" (0,1%) e "defesa dos direitos dos povos quilombolas" (0,1%).

Além disso, categorias voltadas a políticas mais concretas e específicas como "uso de terras degradadas" (0,6%), "combate aos madeireiros" (0,1%) e "combate à grilagem (0,0%), também representam um conjunto residual.

Por fim, as baixas incidências apresentadas revelam um padrão em que o discurso privilegia fortemente dimensões macro da agenda climática global, enquanto tende a marginalizar questões mais particulares.

De modo geral, o discurso direcionado ao público-alvo internacional concentra-se no debate climático global, com ênfase no financiamento, na transição energética e na liderança internacional do Brasil. Além disso, o discurso também apresenta uma dimensão crítica e normativa, evidenciada, por exemplo, pelas

referências à justiça climática e ao ceticismo em relação ao cumprimento efetivo dos acordos climáticos internacionais.

Em particular, a Amazónia é, sobretudo, enquadrada como território habitado (3,2%), indicando a prevalência de uma pespetiva social. Há também a valorização de seu reconhecimento internacional, por meio da categoria "Amazónia como espaço de projeção internacional" (2,9%). Com menos ocorrências, a região é representada em termos ambientais, através de "Amazónia como património ecológico estratégico" (2,2%). Por outro lado, as dimensões socioculturais particulares da região apresentam incidência relativamente reduzida, incluindo "desenvolvimento social da região" (0,4%), "vulnerabilidade social da Amazónia" (0,1%) e "valorização da cultura e dos saberes locais" (0,6%), indicando que dinâmicas mais locais tendem a ocupar um segundo plano.

4.1.3.2. Análise detalhada das categorias em função do público-alvo internacional

De acordo com a Tabela 4 apresentada, é possível verificar que o discurso voltado ao público-alvo internacional é fortemente orientado para a agenda climática global, com grande ênfase no financiamento ambiental e no posicionamento brasileiro diante da comunidade internacional enquanto um ator compromissado com a questão climática.

A categoria mais frequente é "financiamento para o combate à mudança climática", com 104 referências, a qual destaca-se como um dos eixos centrais do discurso no contexto internacional. O uso expressivo dessa categoria indica que a Amazónia é enquadrada como uma questão que demanda recursos financeiros, tanto para sua preservação quanto para a manutenção dos meios de subsistência da população local, revelando uma forte articulação entre a preservação ambiental e a necessidade de mecanismos globais de financiamento. Tal ênfase sugere que a estratégia discursiva concernente ao ambiente internacional é intensamente marcada por uma tentativa de mobilização de apoio externo e à captação de recursos financeiros. Além disso, essa ideia se complementa através da ocorrência também frequente da categoria "justiça climática" (93), revelando uma dimensão crítica do discurso, ao evidenciar a profunda assimetria entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos, recaindo sobre estes a responsabilidade de arcar com os custos da proteção ambiental nos países que ainda mantém suas florestas – argumento presente na categoria "responsabilidade histórica dos países desenvolvidos" (39) - utilizado com frequência relevante pelo presidente brasileiro nos discursos internacionais. Importa também salientar que a ênfase no financiamento é, em diversos momentos, acompanhada da noção da Amazónia como um território que não é caracterizado apenas por sua dimensão florestal, mas antes é um espaço que abriga um elevado número de habitantes, os quais

requerem recursos financeiros adequados para seu sustento. Dessa forma, a associação com a categoria "Amazónia como território habitado" (34) destaca a vertente social do discurso, ao mesmo tempo em que reforça a necessidade de apoio financeiro, revelando a região como uma realidade complexa que ultrapassa a sua dimensão puramente ambiental. Cabe ainda destacar, que a única referência explícita à mudança climática enquanto desafio económico surge no contexto internacional, reiterando a centralidade da mobilização para o financiamento climático.

Adicionalmente, a categoria "Amazónia como espaço de projeção internacional" (31) é usada sobretudo para reconhecer a importância global que a região assume, seja pela sua centralidade nas questões ambientais, seja pelo protagonismo que manifesta nos debates sobre clima e biodiversidade. Contudo, na maioria dos casos, a projeção internacional acompanha, mais uma vez, um discurso que enfatiza a necessidade de conhecer a realidade da região, ou seja, concebê-la como um espaço habitado, no qual coexistem dinâmicas sociais próprias.

Em seguida, tem-se as categorias "mudança climática como realidade urgente" (94 referências), "transição energética" (91) e "Brasil como ator de liderança na agenda climática internacional" (85). Sendo assim, o discurso é marcado por um senso de urgência na crise climática, a qual demanda disposição dos países para fazerem face a seus desafios e conter um possível agravamento do quadro. Dessa forma, o governo brasileiro procura assumir de maneira veemente um posicionamento firmado em seu compromisso com a questão ambiental. Além disso, o uso recorrente da categoria "transição energética" demonstra que este é um eixo prioritário para o Brasil, não só no plano nacional, mas também se estendendo para o nível internacional. No discurso externo há, de maneira frequente, uma demonstração do potencial brasileiro no campo das energias limpas, alinhado a uma ambição do país em liderar a condução dessa transição em escala global. Além disso, essas três categorias, quando empregadas juntamente com "justiça climática", revela um discurso centrado na urgência climática e consequentemente, na necessidade de transformações estruturais, as quais devem levar em consideração a realidade de cada país, se traduzindo em uma transição equitativa.

Outras categorias relevantes incluem "ceticismo quanto ao cumprimento de acordos climáticos globais" (57) e "defesa do multilateralismo no combate à mudança climática" (55), indicando um discurso que se complementa, ou seja, por um lado existe uma crítica à ineficácia dos compromissos internacionais e por outro, há uma reafirmação do imperativo do multilateralismo para mitigar os efeitos da mudança climática. Esse padrão sugere, assim, um posicionamento que combina, em simultâneo, crítica e tentativa de mobilizar e engajar os atores no sistema internacional.

No plano económico e estrutural, destaca-se ainda a categoria "reconfiguração sustentável do modelo de desenvolvimento" (50), com destaque para a subcategoria "recursos naturais como ativo central" (31). Novamente, a noção de necessidade de uma transformação estrutural é retomada, em direção a um desenvolvimento sustentável. Há também uma valorização estratégica dos recursos naturais, na qual os elementos como biodiversidade e os recursos para a transição energética são enquadrados como componentes fundamentais que possibilitam o desenvolvimento e a transição ecológica, com especial menção ao papel relevante que os minerais críticos detém nesse processo de transição. Ainda, quando somado a narrativa de justiça climática, o discurso articula a necessidade de transformação dos modelos de desenvolvimento com a problematização das desigualdades históricas entre países. Nesse sentido, os recursos naturais passam a ser considerados também como elementos de disputa, quando se associa com "crítica à exploração predatória dos recursos naturais" (10). Nesse mesmo contexto, se insere a ideia de "rejeição da Amazónia como santuário global" (5), na medida em que é rejeitada a noção da Amazónia enquanto território intocável, defendendo-se, em contrapartida, o uso sustentável dos seus recursos. Sendo assim, é construída uma narrativa em que se argumenta que os benefícios provenientes dos recursos naturais devam ser utilizados como oportunidade para o desenvolvimento do país, bem como devem produzir benefícios em prol de sua população.

A categoria "gestão sustentável do território e proteção florestal" (22), embora apresente uma menor centralidade em relação ao conjunto analisado, confere uma dimensão mais concreta de políticas ambientais ao discurso. Circunscrita a essa categoria, sobressai a subcategoria "combate ao desmatamento" (33), o que evidencia a redução do desmatamento como um eixo prioritário em termos ambientais. Em contraste, subcategorias como "combate ao garimpo ilegal" (3 referências), "combate aos incêndios florestais" (4), "combate aos madeireiros" (1) e "combate à grilagem (0), apresentam baixa ou nula incidência, indicando pouca ênfase na implementação concreta dessas medidas nos discursos voltados ao público externo.

Por fim, categorias que são diretamente relacionadas ao contexto local amazónico, como "desenvolvimento social da região" (4 referências), "proteção de terras indígenas" (4), "valorização da cultura e dos saberes locais" (6) e "defesa dos direitos dos povos quilombolas" (1), apresentam baixa incidência, sugerindo que esses aspetos mais específicos não são destacados e nem tratados em detalhe no enquadramento discursivo internacional da Amazónia, o que indica pouca expressividade das dimensões socioculturais locais na projeção externa da região. Por outro lado, prevalecem as

representações da floresta sob a pespetiva social e ambiental, ao ser destacada, de maneira generalista, enquanto território socialmente habitado, em articulação com a conservação ambiental do território.

4.1.4. Público-alvo países amazónicos

A tabela abaixo apresenta a distribuição das categorias analisadas em função do público-alvo países amazónicos, ou seja, aqueles países que compartilham o bioma, evidenciando o número de referências codificadas para cada categoria, bem como o peso relativo de cada uma no conjunto dos dados.

Tabela 5 - *Frequência das categorias temáticas no discurso presidencial direcionado ao público-alvo países amazónicos*

Categorias e Subcategorias	Nº de referências	%
Visão comum e cooperação entre países amazónicos	41	9,1
Gestão sustentável do território e proteção florestal	28	6,2
Amazónia como território habitado	26	5,8
Financiamento para o combate à mudança climática	22	4,9
Reconfiguração sustentável do modelo de desenvolvimento	19	4,2
Justiça climática	18	4,0
Transição energética	18	4,0
Amazónia como ativo económico sustentável	17	3,8
Amazónia como património ecológico estratégico	17	3,8
Valorização da participação social em matéria climática	14	3,1
Amazónia como responsabilidade do Estado brasileiro	13	2,9
Defesa dos direitos dos povos indígenas	13	2,9
Governação multinível da Amazónia	13	2,9
Amazónia como espaço de projeção internacional	12	2,7
Valorização da cultura e dos saberes locais	11	2,4
Vulnerabilidade social da Amazónia	11	2,4
Brasil como ator de liderança na agenda climática internacional	11	2,4
Responsabilidade histórica dos países desenvolvidos	11	2,4

Categorias e Subcategorias	Nº de referências	%
Ceticismo quanto ao cumprimento de acordos climáticos globais	11	2,4
Combate ao desmatamento	10	2,2
Mudança climática como realidade urgente	10	2,2
Valorização da ciência	10	2,2
Transição justa	9	2,0
Recursos naturais como ativo central	9	2,0
Desenvolvimento social da região	8	1,8
Economia verde	8	1,8
Críticas ao retrocesso ambiental do governo anterior	7	1,6
Defesa do multilateralismo no combate à mudança climática	7	1,6
Conciliação entre crescimento económico e preservação ambiental	7	1,6
Sociobioeconomia	7	1,6
Defesa da soberania brasileira sobre a Amazónia	6	1,3
Amazónia como condição da vida global	5	1,1
Combate ao garimpo ilegal	5	1,1
Crítica à exploração predatória dos recursos naturais	5	1,1
Monitorização e informação sobre a floresta	4	0.9
Proteção de terras indígenas	2	0,4
Uso de terras degradadas	2	0,4
Rejeição da Amazónia como santuário global	1	0,2
Mudança do clima como prioridade para o Brasil	1	0,2
Amazónia como bem comum da humanidade	0	0,0
Defesa dos direitos dos povos quilombolas	0	0,0
Combate à grilagem	0	0,0
Combate aos incêndios florestais	0	0,0
Combate aos madeireiros	0	0,0
Mudança do clima como desafio económico	0	0,0

Categorias e Subcategorias	Nº de referências	%
Educação sobre a questão climática no currículo escolar	0	0,0
TOTAL:	449	99,6

Nota. Percentuais calculados sobre o total de referências codificadas no respetivo público-alvo; somatórios podem diferir de 100% por arredondamento. Fonte: Elaboração própria com base em discursos oficiais do Governo Federal brasileiro (2023-2025) listados no Anexo A, codificados no NVivo.

4.1.4.1. Estrutura geral dos discursos em função do público-alvo países amazónicos

De acordo com a Tabela 5, é possível notar uma distribuição relativamente equilibrada de categorias, embora haja predominância de temas ligados à gestão da Amazónia.

Como categoria dominante, destaca-se "visão comum e cooperação entre países amazónicos", com 9,1% do total de referências codificadas. Esse resultado indica que, no contexto regional, a dimensão estruturante do discurso é a cooperação e o estabelecimento de uma agenda comum para a região amazónica.

Em seguida tem-se "gestão sustentável do território e proteção florestal" (6,2%) e "representação da Amazónia como território habitado" (5,8%), sugerindo que a cooperação é sobretudo centrada nas dimensões ambientais e sociais do espaço amazónico.

No nível intermédio, há "financiamento para o combate à mudança climática" (4,9%), "reconfiguração sustentável do modelo de desenvolvimento" (4,2%), "justiça climática" (4,0%), juntamente com "transição energética" (4,0%). Esse conjunto demonstra uma articulação com a vertente económica, alinhada a uma componente mais crítica do discurso.

Em menor grau, segue-se um conjunto de categorias que apresentam aproximadamente entre 2% e 3,8%, no qual se destaca a "Amazónia como ativo económico sustentável" (3,8%), a "Amazónia como património ecológico estratégico" (3,8%) e a "Amazónia como responsabilidade do Estado brasileiro" (2,9%). Nesse contexto, a Amazónia é representada de forma plural, integrando as abordagens económica e ambiental, além de remeter para um senso de responsabilidade estatal na conservação da região. Nesse mesmo nível de incidência, encontra-se também "valorização da participação social em matéria climática" (3,1%), integrando um reforço da componente participativa.

Com menos frequência, há também a presença de temas relacionados com desigualdades sociais e vertentes mais concretas da política ambiental, como "vulnerabilidade social da Amazónia" (2,4%), "desenvolvimento social da região" (1,8%), a "defesa dos direitos dos povos indígenas" (2,9%) e "combate ao desmatamento" (2,2%).

Verificam-se, igualmente, categorias com incidências muito reduzidas ou inexistentes, como, por exemplo, “uso de terras degradadas” (0,4%), “proteção de terras indígenas” (0,4), “defesa dos direitos dos povos quilombolas” (0,0%), “combate à grilagem” (0,0%), “combate aos incêndios florestais” (0,0%) e “combate aos madeireiros” (0,0%). Nesse sentido, há pouca ênfase na operacionalização concreta de políticas mais específicas, bem como em questões socioambientais particulares.

Em relação à Amazónia, é predominante o seu enquadramento enquanto território habitado (5,8%), prevalecendo a abordagem social da região, alinhada com a vertente ambiental da proteção e gestão sustentável do território (6,2%). Em contrapartida, surgem enquadramentos de menor incidência, como a “vulnerabilidade social da Amazónia” (2,4%), a “valorização da cultura e dos saberes locais” (2,4%) e “desenvolvimento social da região” (1,8%), o que indica que dimensões socioculturais mais específicas tendem a ocupar uma posição relativamente secundária no discurso.

4.1.4.2. Análise detalhada das categorias em função do público-alvo países amazónicos

Conforme os resultados contidos na Tabela 5, observa-se uma clara predominância da categoria “visão comum e cooperação entre países amazónicos” (41 referências), que se destaca de maneira significativa frente às demais. Esse resultado aponta para a cooperação regional como eixo estruturante do discurso nesse contexto. Nesse sentido, o discurso enfatiza a coordenação entre os países que possuem floresta amazónica, bem como o compartilhamento de soluções para problemas comuns relacionados ao bioma. O discurso é complementado pelas categorias “gestão sustentável do território e proteção florestal” (28) e “Amazónia como território habitado” (26), apontando para uma cooperação centrada, principalmente, no fortalecimento do combate a ilícitos ambientais e transnacionais, e, igualmente, na dimensão social da região, ocorrendo, por vezes, a presença da categoria “vulnerabilidade social da Amazónia” (11). Dessa forma, busca-se promover soluções que também considerem a presença e o bem-estar das populações locais. Nesse sentido, a centralidade dessas categorias sugere uma disposição para consolidar uma abordagem coordenada entre os países amazónicos face aos desafios ambientais e de desenvolvimento da região.

Além disso, a presença relevante de referências à “transição energética” (18), dentro do contexto regional, associa a disponibilidade de recursos dos países amazónicos a oportunidades simultaneamente económicas e ambientais, colocando a região numa posição estratégica para os processos de transformação energética.

Já categorias associadas a ações específicas de combate a crimes ambientais, como “combate à grilagem”, “combate aos incêndios florestais” e “combate aos madeireiros”, apresentam baixa ou nula

incidência, apresentando pouca ênfase num discurso que tende a privilegiar enquadramentos mais amplos e generalistas, focalizando menos em políticas específicas. Contudo, verifica-se uma atenção específica ligeiramente superior no caso da categoria "combate ao desmatamento" (10).

Embora o foco seja regional, o discurso também mantém uma conexão com a agenda climática global, o que é evidenciado pela incidência das categorias "financiamento para o combate à mudança climática" (22) e "justiça climática" (18), sendo, frequentemente, mobilizadas em simultâneo, enquadrando a questão amazónica num contexto mais amplo de desigualdades estruturais entre os países. Nesse sentido, e quando em conjunto com a categoria "responsabilidade histórica dos países desenvolvidos" (11), é reforçada a ideia de que os países que historicamente mais contribuíram para a mudança do clima devem assumir um papel central no financiamento de iniciativas voltadas à conservação nos países que ainda detêm recursos naturais e que, simultaneamente, enfrentam desafios no seu desenvolvimento. Além disso, o discurso incorpora outro elemento crítico em relação ao plano internacional, que é demonstrado pela categoria "ceticismo quanto ao cumprimento de acordos climáticos globais" (11). É também manifestado o papel do Brasil enquanto ator comprometido com a agenda climática global por meio de "Brasil como ator de liderança na agenda climática internacional" (11).

Adicionalmente, a categoria mais ampla "reconfiguração sustentável do modelo de desenvolvimento" (19) e "Amazónia como ativo económico sustentável" (17) evidenciam que há um esforço para articular a proteção ambiental com estratégias de desenvolvimento económico, o que sugere uma abordagem que visa conciliar crescimento económico e sustentabilidade dentro do contexto regional.

Acresce ainda que, no contexto da cooperação regional, a presença das categorias "governação multinível da Amazónia" (13) e "valorização da participação social em matéria climática" (14), apontam para uma incorporação de múltiplos níveis de governação, bem como de atores sociais. Dessa forma, há uma construção que valoriza uma cooperação regional mais inclusiva, não se limitando à esfera estatal, mas antes promovendo uma coordenação entre governos nacionais, autoridades subnacionais e igualmente entre organizações da sociedade civil. Cumpre também referir que a categoria "valorização da cultura e dos saberes locais" (11) insere-se nesse mesmo quadro, uma vez que evidencia a importância de contemplar os conhecimentos tradicionais e as práticas locais das populações amazónicas na formulação e implementação de políticas voltadas para a região. Dessa forma, a cooperação regional se apresenta como um processo ampliado, que reconhece a importância da participação social na elaboração de soluções comuns voltadas à proteção da Amazónia e seus habitantes.

De forma geral, os resultados demonstram que o discurso direcionado aos países amazónicos constrói a Amazónia sobretudo como um espaço regional compartilhado. Predomina também a representação sob a pespetiva social, através do enquadramento "Amazónia como território habitado" (26), alinhada à pespetiva ambiental da gestão sustentável e proteção florestal (28). Em seguida, se encontram os enquadramentos que privilegiam dimensões económicas e ambientais da região, por meio das categorias "Amazónia como ativo económico sustentável" (17) e "Amazónia como património ecológico estratégico" (17). Essa configuração evidencia que o discurso valoriza a cooperação, bem como a construção de uma visão comum para a região amazónica, interligando as dimensões sociais, económicas e ambientais.

4.2. Comparação geral dos discursos em função dos diferentes públicos-alvo

A análise comparativa dos discursos dirigidos aos diferentes públicos-alvo revela que a construção discursiva varia de forma significativa em razão de cada público, evidenciando uma clara adaptação estratégica tanto dos enquadramentos, quanto das prioridades políticas.

Nos discursos direcionados ao público local, é dominante a abordagem centrada na dimensão social, com ênfase nas condições de vida das populações amazónicas, no desenvolvimento e integração da região, bem como na defesa dos direitos dos povos indígenas. Sendo assim, trata-se de um discurso voltado para as demandas concretas das populações locais, enquanto a agenda climática, por sua vez, aparece de forma secundária e com a sua complexidade reduzida.

Em contraste, nos discursos ao público nacional, há uma construção mais híbrida e abrangente, na qual é articulada dimensões ambientais, económicas e internacionais. Nesse contexto, há um esforço de integrar a agenda climática ao desenvolvimento do país, com forte ênfase atribuída à transição energética e ao posicionamento do Brasil como ator relevante no cenário global em matéria climática. Portanto, observa-se aqui uma maior diversidade de temas e uma tentativa de conciliar múltiplos interesses e escalas.

Já no plano internacional, o discurso incorpora um carácter mais crítico e estratégico, sendo orientado para a mobilização de recursos financeiros e para a afirmação do Brasil no sistema internacional. Dessa forma, o discurso focaliza nos mecanismos de financiamento climático, na justiça climática e no papel de liderança brasileiro no campo ambiental, revelando uma narrativa que buscar legitimar suas demandas externas e reposicionar o país no cenário mundial. Nesse contexto, as dimensões sociais locais particulares tornam-se menos detalhadas, sendo incorporadas de forma mais generalista.

Por fim, nos discursos voltados aos países amazónicos, há uma ênfase central na cooperação regional, a qual constitui o eixo estruturante. Além disso, o discurso combina também elementos da agenda ambiental com uma valorização evidente da dimensão social, bem como da participação de múltiplos atores no desenvolvimento de estratégias voltadas para a região amazónica. Assim, é privilegiada uma abordagem consensual para a construção de respostas conjuntas no âmbito regional amazónico.

Em síntese, a comparação revela quatro configurações distintas dos discursos: uma abordagem local, centrada no social e em demandas concretas; uma abordagem nacional, caracterizada pela articulação entre o desenvolvimento, a agenda ambiental e a projeção externa brasileira; uma abordagem internacional, mais crítica e centrada na liderança climática do país e na mobilização de recursos; e, por fim, uma abordagem regional, baseada na cooperação e na construção de uma agenda comum.

4.3. Comparação da representação da Amazónia em função dos diferentes públicos

No que diz respeito à representação da Amazónia, observa-se que a região é construída de forma plural, assumindo diferentes enquadramentos conforme o público-alvo, ainda que alguns elementos comuns estejam presentes nos quatro contextos.

Um dos aspetos mais consistentes é a presença da categoria "Amazónia como território habitado", que aparece de maneira significativa nos discursos dirigidos a todos os públicos, embora possua intensidades e funções diferentes. No discurso local, essa representação assume um papel central, sendo utilizada para enfatizar a dimensão social da região, apontando para o desenvolvimento e proteção das populações locais. No plano nacional, por sua vez, essa mesma categoria é inserida numa visão mais ampla e geral, sendo associada, sobretudo, à agenda ambiental. Já no contexto internacional, embora ainda esteja presente, a ideia de território habitado é utilizada sobretudo como complemento à narrativa para mobilizar financiamento climático, funcionando como um argumento para justificar a necessidade de recursos financeiros externos. Nesse caso, a dimensão social é menos aprofundada e mais generalista. Por fim, no contexto dos países amazónicos, essa representação é articulada com a necessidade de criar soluções conjuntas que levem em consideração a realidade social da região.

Para além dessa dimensão social, a Amazónia é também enquadrada sob o ponto de vista ambiental, especialmente nos discursos nacional e internacional. No plano nacional, a região aparece, simultaneamente, também como território de conservação, refletindo o compromisso ambiental brasileiro. No plano internacional, essa dimensão é ampliada, sendo a Amazónia mobilizada estrategicamente enquanto elemento central da agenda climática global.

Adicionalmente, há a representação da Amazónia como espaço de projeção internacional, sendo particularmente relevante nos discursos internacionais e nacional, nos quais a região funciona como instrumento de afirmação do Brasil no cenário global. Em contraste, essa dimensão é relativamente menos explorada tanto no discurso local quanto no contexto dos países amazónicos.

O enquadramento específico da região sob o ponto de vista económico (Amazónia como ativo económico sustentável), por sua vez, não é dominante em nenhum público-alvo, apresentando uma incidência moderada e relativamente equilibrada entre os públicos, representando 3,6% das referências nos discursos ao público local; 3,5% para o público nacional; 3,8% no contexto dos países amazónicos; e, em menor grau, representando 1,1% das referências nos discursos voltados ao público internacional.

Por fim, destaca-se também que a complexidade da Amazónia tende a aumentar, na medida em que é ampliada a escala do público-alvo. Enquanto no nível local a região é, de maneira dominante, construída como um espaço social, nos níveis nacional e internacional, por seu turno, ela passa a abranger dimensões ambientais e estratégicas mais amplas. Já no contexto regional amazónico, há uma síntese dessas dimensões, porém subordinada à lógica da cooperação.

5. Discussão dos resultados

Os resultados obtidos permitem evidenciar que a construção do discurso em relação à Amazónia durante o governo Lula (2023-2025) não é uniforme nem estática, mas antes revela uma evidente adaptação em função do público-alvo, sendo orientada tanto de acordo com a audiência, quanto pelos objetivos políticos específicos em cada contexto.

5.1. Discurso presidencial, poder e adaptação estratégica: uma leitura pela Teoria das Elites

À luz da teoria das elites, o discurso pode ser entendido como um dos meios pelo qual a elite política, em particular o presidente, manifesta seu poder e influência, ao construir significados e definir prioridades, além de influenciar perceções em diferentes contextos. Como argumentado na literatura, o poder das elites não se esgota no controlo dos principais centros de decisão, mas também se manifesta em sua capacidade de mobilizar as populações sob sua influência em favor de múltiplas causas e decisões (Pakulski, 2018). A partir disso, o discurso presidencial sobre a Amazónia não é interpretado apenas como um conjunto de temas, mas antes, constitui uma manifestação concreta da atuação estratégica da elite política. Nesse sentido, o discurso presidencial opera como um instrumento, mobilizado de maneira estratégica, na mediação entre interesses, escalas e públicos-alvo distintos, demonstrando que as elites políticas não atuam somente na formulação de políticas, mas também

manifestam seu poder através, sobretudo, da persuasão na mobilização de apoio popular (Pakulski, 2018). Dessa forma, a variação do discurso evidenciada reforça essa pespetiva, ou seja, ao invés de uma narrativa homogénea e constante sobre a Amazónia, o que se observa é uma adaptação estratégica dos enquadramentos, de modo a definir o significado da região consoante objetivos e públicos-alvo específicos.

No âmbito local, é conferida uma centralidade no desenvolvimento social, bem como nas necessidades das populações locais, em especial nos direitos indígenas. Essa ênfase pode ser entendida como uma estratégia de legitimação perante à população local, a qual é diretamente afectada pelas políticas públicas. Seguindo os pressupostos elitistas, verifica-se também que o discurso parece se orientar menos por uma lógica de participação horizontal, e mais por uma gestão política das demandas sociais feita por uma elite que busca fortalecer seu apoio, na medida em que incorpora as reivindicações e demandas locais. Além disso, o facto de a complexidade da agenda climática aparecer em segundo plano nesse contexto reforça essa leitura, sugerindo que o discurso é mais por cálculo político, considerando que se privilegia determinadas prioridades imediatas ao contexto.

Já para o público-nacional, há uma articulação entre transição energética, proteção ambiental e projeção internacional do Brasil, revelando uma elite política que constrói, em simultâneo, uma narrativa que busca conciliar oportunidades de desenvolvimento económico alinhado à proteção ambiental e sustentabilidade, além de ter em vista a liderança brasileira na agenda climática internacional. Dessa maneira, o discurso atua enquanto mecanismo de coordenação entre os interesses internos e a ambição internacional. Tal resultado pode ser compreendido como uma forma através da qual a elite, por meio de uma posição privilegiada, procura afetar os resultados políticos (Higley, 2010; Pakulski, 2018).

Já no plano internacional, essa dimensão estratégica do discurso é ainda mais reforçada. A predominância de enquadramentos ligados ao financiamento climático, à justiça climática e à liderança brasileira, demonstra que o discurso busca construir a imagem do Brasil enquanto ator capaz de protagonizar a definição de agendas, sobretudo em matéria climática, indicando uma elite que busca ampliar sua presença externa, bem como legitimar suas demandas perante à comunidade internacional.

Por fim, nos discursos direcionados aos países amazónicos, a dimensão estratégica também se faz presente. Ao privilegiar a região amazónica enquanto espaço de cooperação regional e assinalar a construção de uma visão comum, essa ênfase pode ser compreendida como uma estratégia de coordenação entre as elites estatais relativamente à gestão de interesses em comum e na construção de consensos políticos em torno da Amazónia. Além disso, também no contexto regional verifica-se uma

tentativa do Brasil em projetar liderança, na medida em que se posiciona enquanto ator envolvido na construção de soluções comuns e capaz de influenciar agendas e prioridades dentro do espaço amazónico. Adicionalmente, o discurso conjuga também uma dimensão crítica ao sistema internacional como um todo, quando mobiliza enquadramentos relacionados à justiça climática, por exemplo, revelando uma estratégia no discurso que busca fortalecer, coletivamente, a posição dos países amazónicos face às desigualdades do sistema internacional. Dessa forma, a Amazónia é utilizada como espaço pelo qual o país pode projetar seus interesses na esfera global.

Sendo assim, os resultados indicam mais do que uma mera variação temática, sugerindo, portanto, que o discurso presidencial funciona como uma manifestação prática e adaptativa de exercício do poder, por meio da qual a elite política constrói diferentes enquadramentos para responder a contextos e demandas específicas.

Adicionalmente, as variações observadas no discurso também podem ser compreendidas a partir da literatura sobre diferenciação e integração entre elites. Como argumentado, as sociedades modernas são caracterizadas por uma crescente diferenciação funcional tanto socialmente quanto entre distintos segmentos de elites, cada um operando segundo lógicas e interesses próprios (Hoffmann-Lange, 2018; Higley, 2010; Best, 2018; Engelstad, 2018). Nesse contexto, a comunicação política desempenha um papel central na articulação entre esses diferentes níveis. A partir disso, o discurso presidencial também pode ser interpretado como um instrumento de mediação entre os diferentes segmentos de elites, podendo refletir tanto processos de diferenciação interna, como tentativas e estratégias de integração política. Sendo assim, a heterogeneidade identificada no discurso presidencial sobre a Amazónia reflete, precisamente, essa necessidade de adaptação a públicos diferenciados, cada qual associado a expectativas, interesses e lógicas distintas. Isso é particularmente evidente nos discursos direcionados ao público-alvo nacional, no qual há uma forte tentativa de articular dimensões económicas e ambientais, por exemplo, através da ênfase na transição energética enquanto peça-chave da reconfiguração do modelo de desenvolvimento em direção a alternativas mais sustentáveis, além da centralidade da Amazónia enquanto espaço de gestão sustentável e proteção florestal, atribuindo um forte carácter ambiental ao território, alinhado ao objetivo de projetar globalmente o país enquanto líder na agenda climática. Nesse sentido, o discurso voltado ao público nacional é construído de maneira heterogênea, buscando conciliar diferentes dimensões. Nesse sentido, sugere-se a coexistência de múltiplos interesses e uma tentativa de conjugá-los e integrá-los dentro do discurso.

Além disso, cabe ressaltar que a política climática, em especial, envolve múltiplos atores na formulação de políticas e diversos públicos interessados no tema (Henrichsen et al., 2025), o que reforça, ainda mais, a necessidade das elites comunicarem estrategicamente, de forma a conseguir persuadir e contemplar diferentes grupos.

Por fim, os resultados indicam que o discurso sobre a Amazónia não é homogéneo, mas antes é uma construção estrategicamente produzida por elites políticas que operam em diferentes arenas. A variação temática em função do público-alvo, em seu turno, reflete tanto processos de diferenciação entre elites quanto esforços de integrar e equilibrar os múltiplos interesses na construção discursiva.

5.2. O poder retórico presidencial e a construção discursiva da Amazónia

Os resultados apresentados evidenciam que os discursos presidenciais analisados funcionam como instrumentos centrais de enquadramento político e simbólico da Amazónia, corroborando com a literatura que destaca a presidência enquanto um locus privilegiado em termos de produção de sentidos coletivos (Stuckey, 2010). A variação das categorias em função do público-alvo evidencia, precisamente, essa capacidade de o presidente mobilizar diferentes enquadramentos discursivos, de forma a construir significados e sentidos distintos de acordo com cada contexto.

Particularmente, no caso dos discursos ao público local, a forte concentração de categorias em torno do desenvolvimento social, dos direitos indígenas e da Amazónia enquanto território socialmente habitado, revela uma estratégia de aproximação simbólica, que é coerente com a ideia de que os líderes políticos precisam, simultaneamente, afirmar autoridade, mas também demonstrar conexão com os representados (Daloz, 2018). Aqui, o discurso presidencial atua, principalmente, na construção de legitimidade perante às populações amazónicas locais, o que ajuda a reforçar uma imagem de Estado atento às necessidades sociais concretas.

A análise também evidencia como o presidente exerce poder especialmente através do discurso (Eshbaugh-Soha, 2010). Os resultados denotam a capacidade do presidente de utilizar e redefinir o significado da região de acordo com objetivos específicos. Nesse sentido, a adaptação no discurso observada pode ser interpretada como uma estratégia de sinalização dirigida a diferentes públicos, com o intuito de moldar perceções e gerar apoio para determinadas agendas pertinentes a cada contexto. Por exemplo, enquanto a ênfase em questões sociais no nível local pode ser usada para reforçar a identificação e a proximidade com as populações amazónicas, no plano internacional, esse mesmo destaque à dimensão social está, sobretudo, atrelado ao objetivo de justificar reivindicações junto à comunidade global, particularmente em torno do financiamento climático.

Dessa maneira, o presidente, através de sua capacidade retórica, pode criar diferentes sentidos sobre a Amazónia no discurso, dependendo do público a que se destina. Assim, esses discursos expressam, de forma ativa, as dimensões simbólicas, estratégicas e institucionais do poder retórico presidencial.

5.3. Comunicação estratégica das elites e diferenças nos enquadramentos discursivos

As elites não só ocupam posições de poder e influência, como também se utilizam de instrumentos retóricos, buscando influenciar as preferências públicas (Druckman, 2014). Sendo assim, o discurso político pode ser entendido como um dos principais mecanismos pelo qual a elite sinaliza preferências, buscando influenciar perceções nos cidadãos. Para esse fim, as elites podem, por exemplo, recorrer a diferentes formas de enquadrar uma mesma questão ou evento, buscando influenciar o aspeto que será priorizado pelo público (Nelson et al.,1997, citados em Druckman, 2014).

No caso em estudo, observa-se que os discursos presidenciais constroem representações distintas da Amazónia e da agenda climática conforme o público-alvo em questão, o que se alinha diretamente com a ideia de comunicação estratégica das elites, a qual seleciona, de forma intencional, determinados enquadramentos consoante as prioridades políticas.

Os resultados, por sua vez, evidenciam essa dinâmica ao demonstrar que o discurso presidencial é ajustado conforme o público, revelando ênfases que oscilam entre diferentes enquadramentos, na medida em que se busca influenciar diferentes públicos em contextos distintos. Por exemplo, no âmbito local, a região é predominantemente enquadrada enquanto espaço social, predominando a ênfase em questões relacionadas ao desenvolvimento social, à integração da região e à proteção das populações locais. Já no plano nacional, embora a construção sob a pespetiva social permaneça relevante, a região assume novos enquadramentos, incorporando, sobretudo, a dimensão ambiental, na qual a floresta passa a ser concebida como espaço de implementação de políticas ambientais voltadas a sua proteção, com predominância do interesse na gestão sustentável do território e na conservação florestal. Nesse caso, a vertente ambiental passa a ser a mais central, o que se alinha com as metas globais e compromisso ambiental assumido pelo governo brasileiro. Já no contexto internacional, por sua vez, o enquadramento sob o ponto de vista social volta a ser o dominante, no entanto, neste caso, ele é mobilizado de maneira distinta. Enquanto, no local, o social é orientado ao desenvolvimento regional e às necessidades concretas e particulares da população, no plano internacional o social assume um carácter generalista, utlizado, sobretudo, para justificar a necessidade de financiamento climático. Neste enquadramento, busca-se evidenciar a Amazónia enquanto lar de um expressivo número de habitantes, reforçando a sua relevância social como argumento para a captação de recursos. Por fim, no contexto

dos países amazónicos, observa-se uma síntese equilibrada das dimensões sociais e ambientais, ambas subordinadas ao enquadramento principal da cooperação regional. Nesse contexto, a Amazónia é vista enquanto espaço partilhado cuja proteção e desenvolvimento dependem de coordenação política entre os países da região. Assim, as dimensões específicas em relação à Amazónia não desaparecem por completo entre os públicos distintos, mas antes, é ressignificada, tendo em consideração diferentes interesses e estratégias de persuasão e legitimação.

5.4. Discursos, relações de poder e construção da Amazónia em diferentes escalas

Os resultados também corroboram com pespetiva teórica de que os discursos sobre a Amazónia revelam disputas políticas em torno de estratégias para a região, bem como evidenciam relações estruturais de poder. Assim, a forma como os enquadramentos são ajustados para cada público demonstra uma racionalidade discursiva que atua em diferentes escalas.

Nos discursos dirigidos ao público local, a predominância do enquadramento social da Amazónia reforça a crítica teórica em relação à redução da região a um espaço exclusivamente ecológico ou de reserva de carbono (de Wit & Mourato, 2022). Ao mesmo tempo, a baixa incidência de categorias relacionadas à valorização da cultura e dos saberes locais, bem como à participação social, sugere que, embora a diversidade sociocultural seja reconhecida no discurso, este reconhecimento permanece mais associado à proteção e integração social do que, efetivamente, representando uma rutura com a produção do saber dominante. Assim, isso não implica necessariamente uma incorporação de facto de epistemologias alternativas, corroborando com as críticas sobre a marginalização dos saberes tradicionais (Martin et al., 2020, citados em de Wit & Mourato, 2022). No plano nacional, por sua vez, a articulação entre a transição energética e a proteção ambiental, reflete a tensão entre conservação e desenvolvimento apontada por Pokorny et al. (2021). Dessa forma, os resultados mostram uma tentativa de conciliar a sustentabilidade com o crescimento económico, mas seguindo uma lógica de modernização criticada por Bidone (2023), ou seja, aquela sustentada por instrumentos orientados pelo mercado, os quais são vinculados a interesses políticos e económicos. Nesse sentido, soluções estruturais que visem uma rutura maior com essa lógica dominante, como, por exemplo, alternativas mais complexas relacionadas com a noção de sociobioeconomia, permanecem relativamente marginalizadas no discurso. Assim, é reforçada a permanência de um paradigma dominante, em que a agenda ambiental é integrada, contudo não rompe com as prioridades desenvolvimentistas do Estado.

No discurso voltado à esfera internacional, a centralidade assumida pelo financiamento climático e pelas dimensões relacionadas à justiça climática dialoga com o debate sobre desigualdades estruturais

abordado por Merino (2025). Dentro desse contexto, a Amazónia é instrumentalizada em favor do reposicionamento internacional do Brasil, sendo utilizada para sustentar e legitimar demandas no âmbito internacional. Em contrapartida, a reduzida ênfase nas dimensões socioculturais locais, aponta em direção à pespetiva teórica que destaca a marginalização e deslegitimação dos povos constituintes (Merino, 2025). Nesse sentido, a Amazónia é mobilizada face a atores externos em função dos objetivos específicos do Estado, ao mesmo tempo em que a representação das vozes locais, sobretudo dos povos originários, permanece ocupando uma posição secundária no discurso.

Já no contexto regional amazónico, verifica-se um entendimento da região enquanto espaço de coordenação entre múltiplos atores, o que confere uma integração maior das dimensões relacionadas à participação social e valorização dos saberes locais, ainda que de forma moderada. Dessa forma, sugere-se uma maior abertura a enquadramentos menos centrados, de maneira exclusiva, no Estado.

Por fim, os resultados confirmam uma representação plural da Amazónia, além de evidenciar que as diferenças observadas não constituem simples variações na comunicação, mas antes, revelam como os discursos podem reproduzir as relações estruturais de poder, bem como as prioridades políticas de cada contexto.

Em suma, os resultados obtidos permitem concluir que o discurso presidencial em torno da Amazónia, durante o governo Lula (2023–2025), constitui-se um instrumento de manifestação de poder, operando como um mecanismo de construção e articulação de significados, cuja variação, por sua vez, não é aleatória, mas sim estruturada ao redor de objetivos estratégicos associados a diferentes públicos e contextos. Dessa forma, o discurso não apenas descreve a realidade, como também participa, de forma ativa, de sua construção, na medida em que busca influenciar perceções públicas, articular interesses, e contribuir para a definição de agendas políticas.

6. Conclusão

O presente estudo investigou a construção discursiva presidencial em torno da Amazónia durante o atual governo de Lula (2023-2025), de forma a identificar possíveis padrões ou variações de acordo com o público-alvo predominante dos discursos analisados. A análise permitiu evidenciar oscilações claras entre os enquadramentos utilizados em função dos diferentes públicos. No nível local observou-se o domínio do enquadramento da Amazónia enquanto espaço social, com elevada ênfase no desenvolvimento social da região e nas necessidades concretas e imediatas das populações locais. No âmbito nacional, a dimensão social da região permaneceu relevante, porém a dimensão ambiental assumiu maior

preponderância, indicando a região enquanto espaço de gestão sustentável e conservação ambiental. Já no campo internacional, a dimensão social retornou à posição dominante, contudo usada de forma generalista e interligada diretamente à angariação de recursos financeiros externos. Por fim, no contexto dos países amazónicos, a floresta foi enquadrada sobretudo enquanto um espaço de coordenação e de definição de agendas comuns, baseado na cooperação entre os atores envolvidos, com os enquadramentos sociais e ambientais da Amazónia sendo mobilizados de forma equilibrada. De modo geral, a representação da Amazónia enquanto território socialmente habitado, na qual predomina a ênfase em sua dimensão social, foi a mais recorrente, ainda que mobilizada de maneira distinta em função dos diferentes públicos.

6.1. Contribuições

Do ponto de vista teórico, esta dissertação contribui para o aprofundamento do diálogo entre a teoria das elites e a análise do discurso político, ao demonstrar de que forma a comunicação presidencial pode ser compreendida como um instrumento de exercício de poder. Através dessa perspetiva, aplicando-a ao caso específico do discurso sobre a Amazónia no atual governo Lula, o estudo reforça a relevância da abordagem elitista para compreender as dinâmicas contemporâneas que ocorrem, especialmente, em contextos democráticos, particularmente no que diz respeito ao papel do líder do Executivo enquanto ator central na construção de narrativas políticas.

Empiricamente, o trabalho oferece uma análise, de forma sistemática, sobre a construção discursiva da Amazónia em diferentes contextos, demonstrando como a articulação dos enquadramentos variam em função do público-alvo. Sendo assim, o resultado permite compreender não apenas a centralidade que a Amazónia ocupa na agenda política atual, mas também torna evidente a sua natureza flexível no discurso, a qual é ajustada a diferentes esferas, desde o nível local até o internacional. Nesse sentido, o estudo contribui para uma interpretação mais refinada das estratégias discursivas do governo brasileiro dentro do contexto recente.

6.2. Limitações do estudo

Apesar dos contributos apresentados, a presente investigação também possui algumas limitações a serem reconhecidas. Em primeiro lugar, o estudo se concentra exclusivamente nos discursos presidenciais, o que torna a análise limitada a um único ator político. Embora o presidente constitua uma figura central na definição da agenda pública, especialmente no contexto brasileiro, excluir outros atores institucionais ou políticos pode restringir a compreensão mais ampla da dimensão discursiva em torno da Amazónia.

Outra limitação prende-se com o facto de a análise não incorporar diretamente a receção dos discursos por parte do público, o que significa que não é possível avaliar, de forma empírica, o impacto efetivo das estratégias discursivas na formação da opinião pública e na mobilização de apoio político.

6.3. Sugestões para investigações futuras

Podem ser identificadas algumas direções para investigações futuras. Em primeiro lugar, seria relevante alargar a análise de forma a incluir outros atores políticos e institucionais, como ministros, parlamentares, ou representantes de governos subnacionais, de modo a permitir compreender de forma mais abrangente como a Amazónia é discursivamente construída no interior do sistema político brasileiro. Essa ampliação permitiria também observar possíveis divergências ou convergências entre os diferentes segmentos das elites políticas.

Adicionalmente, seria também pertinente aprofundar a análise da dimensão internacional, sendo feita através da comparação com os discursos de outros países detentores de florestas tropicais, em especial aqueles que compartilham o bioma amazónico. Isso, por sua vez, possibilitaria incluir o caso brasileiro num contexto mais amplo de construções discursivas em matéria climática, bem como perceber padrões e variações nas representações da Amazónia entre os diferentes países que a detêm.

Referências bibliográficas

Amazon Network of Georeferenced Socio-Environmental Information. (n.d.). *Maps.* https://www.raisg.org/en/maps/. Acedido em 29 de abril de 2026.

Assahira, C., & Moretto, E. (2024). A degradação da Amazônia e a dimensão ambiental da crise da democracia no Brasil. *Novos Cadernos NAEA, 27*(1). http://dx.doi.org/10.18542/ncn.v27i1.14956

Bäck, H., Carroll, R., Renström, E., & Ryan, A. (2023). Elite communication and affective polarization among voters. *Electoral Studies, 84*, 102639. DOI10.1016/j.electstud.2023.102639

Best, H. (2018). *Elite sectors: Differentiation and integration*. In Best, H. & Higley, J. (Eds.), *The Palgrave handbook of political elites* (pp. 331–338). Palgrave Macmillan.

Best, H., & Higley, J. (2018). *The Palgrave handbook of political elites: Introduction*. In H. Best & J. Higley (Eds.), *The Palgrave handbook of political elites* (pp. 1–6). Palgrave Macmillan.

Bidone, F. (2023). Investigating forest governance through environmental discourses: An Amazonian case study. *Journal of Sustainable Forestry*, *42*(1), 1–21. DOI10.1080/10549811.2021.1933537

Brasil. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. (n.d.). *Amazônia – PPCDAm (Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal)*. https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/controle-ao-desmatamento-queimadas-e-ordenamento-ambiental-territorial/controle-do-desmatamento-1/amazonia-ppcdam-1. Acedido em 29 de abril de 2026.

Chase, V. M. (2019). The changing face of environmental governance in the Brazilian Amazon: Indigenous and traditional peoples promoting norm diffusion. *Revista Brasileira de Política Internacional*, *62*(2). https://doi.org/10.1590/0034-7329201900208

Ciccantell, P. S. (1999). It's all about power: The political economy and ecology of redefining the Brazilian Amazon. *The Sociological Quarterly*, *40*(2), 293–315. https://doi.org/10.1111/j.1533-8525.1999.tb00549.x

Cotta, M. (2018). *Elite dynamics and dilemmas*. In H. Best & J. Higley (Eds.), *The Palgrave handbook of political elites* (pp. 565–572). Palgrave Macmillan.

da Silva, C. A. F. & Bampi, A. C. (2019). Regional Dynamics of the Brazilian Amazon: between Modernization and Land Conflicts. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía*, 28(2), 340–356. https://doi.org/10.15446/rcdg.v28n2.72872

Daloz, J.-P. (2018). *Political elites and symbolic superiority*. In H. Best & J. Higley (Eds.), *The Palgrave handbook of political elites* (pp. 507–522). Palgrave Macmillan.

Damele, G., & Campos, A. S. (2022). Introduction: Elite theory: Philosophical challenges. *Topoi: An International Review of Philosophy, 41*(1), 1–5. https://doi.org/10.1007/s11245-022-09794-1

de Wit, F., & Mourato, J. (2022). Governing the diverse forest: Polycentric climate governance in the Amazon. *World Development*, 157, 105955. https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2022.105955

Dickson, Z. P., & Hobolt, S. B. (2025). Elite cues and noncompliance. *American Political Science Review, 119*(2), 870–886. DOI:10.1017/S0003055424000741

Druckman, J. N. (2014). Pathologies of studying public opinion, political communication, and democratic responsiveness. *Political Communication, 31*(3), 467–492. https://doi.org/10.1080/10584609.2013.852643

Duarte, R. G., Ferreira-Quilice, T., de Assis, N. R., Machado, R. C., & Oliveira, R. S. G. (2023). Transition to sustainability: Assessing the challenges of the Brazilian environmental agenda and policy. *Forest Policy and Economics,* 157, 103094. https://doi.org/10.1016/j.forpol.2023.103094

Engelstad, F. (2018). *Models of elite integration*. In H. Best & J. Higley (Eds.), *The Palgrave handbook of political elites* (pp. 439–457). Palgrave Macmillan.

Eshbaugh-Soha, M. (2010). The politics of presidential speeches. *Congress & the Presidency,* 37(1), 1–21. https://doi.org/10.1080/07343460903390679

Faleiro, A. A. (2025). Lula 3.0: foreign policy reconstruction and Brazil's return to the world. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 68(1). https://doi.org/10.1590/0034-7329202500110

Flores, B. M., Montoya, E., Sakschewski, B., Nascimento, N., Staal, A., Betts, R. A., Levis, C., Lapola, D. M., Esquível-Muelbert, A., Jakovac, C., Nobre, C. A., Oliveira, R. S., Borma, L. S., Nian, D., Boers, N., Hecht, S. B., ter Steege, H., Arieira, J., Lucas, I. L., ... Hirota, M. (2024). Critical transitions in the Amazon forest system. *Nature*, 626, 555–564. https://doi.org/10.1038/s41586-023-06970-0

Henrichsen, T., Leifeld, P., Jasny, L., Weaver, I., & Fisher, D. R. (2025). Ground-truthing political elites in the public sphere: Measuring the arena effects of elite opinion. *Research & Politics, 12*(1), 20531680241307940. DOI10.1177/20531680241307940

Higley, J. (2010). *Elites e democracia*. Livros Horizonte.

Hoffmann-Lange, U. (2018). *Theory-Based Typologies of Political Elites*. In H. Best and J. Higley (eds), *The Palgrave Handbook of Political Elites*, pp. 53-68. Palgrave Macmillan.

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. (2025). *Dados do PRODES apontam redução no desmatamento na Amazônia e no Cerrado brasileiros.* https://www.gov.br/inpe/pt-br/assuntos/ultimas-noticias/dados-do-prodes-apontam-reducao-no-desmatamento-na-amazonia-e-no-cerrado-brasileiros-1. Acedido em 29 de abril de 2026.

Kolk, A. (1998). From conflict to cooperation: International policies to protect the Brazilian Amazon. *World Development, 26*(8), 1481–1493. https://doi.org/10.1016/S0305-750X(98)00062-X

Korosenyi, A. (2018). *Political elites and democracy*. In H. Best & J. Higley (Eds.), *The Palgrave handbook of political elites* (pp. 41–52). Palgrave Macmillan.

Maitino, M., & Vieira, M. (2024). Ontological security and climate policy in Jair Bolsonaro's Brazil: Understanding the emotional underpinnings of environmental destruction. *Global Studies Quarterly*, *4*(3), ksae079. https://doi.org/10.1093/isagsq/ksae079

MapBiomas Alerta. (n.d.). *Monitor da fiscalização*. https://plataforma.alerta.mapbiomas.org/monitor-da-fiscalizacao. Acedido em 29 de abril de 2026.

Mariotti, C. (2022). *Elite theory*. In P. Harris, A. Bitonti, C. S. Fleisher & A. S. Binderkrantz (Eds.), *The Palgrave Encyclopedia of Interest Groups, Lobbying and Public Affairs* (pp. 427–432). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-030-44556-0_67

Medina, G., Pokorny, B., & Weigelt, J. (2009). The power of discourse: Hard lessons for traditional forest communities in the Amazon. *Forest Policy and Economics, 11*(5–6), 392–397. https://doi.org/10.1016/j.forpol.2008.11.004

Merino, R. (2025). Governing international commons: Re-examining environmental and sovereignty imaginaries in the Amazon. *Transnational Environmental Law*, 14(2), 239–265. https://doi.org/10.1017/S2047102524000414

Monteiro, M.S.A., Seixas, S.R.d.C. & Vieira, S.A. (2014). The politics of Amazonian deforestation: Environmental policy and climate change knowledge. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change*, *5*(5), 689–701. DOI10.1002/wcc.298

Nash, N., Whitmarsh, L., Capstick, S., Gouveia, V., Araújo, R. C. R., dos Santos, M., Palakatsela, R., Liu, Y., Harder, M. K., & Wang, X. (2020). Local climate change cultures: Climate-relevant discursive

practices in three emerging economies. *Climatic Change*, 163, 63–82. DOI:10.1007/s10584-019-02477-8

Noble, B. S., & Turner, I. R. (2026). Presidential leadership and legislative polarization. *Presidential Studies Quarterly, 56*(1), 1-15, e70025. https://doi.org/10.1111/psq.70025

Olds, C. (2015). Assessing the relationship between presidential rhetorical simplicity and unilateral action. *Politics and Governance, 3*(2), 90–99. https://doi.org/10.17645/pag.v3i2.303

Pakulski, J. (2018). *The development of elite theory*. In H. Best & J. Higley (Eds.), *The Palgrave handbook of political elites* (pp. 9–16). Palgrave Macmillan.

Pereira, J. C., & Viola, E. (2024). From protagonist to laggard, from pariah to phoenix: Emergence, decline, and re-emergence of Brazilian climate change policy, 2003–2023. *Latin American Policy,* 15(3), 400–422. https://doi.org/10.1111/lamp.12356

Pokorny, B., Pacheco, P., de Jong, W., & Entenmann, S. K. (2021). Forest frontiers out of control: The long-term effects of discourses, policies, and markets on conservation and development of the Brazilian Amazon. *Ambio*, *50*, 2199–2223. https://doi.org/10.1007/s13280-021-01637-4

Rached, D. H., & Vitale, D. (2025). Environmental foreign policy on stage: Between discourse and reality in Lula's third term. *Brazilian Political Science Review*, 19(3). https://doi.org/10.1590/1981-3821202500030007

Raftopoulos, M., & Morley, J. (2025). Problematising environmental governance and the politics of natural resource sovereignty in Brazil. *Globalizations, 22*(5), 817–836. https://doi.org/10.1080/14747731.2024.2423534

Rajão, R. (2013). Representations and discourses: The role of local accounts and remote sensing in the formulation of Amazonia's environmental policy. *Environmental Science & Policy, 30*, 60–71. https://doi.org/10.1016/j.envsci.2012.07.019

Salles, D., Santini, R. M., Medeiros, P., Regattieri, L., & Estrella, C. (2025). There's no smoke without fire: Legacy media and junk news discourses on the Amazon fires. *Journalism Practice*, 19(12), 2832–2854. https://doi.org/10.1080/17512786.2025.2544188

Sánchez, D. P., Orrego, M. V. & Pimenteira, C. (2024). La Amazonía en la disputa electoral de Brasil: discursos, conflictos e intereses bajo el capital. *Ciencia Política*, 19(37), 115–149. https://doi.org/10.15446/cp.v19n37.111164

Science Panel for Amazon. (n.d.). *About the Amazon*. https://www.sp-amazon.org/about-the-amazon. Acedido em 29 de abril de 2026.

Silva-Muller, L., & Sposito, H. (2024). Which Amazon problem? Problem-constructions and transnationalism in Brazilian presidential discourse since 1985. *Environmental Politics*, 33(3), 398–421. https://doi.org/10.1080/09644016.2023.2220639

Sondrol, P. (2005). The presidentialist tradition in Latin America. *International Journal of Public Administration, 28*, 517–530. https://doi.org/10.1081/PAD-200055210

Stuckey, M. E. (2010). Rethinking the rhetorical presidency and presidential rhetoric. *The Review of Communication, 10*(1), 38–52. https://doi.org/10.1080/15358590903248744

Tello, C., & Neuburger, M. (2023). Pluriverse in science: Discourses of Amazonian land-use change and socio-environmental (in)justice. *Erdkunde, 77*(4), 263–285. https://doi.org/10.3112/erdkunde.2023.04.02

Tesler, M. (2018). Elite domination of public doubts about climate change (not evolution). *Political Communication, 35*(2), 306–326. DOI: 10.1080/10584609.2017.1380092

United Nations. (n.d.). *COP30*. https://news.un.org/pt/events/cop30. Acedido em 29 de abril de 2026.

Van Boven, L. & Sherman, D.K. (2021). Elite influence on public attitudes about climate policy. *Current Opinion in Behavioral Sciences*, 42, 83-88. https://doi.org/10.1016/j.cobeha.2021.03.023

van Dijk, T. A. (1997). What is political discourse analysis? *Belgian Journal of Linguistics,* 11(1), 11-52. https://doi.org/10.1075/bjl.11.03dij

Vicentini, J. de O., Costa, L. M., & Queiroz, O. T. M. M. (2022). Brazil's Amazon to the world: President Bolsonaro's discourse at the United Nations General Assembly [Amazônia do Brasil para o mundo: O discurso do presidente Bolsonaro na Assembleia Geral das Nações Unidas]. *Margens: Revista Interdisciplinar, 16*(27), 263–280. https://doi.org/10.18542/rmi.v16i27.12668

Vilani, R. M., Ferrante, L., & Fearnside, P. M. (2023). The first acts of Brazil's new president: Lula's new Amazon institutionality. *Environmental Conservation*, 50(3), 148–151. https://doi.org/10.1017/S0376892923000139

Wynn, C., Smith, L., & Killen, C. (2025). How the political elite make decisions. *Australian Journal of Public Administration,* 84(3), 520–538. DOI: 10.1111/1467-8500.12664

APÊNDICE A

Categorias e subcategorias identificadas na construção discursiva em torno da Amazónia

Categoria: **Amazónia como ativo económico sustentável**

Definição: Enquadramento da Amazónia como um ativo estratégico para o desenvolvimento económico sustentável e no qual a conservação da floresta é apresentada como fonte de valor económico.

Exemplos: "Por meio de uma coalizão de bancos de desenvolvimento e da mobilização de recursos públicos e privados, vamos fomentar atividades produtivas locais sustentáveis, como a agricultura familiar, a pesca artesanal, projetos agroflorestais e redes de empreendedorismo, sobretudo feminino". (Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante o encerramento da reunião técnicocientífica da Amazónia, em Letícia, na Colómbia);

"Todo o apoio aos povos da floresta, com incentivos às atividades económicas sustentáveis. Este é o sentido do programa Bolsa Verde, que estamos retomando agora". (Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na celebração do Dia Mundial do Meio Ambiente, 2023);

"E, ao mesmo tempo, conseguimos aumentar a produtividade agrícola na região, mostrando que é possível crescer sem derrubar a floresta". (Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a Cúpula dos Países Amazónicos, em Belém (PA), 2023);

"E nós queremos utilizar a Amazónia não como um santuário da humanidade. Nós queremos utilizar a Amazónia como um patrimônio soberano desse país e estudar a riqueza da biodiversidade para saber se a gente consegue fazer com que os povos indígenas, os povos ribeirinhos, o nosso seringueiro, os nossos extrativistas, vivam e ganhem o dinheiro por conta da preservação da Amazónia". (Pronunciamento do presidente Lula durante visita a comunidade em Manaquiri (AM), 2024);

"Nós não somos daqueles que achamos que a Floresta Amazónica é um santuário da humanidade que não pode mexer numa folha, não. Nós achamos que ela tem que ser explorada de forma correta, responsável, tirando aquilo que a gente pode tirar, repondo aquilo que a gente tem que repor. Mas garantir que a floresta continue sendo essa coisa importante na sobrevivência do nosso querido planeta Terra". (Pronunciamento do presidente Lula durante lançamento do Programa União com Municípios pela Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais, 2025).

Categoria: Amazónia como condição da vida global

Definição: Enquadramento da Amazónia como essencial para a vida no planeta.

Exemplos: "A Amazónia tem pressa de seguir fazendo o que sempre fez: ser essencial à vida na Terra. Uma barreira de contenção à emergência climática que ameaça a vida no planeta". (Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante evento do Dia da Amazónia, 2023);

"Se não houver futuro para a Amazónia e o seu povo, não haverá futuro para o planeta". (Pronunciamento do presidente Lula durante encontro com a sociedade civil no âmbito da Cúpula da OTCA, 2025);

"Voltou a ser prioridade porque a sobrevivência — não só do nosso país, mas do nosso planeta — depende em grande medida da maneira como o Brasil cuida de seus biomas, sobretudo da Amazónia". (Pronunciamento do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na celebração do Dia Mundial do Meio Ambiente, 2023).

Categoria: Amazónia como espaço de projeção internacional

Definição: Enquadramento da Amazónia como um espaço estratégico de projeção internacional do Brasil e no qual é evidenciado o reconhecimento global que a região possui.

Exemplo: "O Brasil apresentou recentemente a candidatura de Belém do Pará para sediar a COP-30, em 2025. O apoio que estamos recebendo dos países da CELAC é indispensável para que possamos mostrar ao resto do mundo a riqueza de nossa biodiversidade, o potencial do desenvolvimento sustentável e da economia verde, além, é claro, da importância de preservação do meio ambiente e do combate à mudança do clima". (Discurso do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da VII reunião de Cúpula da Celac, 2023);

"A COP30 do clima em 2025, também em Belém, será uma oportunidade valiosa para que o mundo conheça a verdadeira Amazónia". (Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante o encerramento da reunião técnicocientífica da Amazónia, em Letícia, na Colómbia, 2023);

"A Amazónia é nosso passaporte para uma nova relação com o mundo – uma relação mais simétrica, na qual nossos recursos não serão explorados em benefício de poucos, mas valorizados e colocados a serviço de todos. (Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a Cúpula dos Países Amazónicos, em Belém (PA), 2023);

"Ao mesmo tempo o Brasil vai sediar a COP 30 em 2025. Um evento que, só pelo fato de ser na Amazónia, já merece por si só um destaque extraordinário. O mundo inteiro fala da Amazónia. O mundo inteiro fala da floresta. O mundo inteiro fala da água doce do Brasil. Pois o mundo vai conhecer, de fato,

o que é a Amazónia". (Pronunciamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a Mesa Redonda Brasil-Arábia Saudita em Riade, 2023).

Categoria: Amazónia como bem comum da humanidade

Definição: Conceção de que a floresta pertence a todos os seres humanos, implicando responsabilidade coletiva e limitação do uso individual dos recursos.

Exemplos: "Essa árvore não tem proprietário, é do povo brasileiro, é do planeta Terra, ela é da humanidade". (Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em café da manhã com jornalistas de veículos independentes, 2023);

"São elas que, diariamente, conjugam em seus modos de vida a busca legítima por uma existência digna com a missão vital de proteger um dos maiores patrimónios naturais da humanidade". (Discurso do presidente Lula na abertura da Cúpula de Líderes da COP30, em Belém (PA), 2025);

"Da mesma forma, que a gente não pode permitir que um cidadão, que não é dono de nada, pegue uma motosserra e corte uma árvore que tem 300, 400 anos para vender e ficar rico as custas daquela árvore. Aquela árvore não é dele! Aquela árvore é minha. Aquela árvore é de vocês. Aquela árvore é de qualquer ser humano que habite o planeta Terra. Ela está lá há 300 anos. Portanto, ninguém tem o direito de derrubar uma árvore dessa, para plantar soja, milho ou para plantar qualquer coisa". (Pronunciamento do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da 52ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas, 2023).

Categoria: Amazónia como património ecológico estratégico

Definição: Representação da Amazónia como reserva natural única, com ênfase em sua biodiversidade.

Exemplos: "Temos um potencial amazónico exuberante e extraordinário, possivelmente uma das grandes riquezas do planeta Terra que sobra, que é a nossa biodiversidade". (Declaração do presidente Lula à imprensa após reunião bilateral com o presidente da Colómbia, Gustavo Petro, 2024);

"A Amazónia tem pressa de continuar a ser a guardiã de nossa biodiversidade. E de seguir garantindo as chuvas de quase toda a América do Sul, e com elas nossa agricultura, com elas o nosso futuro". (Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante evento do Dia da Amazónia, 2023);

"Falar da Amazónia é falar de superlativos. Ela abriga a maior floresta tropical do mundo, com 10% de todas as espécies de plantas e animais do planeta". (Discurso do presidente da República, Luiz Inácio

Lula da Silva, durante o encerramento da reunião técnicocientífica da Amazónia, em Letícia, na Colómbia, 2023).

Categoria: Amazónia como responsabilidade do Estado brasileiro

Definição: Representação da Amazónia como um território cuja proteção e gestão constituem dever e responsabilidade do Estado brasileiro.

Exemplos: "Porque nós pretendemos, enquanto país amazónico, assumir a responsabilidade de cuidar da Amazónia. Nós vamos cuidar". (Declaração do presidente Lula à imprensa em Bogotá, na Colómbia, 2025);

"Cuidar da Amazónia é, ao mesmo tempo, um privilégio e uma responsabilidade". (Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante o encerramento da reunião técnicocientífica da Amazónia, em Letícia, na Colómbia, 2023);

"Tem coisas que é de governo, tem coisas que é de prefeito, tem coisas que é de governadores. Mas, tem coisa que é do Estado brasileiro. Nós precisamos cuidar da maior reserva florestal do mundo que está sob a nossa guarda". (Pronunciamento do presidente Lula durante lançamento do programa União com os Municípios pela Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais, 2024).

Categoria: Amazónia como território habitado

Definição: Representação da Amazónia como um território onde vivem populações humanas, cuja presença e necessidades sociais devem ser consideradas nas políticas de conservação e desenvolvimento.

Exemplo: "Mas a Amazónia não é só feita de flora e fauna. São 50 milhões de pessoas espalhadas pelo seu vasto território e entre metrópoles como Belém, Manaus e Santa Cruz de la Sierra. Cidades médias como Florência, Ciudad Bolivar e Iquitos. E milhares de vilarejos e aldeias. São 400 povos indígenas, que falam mais de 300 idiomas. Para entendermos esse lugar, precisamos ouvir quem já o conhece bem". (Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a Cúpula dos Países Amazónicos, em Belém (PA), 2023).

Subcategorias:

Vulnerabilidade social da Amazónia: "É imprescindível combater a fome na região Amazónica. Em todos os nossos países, esses territórios têm maiores índices de insegurança alimentar". (Discurso do

presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante o encerramento da reunião técnicocientífica da Amazónia, em Letícia, na Colómbia, 2023).

Valorização da cultura e dos saberes locais: "Nesse mesmo espírito, o Círculo dos Povos está amplificando a voz de indígenas e afrodescendentes, contribuindo para incorporar práticas e saberes tradicionais ao debate climático." (Discurso do presidente Lula em encontro com a sociedade civil no âmbito da Cúpula da OTCA, 2025).

Desenvolvimento social da região: "A falta de oportunidades é uma injustiça contra o povo amazónico. O acesso à educação, à saúde e à moradia não pode ser privilégio de poucos. O povo amazónico quer empreender, trabalhar, produzir e viver". (Discurso do presidente Lula em encontro com a sociedade civil no âmbito da Cúpula da OTCA, 2025).

Defesa dos direitos dos povos quilombolas: "E isso é utilizado como argumento para mostrar que tem muita terra na mão dos indígenas e, agora, nós também vamos dar para os quilombolas — e eles vão ficar mais raivosos ainda, porque os quilombolas também têm direito às terras deles". (Pronunciamento do presidente Lula durante a 1ª reunião do Conselho Nacional de Política Indigenista, 2024).

Defesa dos direitos dos povos indígenas: "A criação do Ministério dos Povos Indígenas, comandado por uma ministra indígena, o primeiro na história do Brasil, simboliza o nosso compromisso com a reparação à invisibilidade a que foram submetidos os povos originários em nosso país". (Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a Cúpula dos Países Amazónicos, em Belém (PA), 2023).

Proteção de terras indígenas: "Os povos indígenas precisam ter suas terras demarcadas e livres das ameaças das atividades económicas ilegais e predatórias". (Discurso do presidente Lula no Parlatório do Palácio do Planalto, 2023).

Categoria: Brasil como ator de liderança na agenda climática internacional

Definição: Posicionamento do Brasil enquanto ator relevante ou líder nas agendas climáticas internacionais, destacando compromissos ambientais, participação em acordos globais e capacidade de contribuir para soluções diante da crise climática.

Exemplos: "O Brasil voltará a ser referência mundial em sustentabilidade e enfrentamento das mudanças climáticas. E cumprirá as metas de redução de emissão de carbono e desmatamento zero". (Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em evento alusivo aos 100 dias de gestão do Governo Federal, 2023);

“O Brasil está recuperando seu protagonismo na agenda ambiental”. (Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante sessão plenária aberta da XV Cúpula do BRICS, 2023);

“Somos a maior potência ambiental do mundo. Temos a maior floresta tropical e a biodiversidade mais rica. Oitenta e sete por cento da nossa matriz elétrica é limpa e renovável, contra uma média mundial de apenas quinze por cento. E vamos ampliar ainda mais os investimentos em energia solar e eólica. Voltamos a ter uma política externa ativa e altiva, que nos torna novamente protagonistas das grandes discussões que envolvem a mudança do clima”. (Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na celebração do Dia Mundial do Meio Ambiente, 2023).

Categoria: Críticas ao retrocesso ambiental do governo anterior

Definição: Avaliações negativas que apontam o enfraquecimento ou a reversão de políticas ambientais do governo anterior.

Exemplos: “Mas porque sinaliza que o meio ambiente voltou a ser prioridade, após quatro anos de descaso e abandono”. (Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na celebração do Dia Mundial do Meio Ambiente, 2023);

“No entanto, a crise política que se abateu sobre o Brasil levou ao poder um governo negacionista com consequências nefastas. Meu antecessor abriu as portas para os ilícitos ambientais e o crime organizado. Os índices de desmatamento voltaram a crescer. Suas políticas beneficiaram apenas uma minoria que visa o lucro imediato”. (Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a Cúpula dos Países Amazónicos, em Belém (PA), 2023);

“Os danos ao meio ambiente causados pelo governo anterior serão revertidos”. (Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante o Fórum das Grandes Economias sobre Energia e Clima, 2023).

Categoria: Defesa da soberania brasileira sobre a Amazónia

Definição: Afirmação do direito exclusivo do Brasil de decidir de forma autónoma a condução de políticas sobre a Amazónia.

Exemplos: "É uma coisa fantástica, como é que alguém, um francês, um inglês, um alemão, um japonês, pode dar palpite na nossa floresta? Não, ela é nossa". (Discurso do presidente Lula na cerimónia de entrega de unidades habitacionais do Minha Casa, Minha Vida em Belém (PA), 2025);

"Não precisamos de intervenções estrangeiras, nem de ameaças à nossa soberania. Somos perfeitamente capazes de ser protagonistas das nossas próprias soluções". (Discurso do presidente Lula na inauguração do Centro de Cooperação Policial Internacional da Amazónia, 2025);

"Porque, veja, o Brasil não quer transformar a Amazónia num santuário da humanidade, mas também o Brasil não quer abrir mão de que a Amazónia é um território do qual o Brasil é soberano". (Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em visita a Washington (EUA), no momento da chegada à Casa Branca, 2023).

Subcategoria:

Rejeição da Amazónia como santuário global: "As florestas tropicais não são santuários para o deleite da elite global. Tampouco podem ser tratadas como depósitos de riquezas a serem exportadas". (Discurso do presidente Lula durante lançamento da Coalizão Global para Justiça Social no âmbito da 112ª Conferência Internacional do Trabalho, 2024).

Categoria: Financiamento para o combate à mudança climática

Definição: Menção ao apoio financeiro internacional para viabilizar a conservação das florestas tropicais e o combate à mudança do clima.

Exemplos: "Aprovamos hoje Comunicado Conjunto sobre o Fundo Florestas Tropicais para Sempre, o TFFF, iniciativa que pretendemos lançar em Belém. Em um arranjo inovador, o TFFF poderá remunerar 73 países em desenvolvimento detentores de florestas tropicais pela redução do desmatamento". (Declaração à imprensa do presidente Lula após reunião de Cúpula da OTCA em Bogotá, na Colómbia, 2025);

"Áreas como financiamento da transição ecológica e energética, bioeconomia, agricultura, administração pública, temas digitais, inteligência artificial e direitos humanos e igualdade de gênero passarão a ocupar nossa agenda bilateral". (Declaração do presidente Lula à imprensa por ocasião visita do presidente da França, Emmanuel Macron, 2024);

"Quem mais contribuiu historicamente para o aquecimento global deve arcar com os maiores custos de combatê-la. Esta é uma dívida acumulada ao longo de dois séculos. Desde a COP de Copenhague, os

países ricos deveriam prover 100 bilhões de dólares por ano em financiamento climático novo e adicional aos países em desenvolvimento. Essa promessa nunca foi cumprida". (Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a abertura da Cúpula do G20, 2023).

Categoria: Gestão sustentável do território e proteção florestal

Definição: Referências a iniciativas voltadas para o uso sustentável da terra e a proteção da floresta.

Exemplos: "No Brasil, estamos fazendo nossa parte. A proteção da floresta e o desenvolvimento sustentável da Amazónia estão entre as prioridades do meu governo. Nos primeiros 8 meses deste ano reduzimos o desmatamento em 48% em relação ao mesmo período do ano passado". (Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a abertura da Cúpula do G20, 2023);

"Inauguramos o Centro de Cooperação Policial Internacional da Amazónia, que vai intensificar o combate ao crime organizado e aos ilícitos ambientais". (Declaração do presidente Lula à imprensa em Bogotá, na Colómbia, 2025).

Subcategorias:

Uso de terras degradadas: "E nós, agora, para cumprir as exigências que as mudanças climáticas estão a exigir, nós estamos com uma política muito séria de recuperação de terras degradadas, o equivalente a quase 60 milhões de hectares de terra que nós queremos disponibilizar para as pessoas recuperarem e plantarem, sem precisar devastar a floresta que está em pé. É simples isso. Ao invés de destruir uma coisa boa, vamos recuperar uma coisa ruim". (Discurso do presidente Lula no encerramento do Fórum Empresarial Brasil-França, 2025).

Monitorização e informação sobre a floresta: "Estamos retomando a criação de áreas protegidas, parques e reservas. Nosso território voltou a ser monitorado por satélites, para que possamos identificar e dar uma resposta rápida a qualquer risco ambiental. A Polícia Federal e as Forças Armadas estão a postos para agir prontamente em qualquer emergência ambiental. Seja um incêndio florestal, seja o socorro aos povos indígenas, seja o combate implacável a toda e qualquer atividade ilícita relacionada ao meio ambiente". (Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na celebração do Dia Mundial do Meio Ambiente, 2023);

"O Observatório Regional da Amazónia vai sistematizar e monitorar dados para orientar políticas públicas e torná-las mais eficazes". (Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Cúpula do G77 + China, em Cuba, 2023).

Combate à grilagem: "Mas eu falei com a Marina, nós vamos fazer todas as reuniões que forem possíveis fazer. Ouvir todos os cientistas que nós temos que ouvir. E nós temos que ter noção que a gente tem que fazer aquela estrada e a gente precisa garantir que a parte mais nobre da Floresta Amazónica não seja destruída por grileiros, que quando a gente pensa em fazer uma estrada, já compra milhares de hectares de um lado, milhares de hectares de outro, já toca fogo no outro". (Pronunciamento do presidente Lula durante anúncio de medidas de combate à seca na Amazónia, 2024).

Combate aos madeireiros: "Nós vamos ser muito duros com os madeireiros que cortam floresta sem nenhuma autorização, ou garimpeiros que não têm sequer sinalização para garimpar, ou para pesquisar". (Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em visita a Washington (EUA), no momento da chegada à Casa Branca, 2023).

Combate aos incêndios florestais: "Além disso, como foi anunciado aqui, vamos destinar, até 2025, R$ 600 milhões de reais do Fundo Amazónia para municípios que, pelos seus indicadores recentes, são considerados prioritários no combate ao desmatamento e aos incêndios florestais". (Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante evento do Dia da Amazónia, 2023).

Combate ao garimpo ilegal: "Eu tenho o compromisso de acabar com o garimpo ilegal no Brasil, isso independentemente de COP". (Declaração do presidente Lula à imprensa em Bogotá, na Colómbia, 2025).

Combate ao desmatamento: "Há exatos três meses, aqui mesmo no Palácio do Planalto, lancei o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazónia Legal. E é com felicidade que vejo que os anúncios feitos hoje já são desdobramentos desse plano". (Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante evento do Dia da Amazónia, 2023).

Categoria: Governação multinível da Amazónia

Definição: Defesa de que a agenda amazónica deve envolver diferentes níveis de governo e atores sociais, não apenas o governo federal.

Exemplos: "Com a nova edição dos Diálogos da Amazónia, aprofundamos a participação da sociedade civil e amplificamos as vozes dos povos indígenas e comunidades tradicionais e locais da região". (Declaração à imprensa do presidente Lula após reunião de Cúpula da OTCA em Bogotá, na Colómbia, 2025);

“O sonho amazónico tem que estar enraizado na ciência e nos saberes produzidos aqui. E tem que juntar todos os atores na busca por soluções”. (Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a Cúpula dos Países Amazónicos, em Belém (PA), 2023);

“E aí eu quero dizer para vocês uma coisa que é importante envolver os prefeitos. A gente não vai conseguir controlar a queimada ou controlar o desmatamento apenas olhando aqui de Brasília. É preciso envolver o governador do estado e os prefeitos das cidades que acontecem as queimadas, porque o prefeito tem mais chance de saber quem é o dono da terra que é feita queimada, porque é feita queimada, do que nós aqui em Brasília”. (Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em café da manhã com jornalistas de veículos independentes, 2023).

Categoria: Justiça climática

Definição: Conexão entre mudança climática e desigualdades sociais e globais.

Exemplo: “Nós precisamos convencer as pessoas de que os bancos multilaterais, que cobram uma exorbitância de juros dos países africanos e dos países pobres da América Latina, precisam transformar parte dessa dívida em investimento, para que a gente possa fazer com que a questão da transição energética seja verdadeira. As empresas petroleiras têm de pagar uma parte disso. As mineradoras têm de pagar uma parte disso. As pessoas que ganham muito dinheiro têm de pagar uma parte disso. Porque senão quem vai sofrer é a parte mais pobre do planeta Terra. São as ilhas. São os pobres da África, da América Latina, da Ásia. Então é preciso que as pessoas tenham consciência de que todo mundo tem de ter muita responsabilidade”. (Declaração à imprensa do presidente Lula na COP30, em Belém (PA), 2025).

Subcategorias:

Transição justa: “Uma transição ecológica justa requer recursos adequados e transferência de tecnologia. Não pode se basear na exploração predatória de recursos naturais, como minerais críticos, nem justificar novos protecionismos”. (Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante o encerramento da reunião técnicocientífica da Amazónia, em Letícia, na Colómbia, 2023).

Responsabilidade histórica dos países desenvolvidos: “Mas é preciso que os países ricos também façam a sua parte. Foram eles que ao longo dos séculos mais devastaram florestas. E são eles que hoje mais emitem gases de efeito estufa”. (Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na celebração do Dia Mundial do Meio Ambiente, 2023).

Crítica à exploração predatória dos recursos naturais: "Uma transição ecológica justa requer recursos adequados e transferência de tecnologia. Não pode se basear na exploração predatória de recursos naturais, como minerais críticos, nem justificar novos protecionismos". (Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante o encerramento da reunião técnicocientífica da Amazónia, em Letícia, na Colómbia, 2023).

Categoria: Mudança climática como realidade urgente

Definição: Referências ao reconhecimento de que a mudança climática é um fenómeno global real que requer ação urgente.

Exemplo: "A questão do clima não é mais apenas uma visão académica, de meia dúzia de intelectuais, de meia dúzia de ambientalistas. A questão climática é uma coisa hoje muito séria, que coloca em risco a humanidade". (Declaração à imprensa do presidente Lula na COP30, em Belém (PA), 2025).

Subcategorias:

Ceticismo quanto ao cumprimento de acordos climáticos globais: "Então, se nós não mudarmos essas instituições, a questão climática vira uma brincadeira. E por que vira uma brincadeira? Quem é que vai cumprir as decisões emanadas dos fóruns que nós fazemos? É o Estado Nacional? Vamos ser francos: quem é que cumpriu o Protocolo de Quioto? Quem é que cumpriu as decisões da COP-15, em Copenhague? Quem é que cumpriu o Acordo de Paris? Ou seja, e não se cumpre porque não tem uma governança mundial com força para decidir as coisas e a gente cumprir". (Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a Cúpula para um Novo Pacto Financeiro Global, na França, 2023).

Defesa do multilateralismo no combate à mudança climática: "A resposta ao desafio climático – talvez o maior da nossa geração – depende da ação coordenada entre todos os países". (Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante o Fórum das Grandes Economias sobre Energia e Clima, 2023).

Mudança do clima como desafio económico: "A mudança do clima não é uma simples questão de política ambiental. É, sobretudo, um desafio de planejamento económico. As prioridades estão invertidas". (Discurso do presidente Lula na Sessão 2 da Cúpula do G20, na África do Sul, 2025).

Mudança do clima como prioridade para o Brasil: "A única coisa que eu quero dizer para vocês nessa reunião é que a questão climática não é uma coisa secundária. E por isso o Brasil vai levar a cabo o controle do desmatamento". (Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a Cúpula para um Novo Pacto Financeiro Global, na França, 2023).

Valorização da ciência: "Queremos estabelecer um comitê de especialistas da Amazónia, inspirado no Painel Intergovernamental Sobre Mudança do Clima (IPCC), para gerar conhecimento e produzir recomendações baseadas na ciência". (Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante o encerramento da reunião técnicocientífica da Amazónia, em Letícia, na Colómbia, 2023).

Categoria: Reconfiguração sustentável do modelo de desenvolvimento

Definição: Referências a alternativas mais sustentáveis de desenvolvimento económico.

Exemplo: "Chegaremos juntos à COP30, trazendo soluções amazónicas para a mudança do clima e a transição para um novo modelo de desenvolvimento sustentável". (Declaração à imprensa do presidente Lula após reunião de Cúpula da OTCA em Bogotá, na Colómbia, 2025).

Subcategorias:

Transição energética: "A transição energética será acelerada. Vamos lançar editais para contratação de energia solar e eólica que, somados, representarão capacidade de geração equivalente à de nossas maiores usinas hidrelétricas. E os leilões para novas linhas de transmissão irão tornar ainda mais rápida e atrativa a implantação desses parques de energia limpa". (Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em evento alusivo aos 100 dias de gestão do Governo Federal, 2023).

Recursos naturais como ativo central: "Contamos com expressivas reservas de minerais estratégicos, como lítio e cobalto, que são essenciais para projetos industriais de última geração". (Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da 62ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, 2023).

Economia verde: "Eu voltei porque é possível a gente fazer uma economia verde, cuidando da questão climática com mais responsabilidade". (Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de decretos de Participação Social, 2023).

Sociobioeconomia: "A nossa perspectiva precisa ser levada em conta na negociação de um conceito internacional de sociobioeconomia que nos permita certificar produtos e gerar oportunidades para nossa população". (Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Cúpula da Amazónia e países convidados, em Belém (PA), 2023).

Conciliação entre crescimento económico e preservação ambiental: "O MERCOSUL é um exemplo de que é possível conciliar desenvolvimento económico com responsabilidade ambiental". (Discurso do presidente Lula durante a 65ª Cúpula do Mercosul, em Montevidéu, 2024).

Categoria: Valorização da participação social em matéria climática

Definição: Referências à importância do envolvimento da sociedade na definição e implementação de políticas climáticas.

Exemplo: "Eu estou muito feliz também porque a marcha do povo, a participação do povo foi extraordinariamente bonita, ordeira, e todos entregaram o documento para nós. Estou muito feliz porque, pela primeira vez na história das COPs, 3.500 indígenas participaram. Porque as mulheres não são objeto nessa COP. As mulheres têm de ser tratadas como uma questão de gênero merece ser tratada. Merecem ser tratadas com respeito e participação plena, porque as mulheres não são cidadãos de segunda classe. É preciso fazer que nós, dirigentes, aprendamos isso". (Declaração à imprensa do presidente Lula na COP30, em Belém (PA), 2025).

Subcategoria:

Educação sobre a questão climática no currículo escolar: "Fica mais barato, muito mais fácil, a gente começar a apostar que a questão do planeta será cuidada quando a gente mudar o nosso currículo escolar e colocar a questão climática para que as crianças aprendam da creche até à universidade que elas precisam cuidar do ambiente em que eles vivem". (Discurso do presidente Lula na abertura da 3ª da Conferência da ONU sobre os Oceanos, em Nice (França), 2025).

Categoria: Visão comum e cooperação entre países amazónicos

Definição: Referências à necessidade de coordenação e ação conjunta entre os países da região amazónica face aos problemas comuns da região.

Exemplos: "Em agosto, vamos reunir os líderes dos oito países Amazónicos, com o objetivo de impulsionar uma nova agenda comum para a Amazónia. Reafirmaremos a nossa disposição para trabalhar conjuntamente em projetos de maior alcance, que protejam o bioma e promovam o seu desenvolvimento sustentável". (Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante o Fórum das Grandes Economias sobre Energia e Clima, 2023);

"Somos 50 milhões de sul-americanos amazónidas, cujo futuro depende da ação decisiva e coordenada dos países que detêm soberania sobre os territórios da região". (Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura da 78ª Assembleia da ONU, 2023);

"Em segundo lugar, estão as medidas para o fortalecimento da Organização do Tratado de Cooperação da Amazónia (OTCA). A OTCA é um legado construído ao longo de quase meio século e representa o

único bloco do mundo que nasceu com uma missão socioambiental. Ampliando e aprofundando nossas iniciativas de cooperação, coordenação e integração entre os membros da OTCA, poderemos assegurar que nossa visão de desenvolvimento sustentável terá vida longa e amplo alcance". (Pronunciamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura da Cúpula da Amazónia, em Belém (PA), 2023).

ANEXO A

Corpus de discursos oficiais codificados

Discursos codificados	Público-alvo predominante atribuído	Data	Critério de inclusão no corpus
Discurso do presidente Lula na cerimônia de entrega de unidades habitacionais do Minha Casa, Minha Vida em Belém (PA) — Planalto	Local	13 de fevereiro de 2025	Discurso proferido na região amazónica
Pronunciamento do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em Boa Vista (RR) — Planalto	Local	21 de janeiro 2023	Discurso proferido na região amazónica
Pronunciamento do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da 52ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas — Planalto	Local	13 de março 2023	Discurso proferido na região amazónica
Pronunciamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em videochamada com pioneiros da telessaúde na região amazônica — Planalto	Local	7 de agosto de 2023	Discurso proferido na região amazónica
Pronunciamento do presidente Lula durante anúncio de medidas de combate à seca na Amazônia — Planalto	Local	10 de setembro 2024	Discurso proferido na região amazónica
Pronunciamento do presidente Lula durante anúncios de investimentos e inauguração do Parque Linear da Nova Doca, em Belém (PA) — Planalto	Local	2 de outubro de 2025	Discurso proferido na região amazónica
Pronunciamento do presidente Lula durante cerimônia de entregas do Ministério da	Local	2 de outubro de 2025	Discurso proferido na região amazónica

Discursos codificados	Público-alvo predominante atribuído	Data	Critério de inclusão no corpus
Educação na Ilha do Marajó (PA) — Planalto			
Pronunciamento do presidente Lula durante encontro com o cacique Raoni e lideranças indígenas na Aldeia Piaraçu (MT) — Planalto	Local	4 de abril de 2025	Discurso proferido na região amazónica
Pronunciamento do presidente Lula durante solenidade de início da energização do Linhão Manaus–Boa Vista — Planalto	Local	10 de setembro de 2025	Discurso proferido na região amazónica
Pronunciamento do presidente Lula durante visita à comunidade de São Sebastião do Curumitá, no município de Tefé (AM) — Planalto	Local	10 de setembro de 2024	Discurso proferido na região amazónica
Pronunciamento do presidente Lula durante visita a comunidade em Manaquiri (AM) — Planalto	Local	10 de setembro de 2024	Discurso proferido na região amazónica
Pronunciamento do presidente Lula durante visita à comunidade Jamaraquá na floresta nacional do Tapajós — Planalto	Local	2 de novembro de 2025	Discurso proferido na região amazónica
Pronunciamento do presidente Lula durante visita no Quilombo Itacoã Miri, em Belém (PA) — Planalto	Local	3 de novembro de 2025	Discurso proferido na região amazónica
Pronunciamento do presidente Lula em visita ao projeto de assentamento agroextrativista de Ilha Grande (PA) — Planalto	Local	3 de novembro de 2025	Discurso proferido na região amazónica
Declaração à imprensa do presidente Lula na COP30, em Belém (PA) — Planalto	Nacional	19 de novembro de 2025	Discurso proferido no âmbito da COP 30

Discursos codificados	Público-alvo predominante atribuído	Data	Critério de inclusão no corpus
Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante evento do Dia da Amazônia — Planalto	Nacional	5 de setembro de 2023	Menção direta à Amazónia
Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em evento alusivo aos 100 dias de gestão do Governo Federal — Planalto	Nacional	10 de abril 2023	Menção direta à Amazónia
Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na celebração do Dia Mundial do Meio Ambiente — Planalto	Nacional	5 de junho de 2023	Menção direta à Amazónia
Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de decretos de Participação Social — Planalto	Nacional	31 de janeiro de 2023	Menção direta à Amazónia
Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante evento de assinatura do Plano Plurianual 2024 - 2027 — Planalto	Nacional	30 de agosto de 2023	Menção direta à Amazónia
DISCURSO do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em café da manhã com jornalistas de veículos independentes — Planalto	Nacional	7 de fevereiro de 2023	Menção direta à Amazónia
Discurso do presidente Lula durante cerimônia de abertura do fórum Um Projeto de Brasil — Planalto	Nacional	14 de agosto de 2024	Menção direta à Amazónia
Discurso do presidente Lula durante o lançamento do Plano Safra 2024 _ 2025 — Planalto	Nacional	3 de julho de 2024	Incorpora dimensões ligadas à Amazónia
Discurso do presidente Lula durante reunião para	Nacional	6 de agosto de 2025	Incorpora dimensões ligadas à Amazónia

Discursos codificados	Público-alvo predominante atribuído	Data	Critério de inclusão no corpus
homologação de terras indígenas — Planalto			
Discurso do Presidente Lula na 5ª Reunião do Conselhão — Planalto	Nacional	5 de agosto de 2025	Menção direta à Amazónia
Discurso do presidente Lula no Congresso Nacional — Planalto	Nacional	6 de janeiro de 2023	Menção direta à Amazónia
Discurso do presidente Lula no Parlatório do Palácio do Planalto — Planalto	Nacional	6 de janeiro de 2023	Menção direta à Amazónia
Íntegra do discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante evento de assinatura do Plano Plurianual 2024 - 2027 — Planalto	Nacional	30 de agosto 2023	Menção direta à Amazónia
Presidente Lula fala em inauguração de usina de gás natural no Porto de Açu — Planalto	Nacional	28 de julho de 2025	Menção direta à Amazónia
Pronunciamento à nação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva — Planalto	Nacional	17 de julho de 2025	Incorpora dimensões ligadas à Amazónia
Pronunciamento do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante evento do Dia da Amazônia — Planalto	Nacional	5 de setembro de 2023	Menção direta à Amazónia
Pronunciamento do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante inauguração da fábrica de ônibus elétricos — Planalto	Nacional	2 de junho de 2023	Incorpora dimensões ligadas à Amazónia
Pronunciamento do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante recriação do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável — Planalto	Nacional	4 de maio de 2023	Incorpora dimensões ligadas à Amazónia

Discursos codificados	Público-alvo predominante atribuído	Data	Critério de inclusão no corpus
Pronunciamento do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em café da manhã com jornalistas — Planalto	Nacional	8 de abril de 2023	Menção direta à Amazónia
Pronunciamento do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em evento alusivo aos 100 dias de gestão do Governo Federal — Planalto	Nacional	10 de abril de 2023	Menção direta à Amazónia
Pronunciamento do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na celebração do Dia Mundial do Meio Ambiente — Planalto	Nacional	5 de junho de 2023	Menção direta à Amazónia
Pronunciamento do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no lançamento do Plano Safra 2023_2024 — Planalto	Nacional	27 de junho de 2023	Menção direta à Amazónia
Pronunciamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante reunião ministerial — Planalto	Nacional	3 de novembro de 2023	Incorpora dimensões ligadas à Amazónia
Pronunciamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na cerimônia de anúncio da COP 30 em Belém (PA) — Planalto	Nacional	17 de junho de 2023	Menção direta à Amazónia
Pronunciamento do presidente Lula antes de reunião ministerial sobre a questão indígena no Brasil — Planalto	Nacional	9 de janeiro de 2024	Incorpora dimensões ligadas à Amazónia
Pronunciamento do presidente Lula ao enviar o PL que cria as universidades federais Indígena e do Esporte — Planalto	Nacional	27 de novembro de 2025	Incorpora dimensões ligadas à Amazónia
Pronunciamento do presidente Lula durante a 1ª reunião do	Nacional	18 de abril de 2024	Incorpora dimensões ligadas à Amazónia

Discursos codificados	Público-alvo predominante atribuído	Data	Critério de inclusão no corpus
Conselho Nacional de Política Indigenista — Planalto			
Pronunciamento do presidente Lula durante a 1ª Reunião Plenária do Conselho da Federação — Planalto	Nacional	25 de outubro de 2023	Menção direta à Amazónia
Pronunciamento do presidente Lula durante a VI Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, em Luziânia (GO) — Planalto	Nacional	8 de outubro de 2025	Menção direta à Amazónia
Pronunciamento do presidente Lula durante apresentação de ações do MMA por ocasião do Dia Mundial do Meio Ambiente — Planalto	Nacional	5 de junho de 2024	Menção direta à Amazónia
Pronunciamento do presidente Lula durante assinatura de contrato para destinação de recursos ao Plano Amazônia — Planalto	Nacional	17 de junho de 2024	Menção direta à Amazónia
Pronunciamento do presidente Lula durante assinatura do Pacto pela Transformação Ecológica entre os Três Poderes — Planalto	Nacional	21 de agosto de 2024	Menção direta à Amazónia
Pronunciamento do presidente Lula durante ato de anúncio de investimentos da Vale — Planalto	Nacional	14 de fevereiro de 2025	Incorpora dimensões ligadas à Amazónia
Pronunciamento do presidente Lula durante cerimônia de assinatura do projeto de lei do Programa Combustível do Futuro — Planalto	Nacional	14 de setembro de 2023	Menção direta à Amazónia
Pronunciamento do presidente Lula durante conversa com	Nacional	30 de janeiro de 2025	Menção direta à Amazónia

Discursos codificados	Público-alvo predominante atribuído	Data	Critério de inclusão no corpus
jornalistas, em 30 de janeiro de 2025 — Planalto			
Pronunciamento do presidente Lula durante lançamento do Programa União com Municípios pela Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais — Planalto	Nacional	4 de setembro de 2025	Menção direta à Amazónia
Pronunciamento do presidente Lula durante lançamento do programa União com os Municípios pela Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais — Planalto	Nacional	9 de abril de 2024	Menção direta à Amazónia
Pronunciamento do presidente Lula durante participação em evento de diálogo com a sociedade civil — Planalto	Nacional	2 de dezembro de 2023	Menção direta à Amazónia
Pronunciamento do presidente Lula durante reunião com chefes dos Poderes para tratar das queimadas — Planalto	Nacional	18 de setembro de 2024	Menção direta à Amazónia
Pronunciamento do presidente Lula na abertura do 6º Brasil Investment Forum — Planalto	Nacional	7 de novembro de 2023	Incorpora dimensões ligadas à Amazónia
Pronunciamento do presidente Lula na cerimônia de anúncio dos resultados do Novo PAC Seleções Cidades — Planalto	Nacional	8 de maio de 2024	Menção direta à Amazónia
Pronunciamento do presidente Lula na cerimônia de lançamento da Política Nacional de Transição Energética, em 26 de agosto de 2024 — Planalto	Nacional	26 de agosto de 2024	Menção direta à Amazónia
Pronunciamento do presidente Lula na cerimônia de retorno do manto Tupinambá — Planalto	Nacional	13 de setembro de 2024	Incorpora dimensões ligadas à Amazónia

Discursos codificados	Público-alvo predominante atribuído	Data	Critério de inclusão no corpus
Pronunciamento do presidente Lula na divulgação dos investimentos do Governo Federal para a COP30 — Planalto	Nacional	14 de fevereiro de 2025	Menção direta à Amazónia
Pronunciamento do presidente Lula no Dia do Meio Ambiente — Planalto	Nacional	3 de junho de 2025	Menção direta à Amazónia
Pronunciamento do presidente Lula no Fórum de Investimentos Prioridade 2024, no Rio de Janeiro — Planalto	Nacional	12 de junho de 2024	Menção direta à Amazónia
Pronunciamento do presidente Lula no marco de um ano e meio de gestão à frente do Governo Federal — Planalto	Nacional	28 de julho de 2024	Menção direta à Amazónia
Pronunciamento do presidente Lula por ocasião da assinatura de demarcação de terras indígenas na Paraíba e em Santa Catarina — Planalto	Nacional	4 de dezembro de 2024	Incorpora dimensões ligadas à Amazónia
Transcrição do pronunciamento do presidente Lula durante sanção da Lei do Combustível do Futuro — Planalto	Nacional	8 de outubro de 2024	Menção direta à Amazónia
Declaração à imprensa do presidente Lula após reunião bilateral com o primeiro-ministro do Japão — Planalto	Internacional	26 de março de 2025	Incorpora dimensões ligadas à Amazónia
Declaração à imprensa por ocasião visita do presidente da França, Emmanuel Macron — Planalto	Internacional	28 de março de 2024	Menção direta à Amazónia
Declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva após encontro com presidente da Comissão	Internacional	12 de junho de 2023	Menção direta à Amazónia

Discursos codificados	Público-alvo predominante atribuído	Data	Critério de inclusão no corpus
Europeia, Ursula Von Der Leyen — Planalto			
Discurso do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da VII reunião de Cúpula da Celac — Planalto	Internacional	24 de janeiro de 2023	Menção direta à Amazónia
Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a abertura da Cúpula do G20 — Planalto	Internacional	9 de setembro de 2023	Menção direta à Amazónia
Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a sessão de abertura do fórum empresarial União Europeia-América Latina, em Bruxelas, na Bélgica — Planalto	Internacional	17 de julho de 2023	Menção direta à Amazónia
Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante o Fórum Empresarial do BRICS, em Joanesburgo, na África do Sul — Planalto	Internacional	22 de agosto de 2023	Incorpora dimensões ligadas à Amazónia
Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante sessão plenária aberta da XV Cúpula do BRICS — Planalto	Internacional	23 de agosto de 2023	Incorpora dimensões ligadas à Amazónia
Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em reunião com presidentes de Países da América do Sul — Planalto	Internacional	30 de maio de 2023	Incorpora dimensões ligadas à Amazónia
Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da 62ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul — Planalto	Internacional	4 de julho de 2023	Incorpora dimensões ligadas à Amazónia

Discursos codificados	Público-alvo predominante atribuído	Data	Critério de inclusão no corpus
Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da III Cúpula CELAC-UE — Planalto	Internacional	17 de junho de 2023	Menção direta à Amazónia
Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Cúpula Virtual do G20 — Planalto	Internacional	22 de novembro de 2023	Incorpora dimensões ligadas à Amazónia
Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Segunda Cúpula Virtual Vozes do Sul Global — Planalto	Internacional	17 de novembro de 2023	Menção direta à Amazónia
Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a Cúpula para um Novo Pacto Financeiro Global, na França — Planalto	Internacional	23 de junho de 2023	Menção direta à Amazónia
Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante o Diálogo de Amigos do BRICS, na África do Sul — Planalto	Internacional	24 de agosto de 2023	Incorpora dimensões ligadas à Amazónia
Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante o Fórum das Grandes Economias sobre Energia e Clima — Planalto	Internacional	20 de abril de 2023	Menção direta à Amazónia
Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura da 78ª Assembleia da ONU — Planalto	Internacional	19 de setembro de 2023	Menção direta à Amazónia
Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Cúpula do G77 + China, em Cuba — Planalto	Internacional	16 de setembro de 2023	Menção direta à Amazónia
Discurso do presidente Lula durante a 65ª Cúpula do Mercosul, em Montevidéu — Planalto	Internacional	6 de dezembro de 2024	Menção direta à Amazónia

Discursos codificados	Público-alvo predominante atribuído	Data	Critério de inclusão no corpus
Discurso do presidente Lula durante a abertura do Evento Especial sobre Clima para Chefes de Estado e de Governo — Planalto	Internacional	24 de setembro de 2025	Incorpora dimensões ligadas à Amazónia
Discurso do presidente Lula durante a Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) — Planalto	Internacional	1 de março de 2024	Incorpora dimensões ligadas à Amazónia
Discurso do presidente Lula durante a Cúpula do G20, na sessão Um Futuro Justo e Equitativo para Todos — Planalto	Internacional	23 de novembro de 2025	Incorpora dimensões ligadas à Amazónia
Discurso do presidente Lula durante abertura da 37ª Cúpula da União Africana — Planalto	Internacional	17 de fevereiro de 2024	Menção direta à Amazónia
Discurso do presidente Lula durante lançamento da Coalizão Global para Justiça Social no âmbito da 112ª Conferência Internacional do Trabalho — Planalto	Internacional	13 de junho de 2024	Incorpora dimensões ligadas à Amazónia
Discurso do presidente Lula em Sessão Plenária Aberta da XVI Cúpula do BRICS, na Rússia — Planalto	Internacional	23 de outubro de 2024	Incorpora dimensões ligadas à Amazónia
Discurso do presidente Lula na 2ª Sessão da Reunião de Líderes do G20_ Reforma das Instituições de Governança Global — Planalto	Internacional	18 de novembro de 2024	Incorpora dimensões ligadas à Amazónia
Discurso do presidente Lula na 3ª Sessão da Reunião de Líderes do G20 — Planalto	Internacional	19 de novembro de 2024	Incorpora dimensões ligadas à Amazónia
Discurso do presidente Lula na 64ª Cúpula de chefes de Estado	Internacional	8 de julho de 2024	Incorpora dimensões ligadas à Amazónia

Discursos codificados	Público-alvo predominante atribuído	Data	Critério de inclusão no corpus
do Mercosul e de Estados Associados — Planalto			
Discurso do presidente Lula na 66ª Cúpula do MERCOSUL — Planalto	Internacional	3 de julho de 2025	Menção direta à Amazónia
Discurso do presidente Lula na abertura da 3ª da Conferência da ONU sobre os Oceanos, em Nice (França) — Planalto	Internacional	9 de junho de 2025	Menção direta à Amazónia
Discurso do presidente Lula na abertura da 79ª Assembleia Geral da ONU, em Nova York — Planalto	Internacional	24 de setembro de 2024	Menção direta à Amazónia
Discurso do presidente Lula na abertura da COP30, em Belém (PA) — Planalto	Internacional	10 de novembro de 2025	Discurso proferido no âmbito da COP 30
Discurso do presidente Lula na abertura da Cúpula de Líderes da COP30, em Belém (PA) — Planalto	Internacional	6 de novembro de 2025	Discurso proferido no âmbito da COP 30
Discurso do presidente Lula na abertura da Cúpula do Futuro, em Nova York — Planalto	Internacional	22 de setembro de 2024	Incorpora dimensões ligadas à Amazónia
Discurso do presidente Lula na abertura da IV Cúpula CELAC-UE, em Santa Marta (Colômbia) — Planalto	Internacional	9 de novembro de 2025	Menção direta à Amazónia
Discurso do presidente Lula na abertura da Primeira Reunião de Sherpas da presidência brasileira do BRICS — Planalto	Internacional	26 de fevereiro de 2025	Incorpora dimensões ligadas à Amazónia
Discurso do presidente Lula na abertura da Reunião sobre o Fundo de Florestas Tropicais para Sempre — Planalto	Internacional	23 de setembro de 2025	Menção direta à Amazónia

Discursos codificados	Público-alvo predominante atribuído	Data	Critério de inclusão no corpus
Discurso do presidente Lula na abertura do Debate Geral da 80ª Assembleia Geral das Nações Unidas — Planalto	Internacional	23 de setembro de 2025	Menção direta à Amazónia
Discurso do presidente Lula na Cúpula do G77 na COP 28 — Planalto	Internacional	2 de dezembro de 2023	Incorpora dimensões ligadas à Amazónia
Discurso do presidente Lula na Cúpula Virtual sobre Ambição Climática — Planalto	Internacional	23 de abril de 2025	Incorpora dimensões ligadas à Amazónia
Discurso do presidente Lula na primeira sessão da Cúpula de Líderes do G20 — Planalto	Internacional	22 de novembro de 2025	Incorpora dimensões ligadas à Amazónia
Discurso do presidente Lula na Primeira Sessão do Segmento de Alto Nível para Chefes de Estado e Governo da COP 28 — Planalto	Internacional	1 de dezembro de 2023	Menção direta à Amazónia
Discurso do presidente Lula na sessão '10 anos do Acordo de Paris_ Contribuições Nacionalmente Determinadas e Financiamento' — Planalto	Internacional	7 de novembro de 2025	Menção direta à Amazónia
Discurso do presidente Lula na Sessão 2 da Cúpula do G20, na África do Sul — Planalto	Internacional	22 de novembro de 2025	Incorpora dimensões ligadas à Amazónia
Discurso do presidente Lula na Sessão 3 do BRICS_ Meio Ambiente, COP 30 e Saúde Global — Planalto	Internacional	7 de julho de 2025	Incorpora dimensões ligadas à Amazónia
Discurso do presidente Lula na sessão ampliada da Cúpula do G7, no Canadá — Planalto	Internacional	17 de junho de 2025	Incorpora dimensões ligadas à Amazónia
Discurso do presidente Lula na sessão ampliada da Cúpula do G7, no Canadá (segunda intervenção) — Planalto	Internacional	17 de junho de 2025	Incorpora dimensões ligadas à Amazónia

Discursos codificados	Público-alvo predominante atribuído	Data	Critério de inclusão no corpus
Discurso do presidente Lula na sessão 'Clima e Natureza_ Florestas e Oceanos', durante a Cúpula de Líderes da COP30 — Planalto	Internacional	6 de novembro de 2025	Discurso proferido no âmbito da COP 30
Discurso do presidente Lula na sessão de abertura da Presidência da COP28 — Planalto	Internacional	1 de dezembro de 2023	Incorpora dimensões ligadas à Amazónia
Discurso do presidente Lula na Sessão de Abertura da Reunião Ministerial do G20 — Planalto	Internacional	25 de setembro de 2024	Incorpora dimensões ligadas à Amazónia
Discurso do presidente Lula na sessão de encerramento da 46ª Conferência da Comunidade do Caribe — Planalto	Internacional	28 de fevereiro de 2024	Menção direta à Amazónia
Discurso do presidente Lula na sessão de encerramento da Cúpula do G20 e transmissão da presidência para a África do Sul — Planalto	Internacional	19 de novembro de 2024	Incorpora dimensões ligadas à Amazónia
Discurso do presidente Lula na sessão sobre transição energética na Cúpula de Líderes da COP30 — Planalto	Internacional	7 de novembro de 2025	Discurso proferido no âmbito da COP 30
Discurso do presidente Lula no encerramento do Fórum Empresarial Brasil-França — Planalto	Internacional	6 de junho de 2025	Incorpora dimensões ligadas à Amazónia
Discurso do presidente Lula no Fórum de Economia e Finanças Azuis, em Mônaco — Planalto	Internacional	8 de junho de 2025	Incorpora dimensões ligadas à Amazónia
Discurso do presidente Lula no lançamento do Fundo de Florestas Tropicais para Sempre (TFFF) — Planalto	Internacional	6 de novembro de 2025	Discurso proferido no âmbito da COP 30

Discursos codificados	Público-alvo predominante atribuído	Data	Critério de inclusão no corpus
Discurso do presidente Lula no segmento externo da Cúpula do G7, na Itália — Planalto	Internacional	14 de junho de 2024	Incorpora dimensões ligadas à Amazónia
Discurso do Presidente Lula por ocasião da XIV Cúpula da CPLP, em São Tomé e Príncipe — Planalto	Internacional	27 de agosto de 2023	Incorpora dimensões ligadas à Amazónia
Discurso do presidente Lula por ocasião do encerramento do G20 Social — Planalto	Internacional	16 de novembro de 2024	Menção direta à Amazónia
Discursos do presidente Lula e da ministra Marina Silva em Evento sobre Florestas — Planalto	Internacional	2 de dezembro de 2023	Menção direta à Amazónia
Palavras do presidente Lula na abertura do jantar "Amazônia_ uma experiência imersiva" em Dubai — Planalto	Internacional	1 de dezembro de 2023	Menção direta à Amazónia
Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em visita a Washington (EUA), no momento da chegada à Casa Branca — Planalto	Internacional	10 de fevereiro 2023	Menção direta à Amazónia
Pronunciamento do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do evento _Power Our Planet_, na França — Planalto	Internacional	22 de junho de 2023	Menção direta à Amazónia
Pronunciamento do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento do Fórum Econômico em Angola — Planalto	Internacional	25 de agosto de 2023	Menção direta à Amazónia
Pronunciamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a Mesa Redonda Brasil-Arábia Saudita em Riade — Planalto	Internacional	29 de novembro de 2023	Menção direta à Amazónia

Discursos codificados	Público-alvo predominante atribuído	Data	Critério de inclusão no corpus
Pronunciamento do presidente Lula durante abertura da 9ª reunião da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos — Planalto	Internacional	9 de abril de 2025	Menção direta à Amazónia
Pronunciamento do presidente Lula durante condecoração do presidente francês Emmanuel Macron ao líder indígena Raoni Metuktire — Planalto	Internacional	26 de março de 2024	Menção direta à Amazónia
Pronunciamento do presidente Lula durante o Fórum Empresarial Brasil - Chile — Planalto	Internacional	5 de agosto de 2024	Menção direta à Amazónia
Pronunciamento do presidente Lula durante visita à Alemanha — Planalto	Internacional	4 de dezembro de 2023	Menção direta à Amazónia
Pronunciamento do presidente Lula na abertura da Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul — Planalto	Internacional	7 de dezembro de 2023	Menção direta à Amazónia
Declaração à imprensa do presidente Lula após reunião de Cúpula da OTCA em Bogotá, na Colômbia — Planalto	Países amazónicos	22 de agosto de 2025	Menção direta à Amazónia
Declaração do presidente Lula à imprensa após reunião bilateral com o presidente da Colômbia, Gustavo Petro — Planalto	Países amazónicos	17 de abril de 2024	Menção direta à Amazónia
Declaração do presidente Lula à imprensa em Bogotá, na Colômbia — Planalto	Países amazónicos	22 de agosto de 2025	Menção direta à Amazónia
Declaração do presidente Lula à imprensa por ocasião da visita do presidente do Equador, Daniel Noboa — Planalto	Países amazónicos	18 de agosto de 2025	Menção direta à Amazónia

Discursos codificados	Público-alvo predominante atribuído	Data	Critério de inclusão no corpus
Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante o encerramento da reunião técnico-científica da Amazônia, em Letícia, na Colômbia — Planalto	Países amazónicos	8 de julho de 2023	Menção direta à Amazónia
Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a Cúpula dos Países Amazônicos, em Belém (PA) — Planalto	Países amazónicos	8 de agosto de 2023	Menção direta à Amazónia
Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Cúpula da Amazônia e Países convidados, em Belém (PA) — Planalto	Países amazónicos	9 de agosto de 2023	Menção direta à Amazónia
Discurso do presidente Lula durante o Fórum Empresarial Bolívia - Brasil em Santa Cruz de La Sierra — Planalto	Países amazónicos	9 de julho de 2024	Menção direta à Amazónia
Discurso do presidente Lula na inauguração da 36ª Feira Internacional do Livro de Bogotá — Planalto	Países amazónicos	17 de abril de 2024	Menção direta à Amazónia
Discurso do presidente Lula na inauguração do Centro de Cooperação Policial Internacional da Amazônia — Planalto	Países amazónicos	9 de setembro de 2025	Menção direta à Amazónia
Discurso do presidente Lula no encerramento do Fórum Empresarial Brasil-Colômbia — Planalto	Países amazónicos	17 de abril de 2024	Menção direta à Amazónia
Pronunciamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a Cúpula dos Países Amazônicos, em Belém (PA) — Planalto	Países amazónicos	8 de agosto de 2023	Menção direta à Amazónia
Pronunciamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na	Países amazónicos	8 de agosto de 2023	Menção direta à Amazónia

Discursos codificados	Público-alvo predominante atribuído	Data	Critério de inclusão no corpus
abertura da Cúpula da Amazônia, em Belém (PA) — Planalto			
Pronunciamento do presidente Lula após reunião bilateral com o presidente da Guiana, Irfaan Ali, em Georgetown, na Guiana — Planalto	Países amazónicos	29 de fevereiro de 2024	Menção direta à Amazónia
Pronunciamento do presidente Lula durante encontro com a sociedade civil no âmbito da Cúpula da OTCA — Planalto	Países amazónicos	22 de agosto de 2025	Menção direta à Amazónia
Discurso do presidente Lula em encontro com a sociedade civil no âmbito da Cúpula da OTCA – Planalto	Países amazónicos	22 de agosto de 2025	Menção direta à Amazónia

Nota. Fonte: elaboração própria com base em discursos oficiais do Governo Federal disponíveis em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos (acessos realizados entre out. 2025 e abr. 2026).